

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
DEPARTAMENTO DE DIREITO**

SUÉLEN CRISTINA BENINCÁ

**A (IN)COMPATIBILIDADE DO PRINCÍPIO DA NÃO-INTERVENÇÃO NA ASSISTÊNCIA
HUMANITÁRIA NA LÍBIA E O SEU REFLEXO NO CASO SÍRIO**

FLORIANÓPOLIS

2016

Suélen Cristina Benincá

**A (IN)COMPATIBILIDADE DO PRINCÍPIO DA NÃO-INTERVENÇÃO
NA ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA NA LÍBIA E O SEU REFLEXO NO
CASO SÍRIO**

Monografia submetida ao Programa de Graduação da
Universidade Federal de Santa Catarina para a
obtenção do Grau de Bacharel em Direito.

Orientadora: Prof^a. PhD. Cristiane Derani.

Florianópolis

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

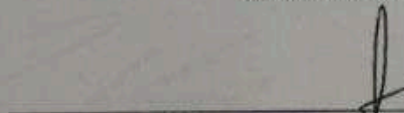
TERMO DE APROVAÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado "A (in)compatibilidade do princípio da não-intervenção na assistência humanitária na Líbia e seu reflexo no caso Sírio", elaborado pelo(a) acadêmico(a) "Suélen Cristina Benincá", defendido em 14/07/2016 e aprovado pela Banca Examinadora composta pelos membros abaixo assinados, obteve aprovação com nota 10,0 (DEZ), cumprindo o requisito legal previsto no art. 10 da Resolução nº 09/2004/CES/CNE, regulamentado pela Universidade Federal de Santa Catarina, através da Resolução nº 01/CCGD/CCJ/2014.

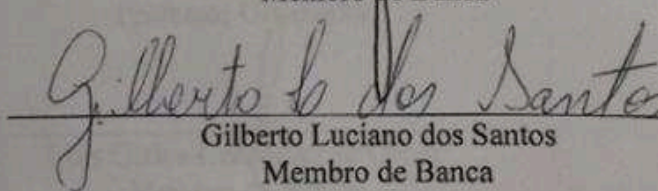
Florianópolis, 14 de julho de 2016



Cristiane Derani
Professor Orientador



Luis Carlos Cancellier de Olivo
Membro de Banca



Gilberto Luciano dos Santos
Membro de Banca



Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Ciências Jurídicas
COORDENADORIA DO CURSO DE DIREITO

TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO INEDITISMO DO TCC E
ORIENTAÇÃO IDEOLÓGICA

Aluno(a): Suélen Cristina Benincá

RG: 6782394

CPF: 07571975905

Matrícula: 11201188

Título do TCC: A (in)compatibilidade do princípio da não-intervenção na assistência humanitária na Líbia e seu reflexo no caso Sírio.

Orientador(a): Cristiane Derani

Eu, Suélen Cristina Benincá, acima qualificado(a); venho, pelo presente termo, assumir integral responsabilidade pela originalidade e conteúdo ideológico apresentado no TCC de minha autoria, acima referido

Florianópolis, 14 de julho de 2016.


SUELEN CRISTINA BENINCÁ

Àqueles que mesmo distantes se fazem presentes, e, aos sempre
próximos.

RESUMO

O princípio da não intervenção é conhecido internacionalmente por vedar a interferência externa na Soberania de um Estado, devendo estes respeitarem, dentre outras coisas, as instituições internas e o governo dos demais. No entanto, nem sempre este princípio é observado. Em 2011, o CSNU aprovou a Resolução 1973 que autorizava a assistência humanitária na Líbia, cabendo à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) a sua aplicação efetiva. O cumprimento do mandato pela OTAN, no entanto, gerou controvérsias no cenário internacional, tendo em vista que este acabou provocando a troca do governo no país. Deste modo, o objetivo desta monografia é avaliar a compatibilidade do princípio da não-intervenção na assistência humanitária na Líbia, ao que tange o seu cumprimento. Para tanto, será utilizado o método indutivo. Primeiramente, se realizará uma abordagem histórica conceitual do princípio, sua utilização pela ONU, as exceções que a Carta permite ao seu conteúdo e a relação que este adquire com a não-interferência nos governos. Em seguida, se observará a maneira e os moldes com que a assistência humanitária se deu no CSNU e como ela foi aplicada na prática. Posteriormente se analisará as críticas da doutrina e dos países membros da ONU nas sessões que se seguiram no CSNU, e como isto acabou impactando diretamente na (in)ação da Organização no conflito da Síria. Examinando o tema proposto, concluiu-se que a doutrina não confronta o tema da não intervenção de maneira direta, talvez por ser este um tema recente e pouco trabalhado no caso Líbia. No entanto, traz elementos que demonstram que o princípio da não-intervenção foi incompatível com o cumprimento da assistência humanitária na Líbia, a medida que houve desvirtuamento do mandato conferido pela ONU, através da falta de proteção dos civis, do favorecimento aos rebeldes e da ininterrupta perseguição à Ghadafi, que culminou na deposição de seu governo. Esta afirmação se fortalece com a opinião emanada pelos países membros do CSNU, que posteriormente vetaram ações no conflito da Síria, em virtude do ocorrido no terreno líbio.

Palavras-chave: Princípio da não-intervenção. Assistência humanitária. Líbia.

ABSTRACT

The principle of not-intervention is internationally known for sealing the external interference in the sovereignty of a State, which must comply, among other things, to domestic institutions and the government of others. However, this principle is not always observed. In 2011, the UNSC adopted Resolution 1973 authorizing humanitarian assistance in Libya, while the North Atlantic Treaty Organization (NATO) agreed to its effective implementation. The fulfillment of the mandate for NATO, however, this has generated controversy in the international arena, considering that this eventually caused the change of government in the country. Thus, the aim of this paper is to assess the compatibility of the principle of non-intervention in humanitarian assistance in Libya to respect its compliance. Therefore, it will use the inductive method. First, there will be a conceptual historical approach to the principle, its use by the UN, the exceptions and content that the Charter allows and the relationship which it purchases with non-interference in government. I will document the way and manner in which humanitarian assistance was given in the UNSC and how it was applied in practice. Subsequently review the critical doctrine and the UN member countries in the sessions that followed the UNSC, and how it ended up impacting directly on the action within the conflict in Syria. Whilst examining the theme, it was concluded that the doctrine does not confront the issue of non-intervention directly, perhaps because it is a recent topic and little worked in the case of Libya. However, it brings evidence to show that the principle of non-intervention was inconsistent with the fulfillment of humanitarian assistance in Libya, as there was a distortion of the mandate given by the UN, through the lack of civil protection, favoring the rebels and unrelentless pursuit of Ghadafi, which culminated in the overthrowing of his government. This statement is strengthened by the opinions issued by the UNSC member countries, which subsequently vetoed actions in the conflict in Syria, because of what happened in the Libyan territory.

Keywords: Principle of not-intervention. Humanitarian assistance. Libya.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados

AGNU – Assembleia Geral das Nações Unidas

CIJ – Corte Internacional de Justiça

CNU – Carta das Nações Unidas

CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas

CTN – Conselho Nacional de Transição

DIDH - Direito Internacional dos Direitos Humanos

DIH - Direito Humanitário Internacional

ICISS - Comissão Internacional sobre Intervenção e Soberania Estatal

LAFB - Banco Exterior Árabe Líbio

LIA - Libyan Investment Authority

LNOC - Libyan National Oil Corporation

LNOC - Libyan National Corporation

OEA – Organização dos Estados Americanos

ONU – Organização das Nações Unidas

OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

OUA – Organização da Unidade Africana

RASCOM - Regional African Satellite Communications Organization

R2P – Responsabilidade de Proteger

SGNU – Secretário Geral das Nações Unidas

TPI – Tribunal Penal Internacional

UA – União Árabe

UNSMIL - Missão de Apoio das Nações Unidas na Líbia

UNSMIS - Missão de Apoio das Nações Unidas na Síria

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1 – SOBRE O PRINCÍPIO DA NÃO-INTERVENÇÃO	9
1.1. Histórico e evolução do conceito	10
1.2. O princípio da não-intervenção nos governos	20
1.3. A utilização do princípio da não-intervenção pela ONU: Carta das Nações Unidas e Resoluções	31
1.4. Das exceções ao princípio à assistência humanitária	31
 CAPÍTULO 2 - A INCOMPATIBILIDADE DO PRINCÍPIO DA NÃO-INTERVENÇÃO NA ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA NA LÍBIA	31
2.1. Contexto do conflito	43
2.2. Maneira como a intervenção se estabeleceu no CSNU e na prática	56
2.3. Líbia após a intervenção	61
2.4. Críticas à intervenção	62
 CAPÍTULO 3 - CONCLUSÕES SOBRE A INTERVENÇÃO HUMANITÁRIA NA LÍBIA E SEU REFLEXO NO CASO SÍRIO	75
3.1. Discussões no CSNU sobre a assistência humanitária na Líbia e ações na Síria	86
 CONCLUSÃO	90
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	95

INTRODUÇÃO

"- Um cavalo Agamenon! Eis a solução! - Vai construir pra nós um imenso cavalo de madeira! - E Ulisses abriu os braços como se pretendesse abarcar com eles o próprio mundo" [...] "Ele será oco e ali estarão guardados nossos homens, armados até os dentes, para quando o cavalo for introduzido para dentro das muralhas da sagrada Tróia"[...]. "O povo, ajuntado em frente e ao alto das muralhas, despediu um grande grito de espanto e admiração: - É um presente!" "Assim adentrou as muralhas troianas o soberbo presente grego" [...]. "Enquanto isso, lá fora, as tropas comandadas pelo audaz Agamenon já estavam a postos, em absoluto silêncio, aguardando apenas a hora do massacre começar..."¹ E desta maneira, segundo a mitologia greco-romana, a cidade de Tróia foi tomada pelos gregos.

Esta história representa simbolicamente como ingerências em povos vizinhos mostraram-se frequentes na trajetória da civilização humana. Algumas de maneira direta, na forma de Guerra declarada, enquanto outras vinham mascaradas em forma de presente, para solucionar os problemas de um povo que mal sabia os males que o afligiria ao aceitá-lo.

Para solucionar as contendas e os 'flagelos' que as guerras e intervenções ocasionavam, em 1945, a Organização das Nações Unidas (ONU) positiva em sua Carta um mecanismo conhecido como "Princípio da Não-intervenção", na tentativa de impedir que algumas nações tentassem – porventura – intervir em outras mais fracas.

O princípio é conhecido, em tratados e no *Ius Cogens*, por vedar a interferência externa na Soberania de um Estado, reconhecendo a igualdade que todos os Estados ostentam entre si e o livre arbítrio que cada um possui para - dentro de sua Soberania interna - escolher suas instituições e governo de acordo com a autodeterminação de seu povo.

Todavia, observou-se que após a Guerra Fria, a própria ONU passou a utilizar suas prerrogativas previstas na Carta para realizar intervenções com o cunho humanitário perante situações que ameaçassem a paz e a segurança

¹ FRANCHINI, A. S. *As 100 melhores histórias da mitologia. Deuses, heróis e guerras da tradição greco-romana*. Porto Alegre: L&PM, 2003, pg. 345-354.

internacionais, com o fito de impedir que medidas unilaterais fossem tomadas. Estas “assistências humanitárias” tinham o objetivo de auxiliar as populações dos países que estavam com as condições humanas assoladas pela Guerra, podendo ser realizadas pela ONU ou por seu mandato prévio conferido a outras organizações.

No entanto, ao longo dos anos, tem-se questionado o fato de que algumas organizações e países ao cumprirem estes mandatos, tem agido fora do escopo da Carta das Nações Unidas, desvirtuando seus princípios e o próprio mandato conferido, justificando ações militares em nome da “assistência humanitária”.

Neste sentido, em 2011, foi aprovada pela Onu a resolução de número 1973, que autorizava a assistência humanitária no conflito na Líbia e visava única e exclusivamente a proteção dos civis, através de uma zona de exclusão aérea e fornecimento de auxílio humanitário. Esta assistência foi efetuada sob a égide da doutrina “responsabilidade de proteger” e o mandato no país foi cumprido pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

Desta maneira, neste trabalho objetivou-se avaliar a compatibilidade do princípio da não-intervenção na realização desta assistência humanitária na Líbia, através de seu cumprimento pela OTAN, e posteriormente, verificar como isto acabou impactando a atuação da ONU no conflito na Síria. Não é objetivo deste estudo, no entanto, realizar uma análise ética ou moral das intervenções, apesar que indiretamente isto possa acabar ocorrendo.

Utilizou-se a expressão “assistência humanitária” no título desta monografia seguindo a orientação do *Institut de Droit International*, onde se recomenda a não-utilização do vocabulário “intervenção humanitária”, dadas as tristes reminiscências que o termo suscita², haja vista as inúmeras intervenções que ocorreram sob a vestimenta humanitária e que ao seu fim traziam objetivos menos ‘humanos’. No entanto, ao decorrer do texto, utilizou-se propositalmente a segunda expressão, por considerar o peso que o termo carrega mais verossímil com a realidade ocorrida no terreno Líbio.

² TRINDADE, Cançado. “Reply [- Assistance Humanitaire]”, 70 *Annuaire de l’Institut de Droit International – Session de Bruges (2002 – 2003)* n. 1, pp. 536-540. *Apud* VIOTTI, Aurélio. *Ações Humanitárias pelo Conselho de Segurança: entre a cruz Vermelha e Clausewitz*. Funag, 2004, pg. 17.

No capítulo I, procurou-se centrar os estudos no Princípio da Não Intervenção: Os momentos importantes da história que contribuíram para sua formação e transformação; a relação da não intervenção externa no governo de um Estado, pelo viés do respeito à soberania interna e da autodeterminação dos povos; sua adoção na Carta das Nações Unidas e resoluções; bem como as exceções que a Carta confere ao Princípio.

No capítulo II, trataremos especificamente da assistência humanitária da ONU na Líbia: A discussão no Conselho de Segurança das Nações Unidas para a sua aprovação; os moldes em que foi aprovada; o cumprimento do mandato pela Organização do Tratado do Atlântico Norte; e as críticas da doutrina referentes a este cumprimento.

No capítulo III, procurou-se centrar o estudo na opinião que os países membros da ONU emitiram acerca da assistência humanitária na Líbia nas resoluções do Conselho de Segurança, com referência a sua compatibilidade com o princípio da não-intervenção, e como isto acabou refletindo-se na (in)ação da ONU na Síria nos anos de 2011 a 2012.

Para elaboração desta monografia, foi utilizado o método de abordagem indutivo e a técnica de pesquisa documental indireta, com fontes primárias e secundárias. Entre as fontes primárias estão as resoluções e documentos das Nações Unidas, a Carta da ONU (1945), bem como julgamentos da Corte Internacional de Justiça (CIJ). Dentre as fontes secundárias, foram utilizados artigos, jornais e livros especializados, nacionais e internacionais.

CAPÍTULO I – Sobre o princípio da não-intervenção

Neste capítulo, foi analisada a construção histórica do princípio da não-intervenção, desde a Idade Média, passando pela Segunda Guerra mundial, pela égide das Nações Unidas, até chegar aos dias atuais. Posteriormente, procurou-se analisar a relação da não-intervenção nos governos de um Estado, sob a ótica do respeito à sua soberania interna e a autodeterminação de seu povo. Em seguida, observou-se a positivação do princípio na Carta das Nações Unidas e em suas resoluções, para sucessivamente analisarmos a assistência humanitária como exceção ao princípio.

1.1 Aspectos históricos e evolução do conceito

Positivado tempos após a Paz de Westfália³ na Carta das Nações Unidas (CNU) em seu artigo 2º, §7, o princípio da não-intervenção é consolidado por vedar a interferência da comunidade internacional em assuntos de jurisdição exclusiva do Estado⁴, sendo reconhecido no cotidiano internacional pelo costume e firmado por inúmeros tratados internacionais.

Tratando-se de uma criação humana, o conceito de não-intervenção passou por inúmeras modificações ao decorrer da história, consubstanciando-se com as transformações vividas pelas sociedades em seus paradigmas, momentos de transições e realidade política. Desta maneira, dificilmente se alcance uma definição consensual do termo nas doutrinas e teorias internacionais, pois como afirmariam alguns autores “só se pode definir aquilo que não tem história”⁵.

Ingerências eram frequentes durante a Idade Média, sendo praticadas por imperadores, papas e seu corpo eclesiástico. Versavam, principalmente, sobre

³ É importante retomar o que foi historicamente chamado de Paz de Vestfália, um evento crucial para se compreender o surgimento da percepção de soberania. Os diversos documentos que compuseram a Paz de Vestfália foram assinados durante o século XVII, e contribuíram para a formação da ordem internacional que se conhece. Por meio de tais tratados, por um lado, os Estados tornavam-se soberanos, ou seja, capazes de se afirmarem de forma estável e bem definida com o reconhecimento de outras nações (KRASNER, 2001).

⁴ CNU - artigo 2º, §7. Disponível em: <http://www.un.org/es/sections/un-charter/chapter-i/index.html>. Acessado dia 12/03/2016, às 13:03h.

⁵ NIETZSCHE, F. *Para a genealogia da moral*. Trad. José M. Justo. Lisboa: Relógio d'Água, 2000. KSA 5.316, GM/GM, II, § 13. Disponível em: <http://www.cadernosnietzsche.unifesp.br/home/item/62-darwin-nietzsche-e-as-consequencias-do-darwinismo>. Acessado dia 12/03/2016, às 15:15h.

temas de territórios e de autoridade da Igreja Católica - instituição que articulava o cenário internacional da Europa. No entanto, pouco pode aproveitar-se deste momento histórico para formação do princípio, pois neste período não existia uma noção de não-intervenção como atualmente. O que se tinha era a Igreja Católica estimulando e reprimindo condutas dos atores internacionais do período, de maneira análoga ao papel que desempenha a ONU hoje. Dentre as condutas estimuladas encontrava-se “o respeito à palavra dada; a condenação da guerra por agressão; a proteção dos civis nos conflitos; a humanização da guerra, etc”^{6,7}. Até a Idade Média, no entanto, os Estados não eram concebidos na forma como existem hodiernamente.

Por volta do século XV, com a Reforma, o Mercantilismo e as transformações que a sociedade⁸ vinha sofrendo, “o vínculo religioso é substituído por uma nova comunidade intelectual alargada, [...] desenvolvem-se as relações internacionais e o sistema interestatal”⁹. Este foi um período de grande relevância para num futuro o princípio constituir-se, pois como consequência destes eventos, os Estados modernos começam a formar-se em substituição as monarquias europeias.

Os Estados, a partir de sua concepção, supunham um poder central exercendo a plenitude das funções estatais sobre um território claramente definido que constituía a sua base¹⁰. Conjuntamente com a noção de Estado surge a noção de soberania, que servia para qualificá-lo como sujeito único e exclusivo das suas relações de poder dentro deste território^{11,12}.

Para Jean Bodin, o poder soberano se mostrava como a característica essencial do Estado, não podendo um Estado existir sem a sua Soberania¹³, pois

⁶ TOUSCOZ, Jean. *Direito Internacional*. Lisboa: Publicações Europa-America, 1993, pg. 32.

⁷ Atualmente, acredita-se que as duas últimas condutas sejam germens do auxílio à nacional no estrangeiro e da ideia ampliada dos Direitos Humanos.

⁸ Aqui traz-se o conceito de sociedade sob a ótica da sociedade europeia.

⁹ PELLET, Alain; DINH, Nguyen Quoc ; DAILLIER, Patrick. *Direito internacional público*. 2. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003, pg 51.

¹⁰ PELLET, Alain; DINH, Nguyen Quoc ; DAILLIER, Patrick. *Direito internacional público*. 2. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003, pg 52.

¹¹ Este atributo explica-se pela história dos Estados modernos. Nascidos do desmembramento dos Impérios, estes afirmaram-se recusando submeter-se à autoridade de outras entidades políticas. “O rei da França é Imperador no seu Reino”, segundo o adágio dos legistas franceses.

¹² WEBER, Max. *A Política como vocação*. Ciência e Política: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1999, pg. 56.

¹³ Soberania designava o poder absoluto e perpétuo da república posto em mãos do governante e que, sendo indivisível, não poderia ser partilhado entre o seu titular e os súditos. BODIN, Jean. *On Sovereignty* (Cambridge Texts in the History of Political Thought). Cambridge: Cambridge

a Soberania era tida em seu conceito clássico, como a consagração do direito de autodeterminação, alheio à ingerência estrangeira dentro da jurisdição nacional^{14,15}. Desta maneira, e a partir desta prerrogativa, um Estado não poderia intervir na soberania de outro, e nem subrogar-se como dono da Soberania de Estado alheio, pois como afirma Bobbio “a soberania de um Estado é um poder supremo, exclusivo, não derivado, absoluto e que não se pode alienar para outrem”¹⁶.

Nas palavras de Jean Bodin, o conceito de soberania comportava dois aspectos, um aspecto interno (soberania *no* Estado) e um aspecto externo (soberania *do* Estado)^{17,18}. Deste modo, considerou-se que o Estado soberano possui internamente supremacia absoluta para escolha de suas instituições, sua organização e seu governo, tenha ele a forma que se desejar: despótico, tirânico ou legítimo¹⁹; e, externamente encontra-se em posição de igualdade frente aos demais soberanos, uma vez que não se reconhece qualquer instância em superioridade à qual deva sujeição.²⁰

A partir do advento do Direito Internacional clássico, nascido logo após o Tratado de Westphalia de 1648, reconheceu-se oficialmente que os Estados são

University Press, 2003 [1992]. “Majesty of sovereignty is the most high, absolute and perpetual power over the citizens and subjects in a Commonwealth, which the Latins call Majestas” (livro I, capítulo 8, p. 1-2). *Apud* HERMANN, Breno. *Soberania, Não-Intervenção e Não-Indiferença*. Funag, 2011, pg. 64.

¹⁴ BODIN, Jean. *Los seis libros de republica*. Tradução para o espanhol por Anastro Isunza. 2 ed. Madrid: centro de estudos constitucionales, 1992, capítulo VIII, livro 1, p. 122. *Apud* FRIEDRICH, Tatiana. *A relativização de princípios clássicos de direito internacional no mundo globalizado no caso Líbia*, pg. 99.

¹⁵ Para Kelsen, o conceito clássico de soberania é a pedra angular da estrutura política de um Estado. *In* KELSEN, Hans. CAMPAGNOLO, Umberto. Org. Mario G. Losano. *Direito Internacional e Estado soberano*. Tradução de Marcela Varejão. São Paulo: Martins Fontes, 2002, pg. 83.

¹⁶ BOBBIO, Norberto.; MATTEUCCI, Nicola.; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 5.ed. v. 2. Brasília: UNB, 2000, pg 1187.

¹⁷ Legitimando-se juridicamente a dupla luta do rei de França contra o papado e o Império, no exterior, contra a feudalidade no interior.

¹⁸ PELLET, Alain; DINH, Nguyen Quoc ; DAILLIER, Patrick. *Direito internacional público*. 2. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003, pg 53.

¹⁹ “É preciso verificar, em toda república, aquele que detém a soberania, para julgar qual é o estado; se a soberania pertence a um só príncipe, nós o chamaremos monarquia; se pertence a todo o povo, nós diremos que o estado é popular; se pertence só à menor parte do povo, nós diremos que o estado é aristocrático” (BODIN, Jean, *Les six livres de la République*. Reimpressão da 12a edição (1593). Paris, Librairie Arthème Fayard. 1986, 1. II, p. 7). Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_27/rbcs27_08.htm. Acessado dia 30/04/2016

²⁰ JACKSON, Robert. *Quasi-States, Dual Regimes, and Neoclassical Theory*. International Organization, vol. 41, p. 529. Cambridge, 1987. *Apud* HERMANN, Breno. *Soberania, Não-Intervenção e Não-Indiferença*. Funag, 2011, pg. 32.

todos soberanos e iguais entre si, devendo respeito uns aos outros*. Este é um momento de grande relevância, pois deste imperativo deriva-se que nenhum Estado poderá intervir, tanto em assuntos internos quanto externos de outro, tendo os Estados total liberdade para optar por suas ações nacionais e internacionais.

Apesar desta prerrogativa, alguns autores afirmam que “até a Revolução Francesa, a intervenção foi muito praticada e não estava condenada nem em nome da moralidade em política internacional, nem em nome do direito internacional”²¹. No entanto, a Assembléia Nacional Constituinte, com referência à França:

“oferecia a todos os povos oprimidos que manifestassem o desejo, de intervenções no seu próprio território para derrubar seus tiranos; mas ela condenou a intervenção por parte das outras Potências para tentar manter a monarquia na França; ela assim pôs, em grande parte, as fundações da doutrina moderna não intervencionista”²².

No decorrer dos anos, surgem novos tratamentos dados ao tema por diferentes autores que contribuíram a esta doutrina. Em 1795, em sua obra “À Paz Perpétua”, Immanuel Kant delineia novas possibilidades ao assunto, definindo que a não-intervenção ocorre em virtude da busca do convívio pacífico das nações e pela pretensão internacional da busca contínua pela paz, objetivo de todas as nações. Diferentemente do ponto de vista de Hugo Grócio, que acredita que esta se estabeleça pela dependência recíproca e mútuo interesse. Kant afirma que para este convívio pacífico estabelecer-se, “nenhum Estado deve imiscuir-se com emprego da força na constituição e no governo de um outro Estado”²³. Afirma Kant que se um conflito interno ainda não estiver decidido, a ingerência de potências externas seria uma violação de direitos de um povo independente que só batalha contra seus próprios males; “seria, portanto, um escândalo, e poria em perigo a autonomia de todos os Estados”.²⁴ Este pensamento reforçou a formulação da concepção não-intervencionista com relação aos governos.

²¹ POTTER, Pitman B. *L'intervention en droit international moderne*. In: Recueil des cours. Haia: Den Haag, V. 32, p. 607-690, 1930, pg 630.

²² POTTER, Pitman B. *L'intervention en droit international moderne*. In: Recueil des cours. Haia: Den Haag, V. 32, p. 607-690, 1930, pg 630.

²³ KANT, Immanuel. *À paz perpétua*. São Paulo: LPM, 1989, pg. 26.

²⁴ KANT, Immanuel. *A Paz Perpétua e Outros Opúsculos*. Lisboa: Edições 70, 1995, pg. 123.

Já no século XIX, há o desenvolvimento de uma prática internacional contrária a intervenção, tanto no continente americano, através das doutrinas não-intervencionistas²⁵, quanto na Europa, no combate às ações da Santa Aliança. Porém, o emprego do termo continuou sem precisão, ainda que tenha havido progresso no sentido de vedar a interferência externa “não apenas contra a integridade territorial do Estado como também contra a organização e outros assuntos domésticos”.²⁶

Seguindo a cronologia, já no século XX, os episódios atrozizados gerados durante a Segunda Guerra Mundial, produziram a conjectura política sob a qual foi construída a Carta da Organização das Nações Unidas. Para que ela se tornasse efetiva, necessária foi a criação de uma Organização que garantisse “a paz e a segurança internacionais”²⁷. Em sua própria instauração a ONU tinha o objetivo de proteger a humanidade do “flagelo da guerra”²⁸, tendo como referência, as duas guerras mundiais.

Isso precisaria ser alcançado pelo respeito total à soberania nacional, a fim de evitar a intervenção militar de grandes potências em países mais fracos. A proteção da soberania nacional na lei internacional repousava no reconhecimento que conflitos internos em nações fracas podem ser explorados por nações fortes, “a exemplo das intervenções da Alemanha na Tchecoslováquia e na Polônia sob a alegação de ‘defesa das minorias oprimidas’”²⁹.

A partir desta perspectiva, houve o reconhecimento do princípio – ainda que implícito - em 1945, no art. 2º, §7º³⁰ da Carta das Nações Unidas, trazendo alteração significativa se comparado ao direito internacional tradicional, onde a intervenção era tida como admissível não somente para resguardar o direito do Estado, como ainda para afirmar os interesses nacionais. Posto que os Estados

²⁵ Doutrina Monroe, de 1823, América para os Americanos; Doutrina Drago; Doutrina Tobar; Doutrina Estrada;

²⁶ CONFORTI, B. “*The Principle of Non-Intervention*”. In: Bedjaoui, 1991. p. 467-468. *Apud* Viotti, Aurélio. *Ações Humanitárias pelo Conselho de Segurança: entre a cruz Vermelha e Clausewitz*. Funag, 2004, pg. 86.

²⁷ Art. 1, §1 da CNU. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/carta/cap1/>. Acessado dia 15/03/16.

²⁸ Preâmbulo da CNU: <https://nacoesunidas.org/carta/>. Acessado dia 15/03/16.

²⁹ Disponível em: <http://www.teoriaedebate.org.br/materias/internacional/em-defesa-de-uma-politica-externa-nao-intervencionista?page=full>, acessado dia 15/03/2016.

³⁰ Há controvérsias em relação a qual artigo da Carta o princípio é extraído. Sobre este tema se verá adiante.

possuíam o *jus ad bellum*, era comum a alegação das grandes potências de defesa de algum interesse essencial e interviessem por força – ou por ameaça dela – nos assuntos internos ou externos de outro Estado³¹.

A partir deste período (1945 a 1990), o princípio da não-intervenção, mostrou-se expressivo também para o fim da história colonial. Em decorrência da descolonização, este, precisaria ser colocado a um amplo conjunto de nações, muitas das quais não possuíam recursos internos para o uso da Soberania positiva³², pois ainda restava o receio de que os países africanos recém independentes voltassem a estar sujeitos a outros. Por isso em 1963 nasceu “[...] em âmbito político continental a Organização da Unidade Africana (OUA), com o objetivo de impedir a intervenção estrangeira em assuntos internos dos Estados africanos e manter a paz e a segurança no continente.”³³

Na América Latina, o princípio também se mostrou muito expressivo e hoje é considerado por muitos autores como uma conquista latino-americana³⁴ sendo consagrado em diferentes Convenções e Resoluções internacionais. Para exemplificar-se, a Convenção sobre os Direitos e Deveres dos Estados de Montevideu (1933)³⁵ e a Carta da Organização dos Estados Americanos (OEA) de 1948³⁶. No entanto, a nível mundial, somente em outubro de 1970, na reunião da Assembleia Geral das Nações Unidas, ele teve seu destaque expresso, juntamente com os sete grandes princípios do direito internacional na “Declaração relativa aos princípios do Direito Internacional regendo as relações amistosas e cooperação entre os Estados conforme a Carta da ONU”. São eles:

³¹ VIOTTI, Aurélio. *Ações Humanitárias pelo Conselho de Segurança: entre a cruz Vermelha e Clausewitz*. Funag, 2004, pg 93.

³² UETA, Andres. *Intervenções Humanitárias: um debate introdutório sobre as críticas e justificativas morais*, pg 32.

³³ OLIVEIRA, Odete Maria de. *Velhos e Novos Regionalismos*. Ijuí: Unijuí, 2009, pg. 94.

³⁴ CONFORTI, B. “*The Principle of Non-Intervention*”. In: Bedjaoui, M. *International Law: achievements and prospects*. Dordrecht: Martinus Nijhoff, 1991. p. 467- 468. Henkin, 1990. p. 142-143. *Apud* VIOTTI, Aurélio. *Ações Humanitárias pelo Conselho de Segurança: entre a cruz Vermelha e Clausewitz*. Funag, 2004, pg 86.

³⁵ Art. 3º da Convenção sobre os Direitos e Deveres dos Estados de Montevideu - A existência política do Estado é independente do seu reconhecimento pelos demais Estados. Ainda antes de reconhecido, tem o Estado o direito de defender sua integridade e independência, prover a sua conservação e prosperidade, e consequentemente, organizar-se como achar conveniente, legislar sobre seus interesses, administrar seus serviços e determinar a jurisdição e competência dos seus tribunais. O exercício destes direitos não tem outros limites além do exercício dos direitos de outros Estados de acordo com o Direito Internacional.

³⁶ Arts 19º e 20º da Carta da Organização dos Estados Americanos - Nenhum Estado ou grupo de Estados tem o direito de intervir, direta ou indiretamente, seja qual for o motivo, nos assuntos internos ou externos de qualquer outro. Este princípio exclui não somente a força armada, mas também qualquer outra forma de interferência ou de tendência atentatória à personalidade do Estado e dos elementos políticos, econômicos e culturais que o constituem).

I - a proibição do uso ou ameaça da força; II - não intervenção nos assuntos internos dos Estados; III - solução pacífica de controvérsias; IV - igualdade soberana dos Estados; V - igualdade de direitos e autodeterminação dos povos; VI - boa-fé no cumprimento das obrigações internacionais; VII - dever de cooperação internacional³⁷.

Com o tempo, o aludido princípio se contorna, sendo aplicado nas decisões da Corte Internacional de Justiça (C.I.J.). Extrai-se do caso das atividades militares envolvendo Estados Unidos e Nicarágua, de 1984, a afirmativa:

O princípio da não-intervenção envolve o direito de qualquer Estado soberano de conduzir seus assuntos sem ingerência externa. [...] Sobre o conteúdo do princípio em direito costumeiro, a Corte definiu os elementos constitutivos que pareciam pertinentes ao presente caso: uma intervenção proibida deve ser aquela que incide em matérias sobre as quais o princípio da soberania dos Estados permite a cada um decidir livremente (escolha do sistema político, econômico, social e cultura e formulação das relações exteriores, por exemplo). A intervenção é ilícita quando utiliza, em relação a tais escolhas, métodos de coerção, principalmente a força, seja sob a forma direta (ação militar) seja sob uma forma indireta (apoio de atividades subversivas no interior de outro Estado).³⁸

No entanto, cabe ressaltar que apesar da aceitação do princípio, durante a Guerra Fria (1940 – 1989), o cenário político gerado por ela fazia com que os agentes que conduziam o mundo bipolar da época empregassem intervenções e inúmeras outras medidas para afirmar a consolidação do próprio sistema ideológico e para impedir a instalação da ideologia antagônica. Foi o caso das ações que os EUA e a URSS aplicaram na Guerra da Coreia, no início dos anos 1950³⁹. Neste período, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) se tornou inoperante, visto que o cenário político somado ao poder de veto, tornava a tomada de qualquer ação pelo CSNU algo distante, seja para reprimir os agentes infratores, ou para fornecer auxílio às populações necessitadas⁴⁰.

Com o fim da Guerra Fria em 1990, os organismos internacionais começaram a participar com mais vigor na defesa dos direitos humanos, de

³⁷ Declaração relativa aos princípios do Direito Internacional regendo as relações amistosas e cooperação entre os Estados conforme a Carta da ONU. Disponível em: [http://www.un.org/french/documents/view_doc.asp?symbol=A/RES/2625\(XXV\)&Lang=F](http://www.un.org/french/documents/view_doc.asp?symbol=A/RES/2625(XXV)&Lang=F). Acessado dia 15/03/2016.

³⁸ CIJ- Caso Nicarágua versus Estados Unidos. 1984. Disponível em: <http://www.icj-cij.org/docket/files/70/6485.pdf>. Acessado dia 13/10/2015.

³⁹ COLE, J. *Anti-americanism: It's the policies*. The American Historical Review, Vol. 111, No. 4, pp. 1120-1129. Outubro, 2006.

⁴⁰ BADESCU, C. G. *Humanitarian Intervention and the Responsibility to Protect*, New York: Routledge, 2011.

modo que, não havia mais lugar para a inação da ONU, e com isso, relevar a tomada de medidas unilaterais. Desde então, ações nomeadas como “humanitárias” tem sido usadas como justificativas para ameaçar – ou iniciar – ações militares internacionais sob a égide da ONU⁴¹. Desta maneira, a década de 1990, iniciada com a expectativa de funcionamento do Sistema de Segurança Coletiva, assistiu “diferentes ações coercitivas sob justificativa humanitária”⁴².

O primeiro precedente para legitimar as intervenções humanitárias foi a resolução 794 do CSNU, que visava proteger civis somalis⁴³. O Conselho de Segurança utilizou o Capítulo VII para autorizar os Estados-membros a “usar todos os meios necessários para estabelecer um ambiente seguro para operações de ajuda humanitária”⁴⁴. Após essa resolução, o CSNU passou cada vez mais a estabelecer uma relação entre a proteção dos direitos humanos e a ação da ONU.

Durante a década de 1990, outras crises humanitárias terminaram sendo palcos de intervenções. Como exemplo extrai-se o caso da intervenção da OTAN na Bósnia⁴⁵ e no Haiti⁴⁶, autorizadas pela ONU; e em Kosovo onde não se observou o mecanismo de autorização da ONU⁴⁷.

Atualmente, (a partir de 2005) inseriu-se neste contexto um novo ensejo para as intervenções, pautado no conceito de “responsabilidade de proteger”⁴⁸, trazido por Kofi Annan, ex-secretário geral da ONU, e aplicado pela primeira vez na assistência humanitária na Líbia em 2011. Este conceito baseia-se na ideia de que o Estado tem a responsabilidade primordial na proteção de seus indivíduos nos casos de genocídio, crimes de guerra, limpeza étnica e crimes contra a humanidade⁴⁹, somente após a falha visível do Estado em proteger sua

⁴¹ Há controvérsias na doutrina e artigos especializados, se estas ações

⁴² VIOTTI, Aurélio. *Ações Humanitárias pelo Conselho de Segurança: entre a cruz Vermelha e Clausewitz*. Funag, 2004, pg 25.

⁴³ ONU, 1992, S/RES/794.

⁴⁴ Resolução 794, de 03 de dezembro 1992. Pár. 10: “to use all necessary means to establish a secure environment for humanitarian relief operations”.

⁴⁵ ONU, 1992, S/RES/770.

⁴⁶ ONU, 1994, S/RES/ 940.

⁴⁷ VIOTTI, Aurélio. *Ações Humanitárias pelo Conselho de Segurança: entre a cruz Vermelha e Clausewitz*. Funag, 2004, pg 25.

⁴⁸ Doc. Cúpula Mundial 2005. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N05/487/63/PDF/N0548763.pdf?OpenElement>. Acessado dia 16/01/2015.

⁴⁹ Doc. Cúpula Mundial 2005. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N05/487/63/PDF/N0548763.pdf?OpenElement>, pg 33. Acessado dia 15/03/2016.

população e o esgotamento das tentativas pacíficas, a comunidade internacional, na figura da ONU poderá auxiliar o Estado na assistência humanitária à população, por autorização do CSNU, de acordo com os Capítulos VI e VII da Carta das Nações Unidas. Sobre este tema, ver-se-á com mais vagar nos próximos tópicos.

2.2 O princípio da não-intervenção nos governos

O governo é entendido como um dos pilares constitutivos do Estado. Deste modo, este aparelho político é tão necessário à existência do Estado como uma população e um território⁵⁰.

Segundo Pelet, o direito internacional confirma a necessidade de um governo na formação do Estado, mas não pode, entretanto, ditar a este, as formas de sua representação governamental⁵¹, pois o Estado detém de Soberania interna para realizar tais escolhas.

A partir da Soberania do Estado, internamente, o governo se auto-organiza da forma que lhe for mais pertinente, podendo aderir, por exemplo, a forma monárquica, republicana, presidencialista, parlamentarista, democrata, teocrata, autocrata, etc. Por consequência, é irrelevante a forma que o Estado adote. O que ele precisa é o reconhecimento pelos demais de seu caráter soberano, dentro da sua jurisdição territorial. Neste espaço, o governo detém o monopólio legal do uso da força sobre a população que habita seu território⁵².

Segundo Robertson, o Direito Internacional Costumeiro tem se mostrado apolítico, no sentido de admitir que os Estados soberanos optem por qualquer forma de organização política interna, em suas palavras:

Tratados são ratificados por quem detém o poder executivo, e a regra de não-intervenção aplica-se não importa o quão impopular o chefe de Estado possa ser. “Imunidade Soberana” muitas vezes é reivindicada por, e sempre concedida, aos governantes e seus diplomatas cuja pessoas próprias, se for

⁵⁰ PELLET, Alain; DINH, Nguyen Quoc ; DAILLIER, Patrick. *Direito internacional público*. 2. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. Pg. 426.

⁵¹ *Ibid*, 426.

⁵² CUSIMANO, Maryann K. *Beyond Sovereignty. Issues for a global agenda*. Chapter. 1. New York: Bedford/St. Martin's, 2000, p. 10.

dada a votação, seria enfaticamente lançá-los do poder⁵³.

Desta forma, nem a legitimidade, nem a efetividade de um governo - conhecida como a capacidade de exercer todas as funções estatais (inclusive a manutenção da ordem e segurança internas) podem ser questionadas ou postas em dúvida pela comunidade internacional, o que, caso ocorresse, seria considerado “incompatível com o princípio da não-ingerência nos assuntos internos dos Estados”⁵⁴. Pelet afirma ainda, que esta reserva é aplicada inclusive em situações em que um Estado é acometido por uma guerra civil. (grifo nosso).

Nesta seara, o princípio da não-intervenção mostra-se extremamente relevante, pois ele presume que não se pode influenciar coercitivamente, por agentes externos, as políticas estatais e a estrutura da autoridade política de um Estado soberano contra a sua própria vontade⁵⁵. Para Walzer, o princípio não protege o Estado em si, mas o agrupamento ou os agrupamentos humanos que o compõem⁵⁶, pois mostra-se livre, a escolha por cada povo de seu aparelho político, como consequência direta do princípio da autodeterminação dos povos⁵⁷.

Neste sentido, Jhon Stuart Mill acredita que para os cidadãos se autodeterminarem numa certa comunidade política, resolvendo suas contendas políticas e estabelecendo suas instituições, é condição indispensável, ainda que não suficiente, a não interferência estrangeira, pois somente assim os povos podem viver em liberdade⁵⁸.

Um argumento sustentado por Mill em defesa de seu pensamento é o de que “o único teste que possui algum valor real, de que um povo tenha se tornado preparado para as instituições populares, é que eles estão dispostos a lutar por

⁵³ “Treaties are ratified by whomsoever holds executive power, and the rule of non-intervention applies no matter how unpopular the head of state may be. ‘Sovereign immunity’ is often claimed by, and always accorded to, rulers and their diplomats whose own people, if given the vote, would emphatically cast them from power”. ROBERTSON, Geoffrey. *Crimes Against Humanity. The Struggle for Global Justice*. New York: The New Press, 2002, pg. 174.

⁵⁴ PELLET, Alain; DINH, Nguyen Quoc ; DAILLIER, Patrick. *Direito internacional público*. 2. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003, pg. 427.

⁵⁵ BEITZ, Charles. *Political Theory and International Relations*, Princeton, Princeton University Press, 1999, pg. 72.

⁵⁶ WALZER, Michael. *The Moral Standing of States*, 1980, pg. 228.

⁵⁷ Segundo este princípio cada Estado tem o direito de escolher e desenvolver livremente o seu sistema político, social, econômico e cultural. (vide BROWNLIE, Ian)

⁵⁸ MILL, J. S. *A few words on non intervention*. In *dissertations and discussions, Political, Philosophical and Historical*, vol. 3. London, Longman, Green, Reader and Dyer, pg. 171-176.

sua liberdade”⁵⁹. Seguindo esta linha de raciocínio, chega-se ao escopo de que não existe força externa capaz de trazer liberdade para o povo de um Estado; primeiramente, é necessário um amadurecimento no processo político, sem isso, “ou a liberdade não pode ser alcançada ou não é uma liberdade verdadeira”⁶⁰.

Walzer acredita que, apesar das consequências da globalização, qualquer intervenção vinda do ambiente externo sobre estes agrupamentos equivale a destruí-los. Destruir algo valioso, que é o direito destes de participar no desenvolvimento do que se está a produzir e que só pode se realizar no seio deste agrupamento⁶¹. O ser humano tem o direito de viver num certo tipo de sociedade, de acordo com a sua identidade cultural e o modo de vida que esta edificou.

Para Walzer, o direito à autodeterminação (face do direito a não-intervenção) de um Estado não está ligado ao fato de suas instituições políticas terem ou não qualidade, de seu povo participar ou não ativamente da vida política, de modo que o autor defende que os Estados devem ser tratados como comunidades que se autodeterminam, independentemente se sua organização política interna é livre ou não, se os cidadãos elegem ou não o seu governo, se discutem abertamente ou não as políticas desenvolvidas em seu nome. Pois para ele “autodeterminação e liberdade política não são termos que se equivalem”⁶².

No entanto, que é mais importante para o autor é que as instituições não sejam impostas por outro Estado, tendo em vista que “a autodeterminação é a escola onde se aprende (ou não) a virtude e onde se conquista (ou não) a liberdade”⁶³. Para ele “os membros de uma comunidade política devem procurar a sua própria liberdade, assim como os indivíduos devem cultivar a sua própria virtude. Não podem ser libertados, tal como o indivíduo não se pode tornar

⁵⁹ *Ibid.*

⁶⁰ UETA, Andres. *Intervenções Humanitárias: um debate introdutório sobre as críticas e justificativas morais*, pg 54.

⁶¹ “a loss of something valuable, which they clearly value, and to which they have a right, namely their participation in the ‘development’ that goes on and can only go on within the enclosure”, in Michael WALZER, “*The Moral Standing of States*”, pg. 228.

⁶² “We are to treat states as self-determining communities, he argues, whether or not their internal political arrangements are free, whether or not the citizens choose their government and openly debate the policies carried out in their name. For self-determination and political freedom are not equivalent terms”, in WALZER, Michael. *Just and Unjust Wars*, pg. 87.

⁶³ “Self-determination is the school in which virtue is learned (or not) and liberty is won (or not)”, in *ibid.*

virtuoso, graças a uma força externa”⁶⁴.

O autor afirma, no entanto, que aqueles que não se sentem representados pelo governo, ou que se sentem perseguidos, tem o poder e o dever de realizarem suas próprias revoluções ou guerras civis mas “não há qualquer direito a ser protegido das consequências do fracasso doméstico, mesmo de uma repressão sangrenta”⁶⁵.

Para Walzer, as tropas estrangeiras podem contribuir para o desenvolvimento político, a passo que desencadeiem resistência que desate o processo de autodeterminação⁶⁶. Todavia, uma intervenção estrangeira, não poderá impulsionar uma comunidade no caminho da liberdade, e pode acabar inclusive prejudicando o seu desenvolvimento, caso seja demorada⁶⁷. Para o autor, todas as comunidades tem capacidade política para decidir o seu destino, com liberdade do controle externo, ainda que precisem passar por processos de revolução, deste modo, “apesar de os Estados se fundarem para defender a vida e a liberdade, não podem ser desafiados em nome da vida e da liberdade por nenhum outro Estado”⁶⁸.

Walzer leva em consideração a legitimidade de um governo com base na correspondência deste com a comunidade. Afirma que toda a obrigação política dos cidadãos e da soberania do Estado é enraizada pelo contrato celebrado pelos membros da comunidade quando consentem em serem governados. Apesar disso, para o autor, torna-se complicado defender que existe consentimento quando um governo é tirânico e desrespeita direitos básicos do cidadão. Nestes casos, reconhece que falta legitimidade ao Estado, pois este transgride o contrato feito com os cidadãos, e por isto, estes, não tem qualquer obrigação de obedecer aos governantes ou as leis estatais. Porém, a falta de legitimidade de um governo não tem correspondência internacional, porque perante a comunidade externa, o Estado deve presumir-se legítimo.

⁶⁴ “The members of a political community must seek their own freedom, just as the individual must cultivate his own virtue. They cannot be set free, as he cannot be made virtuous, by an external force”, *in ibid.*, pg. 87.

⁶⁵ “There is no right to be protected against the consequences of domestic failure, even against a bloody Repression”, *in ibid.*, pg. 88.

⁶⁶ *Ibid.*, pg. 87.

⁶⁷ *Ibid.*, pg. 88.

⁶⁸ “Though states are founded for the sake of life and liberty, they cannot be challenged in the name of life and liberty by any other states”, *in ibid.*, pg. 61.

Para o autor, a comunidade exterior não pode criticar a união entre um povo e um governo, pois ela não tem aptidão para tal, não conhece suficientemente a história deste Estado, sua formação cultural, social, política, histórica e religiosa. A comunidade internacional pode contestar a legitimidade de um governo, mas não pode utilizar este fato como fundamento que justifique uma intervenção militar. Para o autor, a tirania por si só não pode ser razão para uma intervenção estrangeira, afirmando que mesmo “os tiranos caseiros estão a salvo, pois o nosso objetivo na sociedade internacional (...) não consiste em estabelecer comunidades liberais ou democráticas, mas apenas comunidades independentes”⁶⁹.

Walzer observa que mesmo que as intenções detrás de uma intervenção fossem boas, sempre trariam resultados que não se poderia prever, e o efeito político da presença de tropas externas seria sempre menor do que os fatores locais como a cultura, a história, às quais, a comunidade internacional seria sempre alheia. Para Walzer o cidadão pode optar por defender ou se rebelar contra um Estado tirânico, no entanto, essa liberdade não pode ser transferida de maneira fácil aos Estados ou exércitos estrangeiros, ao ponto de se transformar num direito de intervenção; e acima de tudo, esta não é uma transferência que possa ser iniciada por decisão externa⁷⁰.

Para Walzer, uma intervenção externa tira do povo seu direito de encontrar por si mesmo a solução para seus conflitos, de ter suas ideias de resistência para lutar por sua liberdade, sendo a revolução um direito intransferível aos exércitos estrangeiros. Para o autor, mesmo no caso de haver uma guerra civil, é difícil indicar se são os rebeldes ou o Estado que detém maior apoio da população, pois esta muitas vezes não expõe publicamente seu pensamento.

Para o autor, o grande defeito da intervenção externa está no fato de que sua decisão fica a cargo de burocratas de Estados estrangeiros, ou de espécies de burocratas globais, aos quais Walzer não vê nenhuma legitimidade. Para ele,

⁶⁹ “domestic tyrants are safe, for it is not our purpose in international society (...) to establish liberal or democratic communities, but only independent ones”, in WALZER, Michael. *Just and Unjust Wars*, pg. 94.

⁷⁰ “They are free to fight as they are free to rebel. But that freedom does not easily transfer to foreign states or armies and become a right of invasion or intervention; above all, it does not transfer at the initiative of the foreigners”, in WALZER, Michael. *The Moral Standing of States*, pg. 214.

como os direitos são elementos que distribuídos garantem a autoridade para tomada de decisões⁷¹, tanto os direitos comunitários quanto os individuais, tem grau de autonomia de seus depositários e não podem ser deslocados para as mãos de funcionários globais.

1.3 A utilização do princípio da não-intervenção pela ONU: Carta das Nações Unidas, Resoluções e Prática

O Princípio da Não Intervenção é adotado pela ONU em sua forma clássica pela maioria de suas disposições. Porém, segundo Bohlke, inúmeras foram as propostas de emendas ao texto da Carta da ONU, para que os conceitos dos princípios fossem melhor estruturados dentro dela⁷².

Desta maneira, a partir da Carta, diferentes são as opiniões sobre de onde se abstrai o aludido princípio. Muitos autores acreditam que o princípio é extraído de seu art. 2º, § 1º, por ser este corolário da Soberania Estatal: “A Organização das Nações Unidas se baseia no Princípio da Igualdade Soberana de todos os Estados Membros”⁷³.

Outros, crêem que o princípio se despreende do art. 2º, § 7º da Carta da ONU, mesmo que este dê interpretação restritiva ao conteúdo conceitual do princípio da não intervenção:

“Nenhum dispositivo da presente Carta autorizará as Nações Unidas a intervirem em assuntos que dependam essencialmente da jurisdição de qualquer Estado ou obrigará os Membros a submeterem tais assuntos a uma solução, nos termos da presente Carta; este princípio, porém, não prejudicará a aplicação das medidas coercitivas constantes do Capítulo VII”⁷⁴.

Percebe-se, pela literalidade do comando normativo que a proibição de intervenção direciona-se diretamente à ONU, sem citar os demais Estados membros. Salienta-se que segundo este comando, a jurisdição interna dos

⁷¹ *ibid.*, pg. 224.

⁷² BÖHLKE, Marcelo. *A proibição do uso da força no direito internacional contemporâneo*. Rio de Janeiro, Renovar, 2011, pg. 121.

⁷³ Art. 2º, §1º da Carta das Nações Unidas. Disponível em: <http://www.un.org/en/sections/un-charter/chapter-i/index.html>. Acessado dia 27/05/2016.

⁷⁴ Art. 2º, §7º da Carta das Nações Unidas. Disponível em: <http://www.un.org/en/sections/un-charter/chapter-i/index.html>. Acessado dia 27/05/2016.

Estados deve ser respeitada pela Organização, inclusive quanto a submissão de seus assuntos internos a uma solução.

Alguns autores pontuam, no entanto, que o princípio advém do art. 2º, §4º, que determina que todos os Estados signatários da Carta, assim como não signatários (art. 2º, §6º), devam abster-se do uso da força e da ameaça no âmbito de suas relações internacionais. Este é o posicionamento de Hans Kelsen, que acredita que apesar de não estar previsto expressamente, o princípio emana, de modo implícito, do art. 2º, § 4º⁷⁵.

A vedação do uso da força determina que os Estados podem gerar a guerra apenas em resposta a um ataque, tendo como expressão jurídica notória o artigo 51 da Carta da ONU, que explica a premissa não intervencionista pela condenação quase irrestrita do uso da força nas relações internacionais, pois “nada, exceto um ato de agressão (e as situações de ameaça à paz e à segurança previstas no capítulo VII da Carta), justificaria o uso da força”⁷⁶.

Apesar das diferentes interpretações, em sua clássica conceituação doutrinária, o princípio da não-intervenção traduz o dever por parte de Estados soberanos e organizações internacionais em não intervir na esfera de jurisdição interna de um Estado soberano ou comunidade política independente⁷⁷. Neste sentido, a ONU sempre respaldou o princípio da não-intervenção em suas resoluções.

Como exemplo, extrai-se da resolução da Assembleia Geral, nº. 2131 de 1965, rotulada como a *Declaração sobre a inadmissibilidade da intervenção em assuntos internos de outros Estados e a proteção de sua independência e soberania*. Esta declaração traz expressamente que “nenhum estado tem direito de intervir direta ou indiretamente, seja qual for o motivo nos assuntos internos e externos de qualquer outro. Não somente a intervenção armada como também qualquer outras formas de ingerência ou de ameaça atentatória a personalidade do Estado, ou dos elementos políticos, econômicos e culturais que o constituem, estão condenadas”⁷⁸.

⁷⁵ KELSEN, Hans. *The Law of the United Nations*. London, Stevens and sons, 1951, pg 770.

⁷⁶ D'AMATO, A. *International Law: process and prospect*. Dobbs Ferry: Transnational Publishers, 1987, 223. Apud HERMAN, Breno. *Soberania, Não-Intervenção e Não-Indiferença*, Funag, 2011, pg. 152.

⁷⁷ BULL, Hedley. *Intervention in world politics*. Oxford: Claredon, 1984, pg. 1.

⁷⁸ Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=6Xr92w01b8C&pg=PA30&lpg=PA30&dq=walzer+paradigma+legalista&source=bl&ots=G47jE3>

Em 24 de outubro de 1970, a Resolução 2625 (XXV), aprova a Declaração atinente aos princípios do direito internacional no que diz respeito às relações amigáveis e à cooperação entre os Estados nos termos da Carta das Nações Unidas. Esta resolução consagra sete princípios: proibição do uso da força, solução pacífica das controvérsias, não intervenção nos assuntos de jurisdição doméstica dos Estados, igualdade de direitos e autodeterminação dos povos, obrigação de cooperação entre os Estados, igualdade soberana dos Estados e cumprimento de boa-fé das obrigações internacionais⁷⁹.

Em 1976, é feita a resolução 31/91, mais voltada a não interferência nos assuntos internos de um Estado, reafirmando o Princípio da autodeterminação, que protege as escolhas dos membros de sua comunidade, inclusive de seu regime político. Em seu texto explicita que a ONU está ciente das diferentes maneiras de pressões e intervenções, diretas e indiretas, que os Estados exercem entre si. Ao final, o Secretário-Geral, ressaltou o princípio da não-intervenção e convidou os Estados Membros a explicitarem qual a melhor maneira de respeitá-lo⁸⁰.

Somente em 1981, na resolução 36/103 que continha a Declaração sobre a inadmissibilidade de intervenção e interferência nos assuntos internos dos Estados, é que os Estados se posicionam frente ao chamado do Secretário-Geral. Dentre outras questões, a resolução trouxe novas limitações aos atos intervencionistas. Ela reafirma que os Estados devem isentar-se de conceder amparo, direto ou indireto, a medidas de terceiros que sejam ameaças a Soberania de outros países, citando os casos de financiamento e treinamento de mercenários para que avancem contra outros Estados. Também estimula as práticas de apoio à autodeterminação dos povos que estejam alicerçadas com o Princípio da Não-intervenção.⁸¹

QE3D&sig=T2trWvXVmm7-B1vIE2GpkUFYEes&hl=pt-BR&sa=X&redir_esc=y#v=onepage&q=walzer%20paradigma%20legalista&f=true. Acessado dia 27/05/2016.

⁷⁹ United Nations, *General Assembly*. Disponível em: <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/348/91/IMG/NR034891.pdf?OpenElement>. Acessado dia 27/05/2016.

⁸⁰ United Nations, *General Assembly* Disponível em: <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/302/74/IMG/NR030274.pdf?OpenElement>.

⁸¹ Resolução 36/103.

Ao que tange aos conflitos na Líbia e na Síria, de todas as 30 resoluções (aproximadamente) aprovadas de 2011 a 2012 pelo CSNU, houve inúmeras declarações expressas de desestímulo a intervenção e salvaguarda do princípio da não intervenção, como se verá mais adiante. O que demonstra que apesar de nem sempre respeitado, o princípio ainda é fortemente exaltado no cotidiano internacional.

1.4 Das exceções ao princípio à assistência humanitária

A Carta das Nações Unidas prevê algumas exceções legais a esse princípio. A primeira se refere às medidas coletivas relativas à Ameaça à Paz, Ruptura da Paz e Atos de Agressão, dispostas no Capítulo VII da Carta⁸². No entanto, este 'direito' da ONU se condiciona primeiramente a tentativa de solucionar pacificamente as diferenças, antes de recorrer a qualquer uso de força (capítulo VI). Todas as medidas pacíficas possíveis devem ser tentadas: missões de paz, comissões de investigação, julgamento na Corte Internacional de Justiça (CIJ). Neste sentido, a Guerra do Golfo, em 1990, foi antecedida por um grande trabalho diplomático. "O mesmo ocorreu em 2011, em relação à intervenção na Costa do Marfim, mas não no caso da Líbia"⁸³.

A segunda exceção ao princípio, se refere a legítima defesa individual ou coletiva no caso de agressão armada (art. 2, §4 da Carta)⁸⁴, dando ao Estado agredido o direito de reação. Esta foi a justificativa utilizada para o ataque dos Estados Unidos ao Afeganistão, em revide aos atos de 11 de setembro de 2001.

A intervenção humanitária, apesar de não estar expressa legalmente, sem dúvida, é a principal propulsora do número de ingerências e a que suscita maior repercussão internacional, frente a sua legitimidade e legalidade, bem como quanto aos interesses de quem intervêm e resultados práticos ao país intervindo. Recentemente, a expressão "intervenção humanitária" tem sido substituída pela

⁸² Cap. VII da CNU. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/carta/cap7/>. Acessado dia 16/03/2016

⁸³ Disponível em: https://www.diplomatique.org.br/print.php?tipo=esp_ar&id=104. Acessado em 08/06/2016.

⁸⁴ Art. 51 da CNU. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/carta/cap7/>. Acessado dia 16/03/2016.

expressão “assistência humanitária” seguindo a orientação do *Institut de Droit International**, onde se descarta o uso indevido da primeira, dada as tristes recordações do termo⁸⁵. Esta foi a definição adotada no título desta monografia.

A noção de “intervenção humanitária” reporta os direitos fundamentais debatidos desde o século XV. Este instituto foi explicado por Francisco de Vitória (1480-1546), Francisco Suares (1548-1617), Luis Molina (1535-1601), Vattel (1714-1767)^{86*}, que adotam o direito natural como um ‘direito comum da humanidade’, onde havia expressa coibição à barbárie, com a hipótese de intervenção em um território onde existisse a afronta a esse direito.

Com o advento da Segunda Guerra e as barbaridades provocadas por ela, o indivíduo passou a ser valorizado e encontrar-se em uma posição central no cenário internacional. A formação do Direito Internacional dos Direitos Humanos (DIDH) e do Direito Humanitário Internacional (DIH) auxiliou a proteção dos indivíduos em face das arbitrariedades lançadas pelo Estado e por seus co-cidadãos. Neste diapasão, muitos foram os documentos internacionais que afirmaram o respeito aos direitos humanos, cabendo-se citar a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Convenção para Repressão do Crime de Genocídio (1948), o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (1966), entre outros⁸⁷.

No Médio Oriente houve a criação da Carta Árabe dos Direitos Humanos, que na avaliação de um especialista árabe toou como uma “continuação de outros instrumentos internacionais relativos aos Direitos Humanos”, reconhecidos na particularidade do direito islâmico, do shari’ah⁸⁸.

⁸⁵ TRINDADE, Cançado. “Reply [- Assistance Humanitaire]”, 70 *Annuaire de l’Institut de Droit International – Session de Bruges* (2002 – 2003) n. 1, pp. 536-540. *Apud* VIOTTI, Aurélio. *Ações Humanitárias pelo Conselho de Segurança: entre a cruz Vermelha e Clausewitz*. Funag, 2004, pg. 17.

⁸⁶ RAMOS, Adriana. *Intervenção Humanitária*. Disponível em:

http://www.viannajr.edu.br/revista/dir/doc/art_10010.pdf. Acesso em 08 de novembro de 2016.

⁸⁷ Cabe-se ressaltar também o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), a Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1966), a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1979), a Convenção contra a Tortura e outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes (1984), Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006), etc.

⁸⁸ AL-MIDANI, *Présentation de la Charte Arabe des Droits de l’Homme*, in *Direitos Humanos : A promessa do Século XXI*, Porto/Portugal, ELSA/Universidade Portucalense, 1997, pg. 77-78. *Apud* TRINDADE, Cançado, pg. 358.

Ao que tange a Carta da ONU, em seu art. 1, III, há a previsão do dever da organização em alcançar uma cooperação internacional para resolução de problemas de caráter econômico, social, cultural ou humanitário e para promoção e estímulo do respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinções⁸⁹. Apesar desta prerrogativa, num momento inicial, entendeu-se que a ONU não deveria tomar partido em conflitos domésticos, devendo somente amparar o Estado contra interferências externas⁹⁰. Isto mostrou-se evidente no decorrer da Guerra-Fria, quando o CSNU, encontrou-se estacionado, pelos vetos dos membros permanentes. Dentro desse contexto, entre 1946 e 1989, o CSNU considerou somente três circunstâncias onde houve ruptura da paz e da segurança: “a invasão da Coreia do Sul pela Coreia do Norte (Resolução 82); o conflito das Ilhas Malvinas entre Reino Unido e Argentina (Resolução 502); e a guerra Irã-Iraque, no oitavo ano do conflito (Resolução 598)”⁹¹. No entanto, o exército britânico reuniu a soma de mais de 80 mil conflitos armados neste período⁹². Isto acabou evidenciando que outros instrumentos eram necessários para o desenvolvimento das operações de manutenção da paz, sob a promoção da ONU.

Porém, este aspecto aparentemente cuidadoso do Conselho, parece ter se modificado na década de 1990, após a Guerra Fria, a ponto de indicar que a condição dos direitos humanos e do Direito Humanitário no território seja o componente gerador da ameaça à paz internacional. Isto ascendeu a possibilidade de que o Sistema de Segurança Coletiva rebatesse à estas ameaças, a iniciar-se “pela atuação do Conselho em resposta à invasão iraquiana no Kuaite, logo no início da década de 1990”⁹³. Em 1991, Xavier Perez de Cuéllar, o então Secretário-Geral das Nações Unidas (SGNU), afirmou que:

⁸⁹ Art. 1, III da CNU. Disponível em: <http://www.un.org/en/sections/un-charter/chapter-i/index.html>. Acessado dia 17/03/2016.

⁹⁰ HIGGINS, Rosalyn. *The Development of the International Law Through the Political Organs of the United Nations*. Londres: Oxford University Press, 1963, pg. 108. Apud VIOTTI, Aurélio. *Ações Humanitárias pelo Conselho de Segurança: entre a cruz Vermelha e Clausewitz*. Funag, 2004, pg. 97.

⁹¹ DEL CARPIO, David. *A Responsabilidade de Proteger e o Conselho de Segurança das Nações Unidas*. 2012, pg. 34.

⁹² FONTOURA, Paulo Roberto Campos Tarrise da. *O Brasil e as operações de manutenção da paz das Nações Unidas*. Brasília: FUNAG, 2005, pg. 59.

⁹³ PATRIOTA, Antonio de Aguiar. *O Conselho de Segurança após a guerra do Golfo: a articulação de um novo paradigma de segurança coletiva*. Brasília: Instituto Rio Branco, 1998, pg. 35-66. Apud VIOTTI, Aurélio. *Ações Humanitárias pelo Conselho de Segurança: entre a cruz Vermelha e Clausewitz*. Funag, 2004, pg. 19.

“Estamos testemunhando o que é provavelmente um movimento irresistível nas atitudes públicas em direção à crença de que a defesa dos oprimidos em nome da moralidade deve prevalecer sobre fronteiras ou documentos legais”⁹⁴.

Após a década de 1990, o CSNU demonstrou disposição em agir em situações de graves violações ao DIDH e ao DIH, na forma de um conjunto de resoluções, seja através de sanções econômicas ou de autorizações para atuações militares. Estas decisões, no entanto, não foram adotadas com alicerce em discussões sobre o domínio reservado do Estado, mas “na existência ou não de ameaça ou ruptura à paz e à segurança internacionais, que justificasse a exceção contida no próprio artigo 2, 7”⁹⁵.

Esta ameaça está descrita no art. 39 da Carta das Nações Unidas⁹⁶, analisado por muitos, como um dos artigos mais imprecisos e particulares da Carta. Nele o CSNU tem discricionariedade para tomar medidas provisórias (art. 40), ou outras que “não envolvam o uso da força armada”, embora coercitivas, como sanções econômicas (art. 41). No caso de apreciar que tais medidas sejam impróprias, o CSNU pode utilizar a ação armada (art. 42).

A imprecisão do termo “ameaça à paz”, no entanto, acende questionamentos quanto a competência e seletividade do Conselho, tendo em vista, a grande quantidade de “assistências humanitárias” que foram efetivadas discricionariamente sob esta justificativa. Em 2000, o CSNU adotou resolução de caráter extenso em que corroborava sua propensão para apreciar “violações flagrantes, sistemáticas e amplas” do DIH e do DIDH em circunstâncias de conflito armado como ameaças à paz e à segurança internacionais⁹⁷.

Não apresentando um conteúdo definido, a Carta deixa de estipular parâmetros para determinar sua ocorrência. Da mesma maneira, não há jurisprudência internacional que delineie o significado da expressão. A própria exceção contida ao final do art. 2º, parágrafo 7º, da Carta inviabiliza que se escape da determinação como ameaça à paz mesmo os assuntos de

⁹⁴ Nações Unidas. UN Press Release, SG/SM/4560 de 24/04/91. *Apud* VIOTTI, Aurélio. *Ações Humanitárias pelo Conselho de Segurança: entre a cruz Vermelha e Clausewitz*. Funag, 2004, pg 24.

⁹⁵ Nolte, G. “Article 2 (7)”. In: Simma, 2002. p. 164. Cf. capítulo 4, *infra*. *Apud* VIOTTI, Aurélio. *Ações Humanitárias pelo Conselho de Segurança: entre a cruz Vermelha e Clausewitz*. Funag, 2004, pg. 99.

⁹⁶ Art. 39º da CNU. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/carta/cap7/>. Acessado dia 18/08/2015.

⁹⁷ Nações Unidas. S/Res 1296 (2000), S5.

competência essencialmente pátria⁹⁸. A Carta, deste modo, faculta que ameaça à paz fique a critério do julgamento do Conselho, caso a caso, sem atribuir limites distintos impostos a seus membros nesse exercício, senão as considerações oportunas ao caso e à situação.

Gérard Cohen Jonathan caracteriza a admissão da expressão “ameaça à paz” no art. 39 como um ato consciente dos redatores da Carta, pelo qual definiu-se de maneira vaga o âmbito de ação do Conselho; em suas palavras,

a fórmula ameaça à paz pode remeter a um conflito entre Estados tanto quanto uma situação interna muito grave que ameace a paz porque pode esperar-se que ela tenha repercussões internacionais. Ainda convém observar que seria vão querer definir com exatidão o que se entende por repercussões internacionais. Mesmo no caso em que um conflito se limite perfeitamente ao interior de um Estado visado, e em que os esforços de justificação em função da tensão internacional estejam longe de serem convincentes, nada impede a maioria do Conselho de julgar que há uma ameaça contra a paz (...) ⁹⁹.

Corrobora-se ao caráter amplo do mandato do Conselho o art. 34 da Carta. Esta, garante ao Conselho no campo de resolução pacífica de controvérsias o poder de “investigar qualquer disputa, ou qualquer situação que poderia levar a uma fricção internacional ou dar origem a uma disputa, de modo a determinar se a continuação da disputa ou da situação provavelmente colocará em perigo a manutenção da paz e da segurança internacionais”¹⁰⁰. Esta resolução dificulta a presença de alguma matéria que se encontre *a priori* afastada da zona de atuação do CSNU. Antônio Patriota, alia-se a este entendimento, em sua exposição referente ao trabalho do Conselho; para ele, o *modus operandi* do CSNU “escapa a mecanismos independentes de controle e se autolegitima a cada reinterpretação de seu mandato com a criação de novos precedentes”¹⁰¹.

⁹⁸ GHISLENI, Alexandre. *Direitos Humanos e Segurança Internacional: o tratamento de direito dos temas de direitos humanos no Conselho de Segurança das Nações Unidas*. Funag, 2011, pg. 51.

⁹⁹ Vide seus comentários ao Artigo 39 da Carta na página 655 do livro “La Charte des Nations Unies: commentaire article par article”, de Jean-Pierre Cot e Alain Pellet.

¹⁰⁰ Art. 34 da CNU. Disponível em: <http://www.un.org/en/sections/un-charter/chapter-vi/index.html>. Acessado dia 19/01/2016.

¹⁰¹ PATRIOTA, Antônio. *O Conselho de Segurança após a Guerra do Golfo: a articulação de um novo paradigma de segurança coletiva*. Funag, 2010, pg. 29.

Se o mandato que a Carta confere ao Conselho, apazigua à primeira vista a questão da legalidade da atuação do CSNU em direitos humanos, a questão da legitimidade do tratamento dado a estes temas pelo Conselho oferece respostas menos esclarecidas. Patriota afirma que a quantia de apoio efetivo dado pela comunidade internacional às decisões que o CSNU adotar em matéria de direitos humanos depende tanto da coerência jurídica que for estipulada, de sua repercussão nas relações internacionais quanto do impacto que oferecer à situação concreta¹⁰². Ao arremessar-se em novas maneiras e áreas de atuação, (como é o caso do tratamento dado aos Direitos Humanos e a doutrina da responsabilidade de proteger), o Conselho tenta reconstruir sua legitimidade diante dos Estados-membros, baseado nas metas a que se dispõe e na medida dos resultados que consegue, em processo constantemente incompleto.

O conceito de “intervenção humanitária”, por sua vez gera diferentes interpretações na doutrina, que comumente contém os seguintes elementos:

- “(i) uso da força armada; (ii) por Estado ou grupo de Estados;
- (iii) sem o consentimento do Estado onde se processa a operação; (iv) com o objetivo de conter violações maciças aos direitos humanos em sentido amplo, incluindo as liberdades fundamentais e as normas do direito internacional humanitário; e (v) independentemente da nacionalidade das vítimas”.¹⁰³

Buscando definir as observações que se seguirão no resto do capítulo, propõe-se a seguinte definição do termo “intervenção humanitária”: “Ação através das fronteiras de um Estado empreendida pela comunidade internacional, em reação ao sofrimento humano”¹⁰⁴. Pôde ser dividida em duas modalidades, durante o período em que foi aplicada. A primeira é a intervenção humanitária sem o uso da força, que diz respeito aos atos governamentais e não governamentais para coagir um Estado, como sanções de natureza econômica, ou, ainda, ações para fornecer proteção humanitária em conjunturas de conflito. A segunda modalidade se refere a intervenção humanitária com o uso da força,

¹⁰² GHISLENI, Alexandre. *Direitos Humanos e Segurança Internacional: o tratamento de direito dos temas de direitos humanos no Conselho de Segurança das Nações Unidas*. Funag, 2011, pg. 51.

¹⁰³ BÖHLKE, Marcelo. *A proibição do uso da força no direito internacional contemporâneo*. Rio de Janeiro: Renovar, 2011, pg. 236.

¹⁰⁴ SCHEFFER, D. *Toward a modern doctrine of humanitarian intervention*. University of Toledo Law Review, 23. Toledo, 1992, pg. 253-293. *Apud* HERMANN, Breno. *Soberania, Não-Intervenção e Não-Indiferença*. Funag, 2011.

a qual abarca tanto a ação coletiva por meio de organismos regionais e/ou das Nações Unidas, quanto a ação realizada por um país ou grupo de países fora do conjunto multilateral¹⁰⁵.

Ao que tange a segunda modalidade, ainda se tem um ponto questionável dentro do tema, pois o recurso à força na Carta da ONU é bem restrito, e em seu texto não possibilita ações militares com finalidades humanitárias¹⁰⁶. Nos *travaux préparatoires* da Carta da ONU o direito de intervenção humanitária chegou a ser discutido, no entanto, não foi abarcado em seu texto final¹⁰⁷. Essa falta de autorização expressa põe em debate a questão, pois a frequência com que o uso da força se mostrou necessário para propósitos humanitários tem aumentado.

Em face desse vazio na previsão legal, os Estados desenvolveram duas abordagens para tratar do tema. A primeira legalista, que alega que falta de autorização expressa significa proibição do uso da força para propósitos humanitários; e a segunda que defende que, em função de outras provisões da Carta e da prática da ONU ao longo dos anos, a omissão não significa uma proibição. De acordo com a segunda abordagem, intervenções humanitárias informadas prontamente ao Conselho de Segurança não atingem a autoridade que a Carta atribui ao Conselho para escolher a ação que julgar necessária à manutenção ou ao restabelecimento da paz e da segurança internacionais.¹⁰⁸

A este respeito, a Corte Internacional de Justiça, no Caso Nicarágua, afirmou que uso da força militar não pode ser usado como meio apropriado para garantir o respeito às normas de proteção do ser humano.¹⁰⁹ A dúvida do uso da força nas assistências humanitárias, parece se reativar na assistência humanitária da Líbia, quando esta acabou sendo utilizada pela comunidade internacional para deposição do governo de Muammar Ghadafi.

Outra questão que gera polêmica dentro do tema de assistência humanitária, é a possibilidade de antinomia entre esta e o princípio da não

¹⁰⁵ HERMANN, Breno. *Soberania, Não-Intervenção e Não-Indiferença*. Funag, 2011, pg. 149.

¹⁰⁶ FRANCK, T. *Recourse to force- State action against threats and armed attacks*, pg. 136. GLENNON, M.J. *The new interventionism – the search for a just international law*, pg. 24.

¹⁰⁷ FRANCK, T. *Recourse to force- State action against threats and armed attacks*, pg. 136.

¹⁰⁸ FRANCK, T. *Recourse to force- State action against threats and armed attacks*, pg. 167-168. *Apud* GLENNON, M.J., *The UN Security Council in a Unipolar World*. Virginia Journal of International Law, 44, 2003-2004, pg. 96.

¹⁰⁹ Corte Internacional de Justiça. Caso EUA x Nicarágua. 1984.

intervenção. Esse assunto já deu início a grande número de debates em várias camadas do direito internacional ao que tange a proteção aos direitos humanos. Se por um lado existe a proibição à intervenção e a soberania Estatal, do outro encontra-se o *jus cogens* pela prevalência dos direitos humanos¹¹⁰.

No artigo “Direitos Humanos e Intervenção Humanitária no Século XXI”¹¹¹ Kofi Annan, incumbir-se-ia de expor os alicerces de seu posicionamento, sustentando ele, que a intervenção em assuntos humanitários é compatível com a Carta ao ponto que “a maioria dos conflitos ‘internos’ não permanecem internos por muito tempo”, se tornando foco inicial de conflitos internacionais, ao espalhar-se sobre os Estados vizinhos, por meio da desestabilização das fronteiras, pelo fluxo de refugiados, pelo fortalecer de redes terroristas, etc¹¹². Indica Annan, que o CSNU é o único órgão legítimo para tal intervenção e argumenta “que o Conselho tem plena autoridade legal para decidir que uma situação interna em qualquer Estado é grave a ponto de justificar uma intervenção forçosa”¹¹³. Não havendo, pois, em sua opinião, incompatibilidade entre o princípio da não-intervenção e a assistência humanitária.

Neste artigo, o secretário geral ainda trouxe a noção inicial do que seria uma nova doutrina para assistências humanitárias, conhecida por “responsabilidade de proteger”, ao afirmar que é responsabilidade primordial do Estado proteger seus cidadãos e garantir o respeito aos Direitos Humanos em seu território.

Frente aos novos ventos trazidos por Annan como representante da ONU, e a polêmica gerada pelas assistências humanitárias com limitação indefinida que extrapolaram regras legais a proteção aos Direitos Humanos, tais como Somália, Bósnia, Kosovo e Ruanda¹¹⁴, instaurou-se em 2000 uma Comissão Internacional sobre Intervenção e Soberania Estatal (ICISS) realizado pela

¹¹⁰ SOARES, Guilherme N. *Intervenção Humanitária ou Responsabilidade de Proteger: Como parametrizar conceitos frente aos princípios da Carta das Nações Unidas*, pg. 11.

¹¹¹ O artigo foi publicado no livro “Realizing Human Rights: moving from inspiration to impact”, editado por Samantha Power e Graham Allison. Para a íntegra de seu texto, vide as páginas 309 a 320 do livro.

¹¹² GHISLENI, Alexandre P. *Direitos Humanos e Segurança Internacional: O tratamento de Direitos Humanos no Conselho de Segurança das Nações Unidas*, Funag, 2011, pg 60.

¹¹³ GHISLENI, Alexandre P. *Direitos Humanos e Segurança Internacional: O tratamento de Direitos Humanos no Conselho de Segurança das Nações Unidas*, Funag, 2011, pg 60.

¹¹⁴ Relatório ICISS, 2001, pg. 11. Disponível em: <http://responsibilitytoprotect.org/ICISS%20Report.pdf>. Acessado dia 24/02/2016.

Universidade do Canadá, com a finalidade de estabelecer novos procedimentos a serem tomados como respostas às violações de direitos humanos e direito internacional humanitário frente à soberania estatal¹¹⁵. A partir daí, criou-se efetivamente, uma nova categoria de assistência, denominada Responsabilidade de Proteger (R2P), que seria 11 anos mais tarde aplicado em território Líbio.

Após um ano de pesquisas, o trabalho da ICSS, realçou duas principais ideias sobre a intervenção com cunho humanitário. A primeira se refere às responsabilidades que um Estado Soberano tem de proteger seus cidadãos; e a segunda referente à responsabilidade internacional de proteger os cidadãos de um Estado, caso este não seja capaz de evitar ou deter uma guerra interna/dissolução do Estado, levando ao sofrimento da população¹¹⁶.

O respectivo relatório, alcança neste espectro, três responsabilidades internacionais distintas: a responsabilidade de prevenir, de modo a observar os motivos diretos de conflitos ou situações que tragam perigo à população; a responsabilidade de reagir, onde onde se firmam os limites de resposta - de sanções e embargos, a casos de intervenção militar; e a responsabilidade de reconstruir, que diz respeito acima de tudo aos atos que precisam ser tomados após o conflito, de reconstrução, recuperação e reconciliação.¹¹⁷

Além destas responsabilidades, o documento individualiza as duas situações características, onde o emprego de intervenções militares se justificaria, que são os casos de “limpeza étnica e perda de vidas em larga escala”, sendo que sua autorização, compete ao CSNU.

O consentimento formal da R2P por parte da comunidade internacional ocorreu em 2005, na Cúpula Mundial das Nações Unidas, em Reunião Plenária de Alto Nível da 60ª Sessão da AGNU¹¹⁸. Porém, cabe ressaltar que a admissão da R2P na pauta da ONU não foi consensual entre os países, gerando muito debate e aversão “tanto de analistas da política e do direito internacional quanto de países que viram na R2P a possibilidade de que intervenções em países

¹¹⁵ BIERREMBACK, Ana Maria. *O Conceito da Responsabilidade de Proteger e o Direito Internacional Humanitário*. Funag. 2011. Pg. 16.

¹¹⁶ Relatório ICISS, 2001, pg. 13, tradução livre. Disponível em: <http://responsibilitytoprotect.org/ICISS%20Report.pdf>. Acessado dia 24/02/2016.

¹¹⁷ *Ibid*, pg. 10.

¹¹⁸ SOARES, Thiago E. *A responsabilidade ao proteger como composição normativa brasileira no cenário de segurança internacional*, pg. 6.

pobres ou periféricos pudessem ser justificadas com base em princípios universais e humanitários”.¹¹⁹ A América Latina refletiu esta postura prudente, “principalmente no que se refere à responsabilidade de reagir e seu grau mais extremo, o uso da força”.¹²⁰

O Brasil de igual maneira, mostrou-se cético quanto a aplicação da R2P, principalmente pela fragilidade que a regulação da força tem no cenário internacional e como ela se demonstrou nas últimas intervenções humanitárias. Anos mais tarde, após a intervenção na Líbia, o país viria a formular a doutrina que se conheceu por “responsabilidade ao proteger”, que se contrapõe à responsabilidade de proteger, pois esta, gera preocupação para “o aparato diplomático-militar brasileiro pela possibilidade de ser ampliada em nome da salvaguarda de outros bens públicos internacionais, como o meio ambiente”.¹²¹ Essa última afirmação ganha mais coerência quando observada no âmbito da agitação brasileira quanto à proteção da floresta amazônica.

A primeira resolução a mencionar expressamente a responsabilidade de proteger foi a S/RES/167, sobre a proteção de civis em conflitos armados¹²².¹²³ No entanto, foi a resolução S/RES/1973, sobre a situação na Líbia, que marcou a primeira vez em a modalidade responsabilidade de proteger foi aplicada com autorização do uso da força pelo Conselho para proteção de civis, contra a vontade deste Estado¹²⁴.

¹¹⁹ SOUZA, Graziene Carneiro de. *Responsabilidade de Proteger e sua "Responsabilidade de Reagir": Nova Modalidade de Intervenção Militar?*. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012, pg 73. *Apud* BELLAMY, Alex J.; Williams, Paul D. *The new politics of protection? Côte d'Ivoire, Libya and the responsibility to protect*. International Affairs (Royal Institute of International Affairs), v. 87, n. 4, pp. 825-850, 2011.

¹²⁰ SOUZA, Graziene Carneiro de. *Responsabilidade de Proteger e sua "Responsabilidade de Reagir": Nova Modalidade de Intervenção Militar?*. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012, pg 77.

¹²¹ SOUZA, Graziene Carneiro de. *Responsabilidade de Proteger e sua "Responsabilidade de Reagir": Nova Modalidade de Intervenção Militar?*. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012, pg 127.

¹²² KENKEL, Michel K. *O Brasil e as operações de paz em um mundo globalizado: entre a tradição e a inovação*. Ipea, Brasília, 2012, pg. 39.

¹²³ Segundo Elerts Soares, a R2P já foi invocada pelo CSNU nos casos da região dos Grandes Lagos africanos – República Democrática do Congo e Burundi (S/RES/1653); Líbia (S/RES/1970, S/RES/1973, S/RES/2016 e S/RES/2040); Costa do Marfim (S/RES/1975); Sudão do Sul (S/RES/1996 e S/RES/2109); Iêmen (S/RES/2014); Mali (S/RES/2085 e S/RES/2100) e República Centro-Africana (S/RES/2121 e S/RES/2127).

¹²⁴ BELLAMY, Alex J.; Williams, Paul D. *The new politics of protection? Côte d'Ivoire, Libya and the responsibility to protect*. International Affairs (Royal Institute of International Affairs), v. 87, n. 4, 2011, pg. 1. *Apud* SOARES, Thiago E. A responsabilidade ao proteger como composição normativam brasileira no cenário de segurança internacional, pg. 6.

CAPÍTULO II – A incompatibilidade do princípio da não-intervenção na assistência humanitária na Líbia

“Primavera Árabe”, expressão um tanto simplista, uma vez que esconde por trás de si, inúmeros movimentos que, embora se relacionem, guardam características próprias que impossibilitam a redução de uns aos outros. Após esta série de manifestações populares que começaram no Oriente Médio e no Magreb, a Líbia foi mais um país “impactado” pela chamada “Primavera Árabe”. Todo o jogo de poder entre as partes envolvidas e a consequente deploração do quadro humanitário no país, levou a aprovação pela ONU, da resolução 1793 que autorizava ação com cunho humanitário para a proteção de civis, cumprida pela OTAN, trazendo em cena sérias discussões, cuja consequência final dessa incessante campanha foi a deposição do governo e a morte de Muammar Ghadafi.

2.1 Contexto do conflito

A Líbia é um país situado no norte da África, estrategicamente posicionado numa região de alto valor econômico, por possuir grandes reservas de petróleo e gás natural. Segundo a OPEP, a Líbia corresponde atualmente ao 7º maior reserva da Organização, e esta somada a de 11 outros países membros (como Venezuela, Iraque, Arábia Saudita, etc.), corresponde a 80% do petróleo disponível no mundo^{125, 126}

Antes de sua independência¹²⁷, em 1952, o território líbio se dividia em três províncias que eram controladas por distintas nações. No entanto, a monarquia recém-instituída após a independência, não teve sucesso ao tentar unir os diferentes povos que viviam no terreno e, como consequência em 1969, um grupo de oficiais nacionalistas promoveu um golpe de Estado no país e depôs

¹²⁵ OPEC. Disponível em: http://www.opec.org/opec_web/en/data_graphs/330.htm. Acessado dia 06.03.2016.

¹²⁶ Segundo a OPEC, a Líbia possui: proven crude oil reserves – 48,363 (million barrels); proven natural gas reserves (billion cu. m. 1,505). Disponível em: http://www.opec.org/opec_web/en/about_us/166.htm. Acessado dia 06.03.2016.

¹²⁷ A independência da Líbia fora aprovada pela Assembléia Geral das Nações Unidas (ONU) em 1952.

o Rei Idris¹²⁸. A Líbia, desde então, passou a ser comandada pelo Coronel Muammar Ghadafi, que durante seu governo, deteve o monopólio e o controle sobre instrumentos de comunicação, Forças Armadas e outras instituições governamentais¹²⁹.

As contraposições ao governo - que se encontrava a 42 anos no poder -, originaram-se pela inspiração nas quedas do governo do Egito e da Tunísia. Na Líbia, a “Primavera Árabe” teve início no mês de fevereiro de 2011, quando vários protestos começaram a acontecer na região Leste do país, região onde Ghadafi tinha menos apoio (região onde o rei Idris tinha a maior influência no passado)¹³⁰. Os protestos no geral procuravam uma maior participação popular no governo e tiveram como estopim, a prisão de um advogado que defendia a causa das famílias de vítimas de um suposto ataque realizado em Trípoli nos anos 90, pelo governo líbio¹³¹.

Simultaneamente, teve início uma revolta armada, organizada com base na cidade de Benghazi, por indivíduos que divergiam do regime de Ghadafi. As manifestações esparramaram-se para outras cidades da região Leste, lugar onde se encontram as principais reservas de petróleo da Líbia e onde historicamente Ghadafi detinha menos influência, adquirindo um aspecto cada dia mais violento, com “manifestantes” armados que entravam em embate direto com as forças de repressão governamentais¹³². Kuperman, no entanto ressaltou, que desde o começo as manifestações contaram com a presença de rebeldes armados, ao passo que as forças do governo davam resposta utilizando armas não-letais. O aumento na violência, no entanto, teria condicionado a alteração do posicionamento do governo, que passou a utilizar também estes tipos de armamento¹³³.

Entretanto, cabe-se notar que o conflito não era formado pela população

¹²⁸ CIA WORLD. Libya. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ly.html>. Acesso em: 30/05/2016.

¹²⁹ CIA WORLD. Libya, 2011a. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ly.html>. Acesso em: 30/05/2016.

¹³⁰ OLIVEIRA, Guilherme Z. de. *A intervenção Ocidental na Líbia: interesses ocidentais e o papel da liga árabe*. Marília, 2015, pg. 672.

¹³¹ SHAH, A. Crisis in Libya, 2011. Disponível em: <http://www.globalissues.org/article/793/libya>. Acesso em: 30/05/2011.

¹³² OLIVEIRA, Guilherme Z. de. *A intervenção Ocidental na Líbia: interesses ocidentais e o papel da liga árabe*. Marília, 2015, pg. 672.

¹³³ KUPERMAN, Alan J. *A Model Humanitarian Intervention?: Reassessing NATO's Libya Campaign*. International Security. Cambridge, v. 38, n. 1, p. 105-136, 2013.

contra o governo, e sim, setores da população contra este. O país acabou ficando dividido, pois parte da população e do exército continuaram fiéis ao governo e os insurgentes se encontravam fragmentados em diversas etnias. As maiores divergências se concentravam nas regiões de Bengazhi, que centraliza grande parte das reservas de petróleo da Líbia e foi o berço dos rebeldes, e a capital do país, Trípoli, lugar onde as tropas de Ghadafi se organizavam¹³⁴.

Poucos dias após estes fatos, ainda em fevereiro, foi divulgada a formação de um Conselho Nacional de Transição (CNT), formado por rebeldes que discordavam do governo de Ghadafi, e que autodeterminavam o Conselho como o único representante legítimo do Estado líbio, solicitando que assim fosse reconhecido pelos governos externos.¹³⁵ A respeito do Conselho Nacional de Transição, Campbell destaca a influência da atuação da França na sua criação^{136, 137}

No entanto, Laurent assegura que as principais lideranças do Conselho não tinham legitimidade entre a população líbia, aliado ao fato de que uma grande parcela dos membros do conselho era desconhecida pela população, enquanto muitos outros nem mesmo viviam no país africano¹³⁸. O que deixava certos questionamentos acerca da formação e reconhecimento do CTN.

No final de fevereiro, os rebeldes líbios continuaram avançando, havendo tomado muitas cidades do país, aumentando significativamente seu poder de combate, através da tomada de bases aéreas e navais¹³⁹.

2.2 Maneira como a intervenção se estabeleceu no CSNU e na prática

No âmbito do CSNU, a primeira reunião foi realizada no dia 22 de fevereiro de 2011, a portas fechadas em Nova York, na presença de representantes de 80

¹³⁴ Disponível em: <http://br.rfi.fr/africa/20160215-conselho-anuncia-formacao-de-governo-de-unicidade-nacional-na-libia>. Acessado dia 31/05/2016.

¹³⁵ VISENTINI, Paulo. *O Verão Árabe: guerra civil e intervenção internacional na Líbia, Síria e Iêmen*. Ciência & Letras. Porto Alegre, n. 51, 2012, pg 57.

¹³⁶ Especificamente a participação do intelectual francês Bernard-Henri Lévy.

¹³⁷ CAMPBELL, Horace. *Global NATO and the Catastrophic Failure in Libya*. New York/Oxford: Monthly Review/Pambazuka, 2013.

¹³⁸ LAURENT, Samuel. *Sahelistan: de la Libye au Mali, au Coeur du Nouveau Jihad*. Paris: Seuil, 2013.

¹³⁹ PRASHAD, Vijay. *Arab Spring, Libyan Winter*. Oakland: AK Press Publishing & Distribution, 2012.

países, onde foram ouvidos o Secretário Geral Adjunto de Assuntos Políticos da ONU e o representante da Líbia¹⁴⁰. Na reunião subsequente, em 25 de fevereiro do mesmo ano, o secretário geral aponta denúncias de perseguição do Governo em relação a população, bem como uma crise cada vez maior de refugiados, sendo que o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) informou que 20 mil pessoas já haviam fugido para a Tunísia e 15 mil para o Egito. Nesta reunião ainda foi mencionada rapidamente a responsabilidade da comunidade internacional de proteger os cidadãos líbios, e a consideração das propostas de sanções comerciais e financeiras, incluídas medidas seletivas contra os dirigentes, como congelamento dos ativos financeiros¹⁴¹.

Em 26 de fevereiro, numa das ações de resposta mais rápidas da ONU, o Conselho de Segurança, por meio da resolução 1970, em virtude do Capítulo VII da Carta, autorizou o embargo de armas, armamentos, munições e qualquer tipo de cooperação militar à Líbia, excepcionando-se os materiais que tenham fins humanitários e as indumentárias de proteção preparadas para o pessoal da ONU. A mesma resolução limitou a liberdade de movimentos de Muammar Gaddafi e de pessoas vinculadas a ele, bem como impôs o congelamento de todos os ativos financeiros pelos Estados, que estejam em nome dele, de alguém próximo ao governo ou sob seu controle. Outra medida adotada foi o estabelecimento de um Comitê de Sanções, integrado pelos membros do CSNU, com a finalidade de expor relatórios e analisar informações relativas à violação dos Direitos Humanos e das medidas fixadas¹⁴².

Nesta resolução citou-se novamente a responsabilidade dos Estados de proteger a sua população. Em seguida, foi remetida ao Tribunal Penal Internacional (§4º) para que investigasse possíveis violações dos Direitos Humanos e para que agisse perante as comissões dos crimes estabelecidos no Estatuto de Roma. O TPI ordenou a detenção de Muammar Ghadafi, de um de seus filhos e de seu cunhado.

¹⁴⁰ Ata da sessão S/PV.6486 – Disponível em: <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N11/241/11/PDF/N1124111.pdf?OpenElement>. Acessado dia 23/05/2016.

¹⁴¹ Ata da sessão S/PV.6490 - <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N11/243/91/PDF/N1124391.pdf?OpenElement>. Acessado dia 23/05/2016.

¹⁴² Resolução 1970 do CSNU. Disponível em: <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N11/245/61/PDF/N1124561.pdf?OpenElement>. Acessado dia 08/02/2016.

O Brasil mostrou-se contrário ao parágrafo §6º da Resolução 1970, com fortes reservas à disposição de que “se eximem da jurisdição do TPI aqueles que não sejam nacionais da Líbia ou o Estado que não faça parte do Estatuto de Roma”. Na ata da sessão S/PV6491, o país afirmou que as exceções a certas categorias de pessoas frente a jurisdição da Corte Penal Internacional não auxiliam a promover Justiça, nem fortalecem a função da Corte¹⁴³. Este parágrafo, tempo depois, favoreceu a OTAN, cujas tropas puderam ficar impunes ou receber punições menores que as previstas no Estatuto de Roma¹⁴⁴.

Alguns países como Rússia, Bósnia e Herzegovina e a China, argumentavam que ainda não se tinham esgotadas as possibilidades diplomáticas, salientando que as soluções para o caso Líbia se dariam através de meios políticos e do diálogo. A Rússia por sua vez afirmou que o objetivo da resolução imposta pelo conselho era impor medidas seletivas e restritivas muito claras, sem haver, no entanto, sanções nem sequer indiretas, pela ingerência por força nos assuntos da Líbia, o que poderia piorar a situação do país¹⁴⁵.

Devido ao não cumprimento do cessar fogo da resolução 1970, França juntamente com Estados Unidos e Reino Unido, prepararam o projeto de resolução 1973, e apresentaram aos demais países membros, afirmando que as ações efetuadas no projeto anterior não haviam surtido efeito¹⁴⁶.

Os conflitos, contudo, persistiram, porém com uma reviravolta das forças de Ghadafi que, em meados de março, conseguiram afastar os rebeldes, retomando as cidades centrais do país, além de Misrata (núcleo rebelde na região Oeste), e avançando em sentido a Benghazi (outro núcleo rebelde).¹⁴⁷

O CSNU em 17 de março de 2011 aprova a resolução 1973, considerada um paradigma dentro da Comunidade internacional, pois, diferentemente de

¹⁴³ Disponível em: <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/PRO/N11/245/31/PDF/N1124531.pdf?OpenElement>. Acessado dia 08/02/2016.

¹⁴⁴ DEL CARPIO, David V. *A Responsabilidade de Proteger e o Conselho da Nações Unidas: Uma análise dos argumentos apresentados no caso da Intervenção Humanitária na Líbia e o reflexo no caso sírio no período de 2011-2012*, 2014, pg. 93.

¹⁴⁵ Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/PRO/N11/245/31/PDF/N1124531.pdf?OpenElement>. Acessado 10/02/2016.

¹⁴⁶ Resolução 6498 do CSNU. Disponível em: <https://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/PV.6498>. Acessado dia 10/04/2016.

¹⁴⁷ PRASHAD, Vijay. *Arab Spring, Libyan Winter*. Oakland: AK Press Publishing & Distribution, 2012.

operações anteriores sob a égide da R2P, como as executadas no Congo e na Somália, não houve o consentimento do país que viria a ser intervindo¹⁴⁸. A intervenção na Somália, por exemplo, ocorreu em 1992, sem haver a presença de qualquer autoridade nacional.

A resolução 1973 estabeleceu uma zona de exclusão aérea, com a finalidade única de proteger os civis. Nesta zona, ficavam proibidos todos os voos no espaço aéreo da Líbia, excetuando-se os voos em que os Estados com outorga da ONU (§8) considerassem necessários para beneficiar o povo líbio¹⁴⁹. Como esta zona de exclusão aérea foi aplicada posteriormente, foi objeto de grandes críticas por parte dos países membros.

Outro ponto importante ressaltado na resolução 1973 foi o entendimento – por parte de alguns países - de que havia autorização para o uso da força, não para intervir no país, mas sim para proteção dos civis e dos estrangeiros que se encontravam submetidos à guerra. Para que isso se efetivasse, deu-se aval para que todas as medidas necessárias fossem adotadas (§4º) pelos Estados membros, no sentido de proteção da população. No entanto, no parágrafo 4º houve expresso desestímulo à ocupação estrangeira em qualquer parte do território líbio.

Com medo de uma crise intensa de refugiados, a união árabe (UA) apoiava de modo explícito a resolução 1973, o que foi um passo importante para sua aprovação. No entanto, a UA mostrou-se relutante quanto a aplicação de medidas mais robustas.

A resolução acabou sendo aprovada por 10 votos a favor, nenhum voto contrário e 5 abstenções, dentre as quais, da Alemanha, China, Índia, Rússia e Brasil¹⁵⁰. Dentre as motivações apresentadas pelas abstenções, Alemanha arguiu um não apoio futuro a uma intervenção militar, enquanto Índia afirmava que tomar uma atitude baseada no Capítulo VII da Carta, tendo pouca informação fidedigna sobre a situação no terreno e sobre como as ações se dariam poderia ser prejudicial, pedindo para que Soberania Líbia fosse

¹⁴⁸ DEL CARPIO, David V. *A Responsabilidade de Proteger e o Conselho da Nações Unidas: Uma análise dos argumentos apresentados no caso da Intervenção Humanitária na Líbia e o reflexo no caso sírio no período de 2011-2012*, 2014, pg. 93.

¹⁴⁹ Resolução 1973 do CSNU. Disponível em: <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/res/1973%20%282011%29>

¹⁵⁰ Resolução 6498 do CSNU. Disponível em: <https://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/PV.6498>. Acessado dia 10/04/2016.

respeitada. Afirmou ainda, que as medidas financeiras propostas na resolução poderiam afetar os interesses econômicos do povo Líbio e de outros países que dependem destes vínculos comerciais e econômicos¹⁵¹.

Brasil salientou que o texto da resolução ia além da intenção que os países se propunham naquele momento, afirmando que qualquer uso da força iria agravar a tensão no território. China e Rússia por sua vez, arguíam que as perguntas que muitos países fizeram durante a sessão sobre como se estabeleceria a proibição de voos e quais seriam os limites da operação, não foram respondidas, salientando que foram introduzidas no texto disposições que poderiam abrir as portas para uma intervenção militar em grande escala¹⁵².

Dentre os argumentos favoráveis à resolução, amparava-se primordialmente a ameaça das tropas de Gadaffi de perseguir os rebeldes incessantemente “caçando-os como baratas”, e de sua declaração em rádio e televisão nacional, anunciando que o exército estava a caminho de Benghazi e que não demonstraria qualquer piedade aos rebeldes¹⁵³.

Outro ponto a favor foi a rapidez na implementação da ação da ONU no caso Líbio, quando comparada a situações como a guerra civil de Ruanda, que se iniciou em 1990, e teve – apenas - uma ação efetiva adotada pelo CSNU em 1994, através da resolução 929¹⁵⁴, depois do massacre que levou a morte de cerca de oitocentas mil pessoas¹⁵⁵.

O terceiro argumento favorável estava no fato de que antes da resolução, vários meios pacíficos garantidos pela Carta da Onu já haviam sido tentados, tais como, embargo de armas, congelamento de ativos financeiros, cessar fogo, etc., sendo necessária uma medida mais eficaz para cumprir a responsabilidade internacional de proteção do ser humano dentro de um país que não podia fazê-la.

¹⁵¹ Resolução 6498 do CSNU. Disponível em: <https://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/PV.6498>. Acessado dia 10/04/2016.

¹⁵² Resolução 6498 do CSNU. Disponível em: <https://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/PV.6498>. Acessado dia 10/04/2016

¹⁵³ ADAMS, Simon. Report: *Libya and the Responsibility to Protect*. Global Centre for the Responsibility to Protect, 15 October 2012. Disponível em: <http://responsabilitytoprotect.org/index.php/component/content/article/35-r2pcs-topics/4482-simon-adams-global-centre-for-r2p-report-libya-and-the-responsability-to-protect>. Acessado dia 28/06/2015.

¹⁵⁴ Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N94/260/30/PDF/N9426030.pdf?OpenElement>.

¹⁵⁵ Nações Unidas. Relatório de Investigação sobre Ruanda. pg. 3. *Apud* Patriota, 1998. p. 112.

Na prática, a implementação da zona de exclusão aérea prevista pela resolução 1973 contou com a coalizão de Estados, que incluiu 15 países da OTAN, Suécia, Jordânia, Qatar e os Emirados Árabes Unidos, apoiando as forças do Conselho Nacional de Transição (CTN) nas principais cidades focos do conflito¹⁵⁶.

Em 20 de março, três dias após a aprovação da resolução 1973, autoridades do Pentágono afirmaram que EUA e Reino Unido começavam a investida, disparando mais de 110 mísseis no território, enquanto aviões franceses perseguiram as forças pró-Ghadafi, que estavam em Benghazi, cidade controlada pelos rebeldes¹⁵⁷. Várias bases militares e de aviões do governo líbio foram atingidas. Segundo o correspondente da BBC em Tobruc, primeiro as bases militares foram destruídas para depois começar uma perseguição às forças terrestre de Ghadafi¹⁵⁸.

A partir deste momento, as forças do ocidente começaram a investir fortes ataques contra o governo líbio (o Reino Unido lançou a operação Ellamy, a França promoveu a operação Harmattan, o Canadá lançou a operação Mobile, e os EUA, a operação Odyssey Dawn). Posteriormente, as diferentes operações foram agrupadas em uma, ficando sob a responsabilidade da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) sua continuação, sob o nome Unified Protector¹⁵⁹.

Gadafi por sua vez, tentava manter seus 42 anos de poder através da força e “acreditava que a rebelião respondia a uma conspiração dos países ocidentais para controlar as reservas de petróleo”¹⁶⁰, tendo em vista que a Líbia atualmente corresponde a 9º maior reserva de petróleo do mundo, segundo a

¹⁵⁶ ROCHA, Rafael A. *A aplicabilidade da Responsabilidade de Proteger na Crise da Líbia de 2011*, pg. 173.

¹⁵⁷ Disponível em: <http://www.bbc.com/news/world-africa-12796972>. Acessado dia 06/05/2016.

¹⁵⁸ *Ibid.*

¹⁵⁹ JOY, Ajish P. *The Crisis in Libya*. Observer Research Foundation. ORF Issue Brief, n.28, 2011, pg. 1-22.

¹⁶⁰ LAYACHI, Azzedine. *Meanwhile in the Maghreb: Have Algeria and Morocco Avoided North Africa's Unrest?* Foreign Affairs, New York, 14 fev. 2011. Disponível em: <http://www.foreignaffairs.com/articles/67432/james-d-le-sueur/postcolonial-time-disorder>. Acessado em: 14/05/2015.

OPEC¹⁶¹. Em 31 de março, as forças terrestres do Coronel Al-Ghadafi recuperaram o controle de uma cidade petrolífera estratégica, Ras Lanouf¹⁶².

Na reunião de 4 de abril de 2011, na ata da sessão nº. S/PV.6509, o enviado especial do Secretário Geral da ONU, Abdel Al-Khatib, informou que na sua visita a Benghazi, reuniu-se com o Conselho Nacional de Transição Provisional, e este informou que sua prioridade inicial era a de restabelecer a legitimidade constitucional mediante a um referendo. No entanto, apenas um cessar fogo não seria suficiente para por fim ao conflito na Líbia, o Conselho afirmou que era necessária a tirada de Ghadafi do poder¹⁶³. Desta maneira, segundo os meios de comunicação do país, o governo em resposta indicou que rechaçava o cessar fogo.

Na mesma sessão, o enviado especial afirmou que o Conselho de Transição estava inquieto com relação a falta de fundos para viabilizar o projeto da derrubada de Ghadafi e com os problemas relativos a comercialização e venda do Petróleo e gás na Líbia¹⁶⁴, assinalando que esta questão requeria atenção urgente para que a economia pudesse funcionar eficazmente. O Conselho de Transição ainda afirmou que a sustentabilidade das ações na Líbia dependia de duas fontes principais, os empréstimos garantidos com as vendas de petróleo e gás e os ativos congelados fora do país.

No mesmo relatório ainda pontuou-se a questão dos refugiados. Até 4 de abril, 400.000 pessoas já haviam fugido da Líbia, e mais de 12.000 estavam nas fronteiras da Líbia com a Tunísia e o Egito¹⁶⁵.

Em 30 de abril o Coronel Al-Ghadafi declarou por televisão que, se a OTAN detivesse seus aviões, estava disposto a um cessar-fogo e a começar as

¹⁶¹ De acordo com a Organization of the Petroleum Exporting Countries (OPEC). Disponível em: http://www.opec.org/opec_web/en/data_graphs/330.htm. Acessado dia 07/04/2016.

¹⁶² Ata da sessão 6509. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/PRO/N11/287/73/PDF/N1128773.pdf?OpenElement>. Acessado em 08/04/2016.

¹⁶³ Ata da sessão 6509. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/PRO/N11/287/73/PDF/N1128773.pdf?OpenElement>. Acessado em 08/04/2016.

¹⁶⁴ *Ibid.*

¹⁶⁵ Segundo a ata da sessão nº. S/PV.6509, até 29 de março, a Organização Internacional para as Migrações e a Oficina do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados haviam proporcionado assistência de evacuação a mais de 88.000 pessoas que haviam abandonado a Líbia.

negociações¹⁶⁶. Na ata da sessão nº S/PV.6527 o enviado especial da ONU, comenta que recebeu uma mensagem de Ghadafi informando que a OTAN havia bombardeado a moradia de sua família e havia matado seu filho Saif Al-Arab e alguns de seus netos, pedindo também que a comunidade internacional atuasse, pois esta situação não era tolerável.

O governo da Líbia firmou um acordo humanitário com as Nações Unidas para permitir o acesso humanitário internacional a “todas as zonas da Líbia afetadas pelo conflito [...] em condições de segurança, a fim de que se pudesse prestar assistência a todas as pessoas necessitadas”¹⁶⁷.

Na mesma ata da sessão, o enviado especial da ONU à Líbia, afirmou que para as autoridades do país, o cessar fogo deveria vir acompanhado do fim dos ataques da OTAN, para que se encontrasse o caminho do diálogo. Se os ataques da OTAN fossem cessados, o Governo da Líbia estaria disposto a conversar sobre novas eleições, democracia e uma reforma constitucional. O governo também assinalou que era necessária a fixação de uma data para o cessar fogo sob a supervisão de observadores imparciais. Desta maneira Ghadafi mostrou-se disposto ao diálogo.

Por outro lado, o Conselho Nacional de Transição informou que um cessar-fogo não seria suficiente para por fim ao conflito da Líbia, se este não estivesse diretamente vinculado a partida do Coronel Al-Ghadafi e de sua família. O Conselho deixou clara a sua posição de que não iniciaria negociações nem com Ghadafi, nem com sua família¹⁶⁸. Apresentou também uma rota para um processo de transição, pedindo que a comunidade internacional o reconhecesse como único interlocutor legítimo entre o povo líbio e esta. Neste ponto ficou evidenciado que a verdadeira intenção do CTN era a retirada de Ghadafi do poder e isto não poderia ser efetuado sem as forças da OTAN.

Na ata da sessão S/PV.6527, o Governo líbio demonstrou preocupação quanto ao parágrafo 17 da resolução 1970 (2011) e em determinados aspectos da resolução 1973 (2011), em especial, quanto ao congelamento de ativos

¹⁶⁶ Ata da sessão 6527. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/PRO/N11/320/36/PDF/N1132036.pdf?OpenElement>. Acessado dia 09/04/2016.

¹⁶⁷ Ata da sessão 6527. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/PRO/N11/320/36/PDF/N1132036.pdf?OpenElement>. Acessado dia 09/04/2016.

¹⁶⁸ *Ibid.*

financeiros, que repercute no fornecimento de bens e serviços básicos à população¹⁶⁹. O Governo também demonstrou a sua desconformidade pela venda de petróleo bruto nas regiões dominadas pelos rebeldes, o que poderia impactar muito na economia da Líbia, haja vista que segundo a OPEC, a economia do país depende exclusivamente do setor petrolífero, o que simboliza mais de 95 por cento das receitas de exportação. Além disso, o setor de petróleo e gás responde por cerca de 60 por cento do PIB total, dando a Líbia um dos maiores PIBs per capita na África¹⁷⁰.

Durante a intervenção, nas sessões que se seguiram na ONU, a desconformidade dos países perante a aplicação da resolução 1973 foi praticamente unânime, com exceção dos países que auxiliavam a coalizão.

Na ata da sessão nº 6530, a Secretária Geral Adjunta de Assuntos Humanitários e Coordenadora do Socorro de Emergência, Sra. Valeria Amos, afirmou que o conflito, o desmoronamento da infraestrutura do Estado e a escassez de dinheiro e combustível estão causando graves problemas à população da Líbia¹⁷¹. O auxílio humanitário retirou-se temporariamente do país, após haver saques aos postos das Nações Unidas. No entanto, os bombardeios aéreos e os combates continuaram em partes das cidades durante mais de dois meses¹⁷². Neste momento, apenas organizações humanitárias não governamentais estavam no território dando apoio à população.

Sra. Valeria Amos também afirmou que as feridas causadas pelos bombardeios aéreos da OTAN, demonstram uma total indiferença pelo bem-estar físico e psicológico dos civis. Afirma ela, que a forma com que se estão aplicando e supervisionando as sanções da ONU provoca graves danos à população e que a assistência militar, que tantos Estados membros se oferecem para fornecer, só deve ser o último recurso¹⁷³.

¹⁶⁹ Segundo a ata da sessão nº S/PV.6527, mais de 665.000 pessoas já haviam fugido da Líbia desde o começo do conflito.

¹⁷⁰ Disponível em: http://www.opec.org/opec_web/en/. Acessado dia 17/04/2016.

¹⁷¹ Mais de 746.000 pessoas, a maioria cidadãos de outros países, abandonaram o país.

¹⁷² Ata da sessão 6530. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/PRO/N11/328/84/PDF/N1132884.pdf?OpenElement>. Acessado dia 17/04/2016.

¹⁷³ *Ibid.*

Neste ponto, claro estava que o propósito dos países que estavam fornecendo a assistência humanitária, não era o bem físico da população a qual foram incumbidos de ajudar.

Na mesma ata da sessão, a Secretária Geral Adjunta de Assuntos Humanitários afirmou ainda que “a perda de confiança por qualquer das partes que participam das hostilidades, a respeito do caráter estritamente neutro, imparcial e independente da ação humanitária, coloca em perigo a capacidade de chegar as pessoas que necessitam de ajuda”¹⁷⁴.

Na ata da sessão 6531, de 10 de maio de 2011, Sr. Valerie Amos, assegurou que as respostas dadas pelo Conselho à crise da Líbia tem suscitado dúvidas, tanto pelo prejuízo à população, quanto a função que poderá desempenhar na configuração de um marco para futuros conflitos. A aplicação da resolução 1973/2011 com a autorização do uso da força “deveria ter cumprido rigorosamente as disposições do programa, limitando-se a promover e garantir a proteção dos civis”¹⁷⁵.

Na mesma sessão, Reino Unido afirmou que estava garantindo que o uso da força fosse utilizado somente para a proteção da população e suas ações se ajustavam às resoluções do Conselho de Segurança. Rússia por sua vez, afirmou que a declaração formulada pelo representante da coalizão a respeito da resolução 1973 não se ajusta a realidade, salientando que em vista das experiências ambíguas da proteção dos civis durante as operações de manutenção da paz sancionadas pela ONU, é inaceitável que quem aplica a operação se veja atraído ao conflito armado e tome partido por uma das partes ao cumprir seu mandato, compartilhando da opinião da Secretária Geral. Ressaltou-se ainda, a utilidade da posição brasileira, de celebrar consultas sobre todos os aspectos do programa de proteção, na figura da Sra. Maria Luiza Ribeiro Viotti.

O Brasil, por sua vez, sustentou que a proteção dos civis é um imperativo humanitário, conceito particular que não deve confundir-se ou combinar-se com ‘ameaça a paz e a segurança internacionais’ ou com a ‘responsabilidade de proteger’, devendo evitar incorrer em interpretações excessivamente amplas da

¹⁷⁴ *Ibid.*

¹⁷⁵ Ata da sessão 6531. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/PRO/N11/328/84/PDF/N1132884.pdf?OpenElement>. Acessado dia 21/04/2016.

proteção dos civis, “algo que poderia comprometer a imparcialidade das Nações Unidas, ou criar a percepção que a proteção dos civis se utiliza de pretexto para mascarar esforços dirigidos a intervir ou trocar regimes”¹⁷⁶. Afirmar que é necessária uma aplicação rigorosa e não-seletiva do direito internacional humanitário, pois quando o Conselho autoriza o uso da força, como no caso da Líbia, deve-se defender e respeitar os princípios, com apego ao estrito termo da autorização. A mesma medida em que o pessoal da manutenção da paz é obrigado a render contas pelas suas ações e erros nas missões de proteção, “os Estados Membros devem também ser claros em como estão cumprindo os mandatos que receberam do Conselho”¹⁷⁷. Sustentou que a imparcialidade da Organização é indispensável para resolução pacífica dos conflitos. O Brasil deste modo, manteve sua postura prudente, marca que o faz reconhecido no cenário internacional como um país imparcial.

Índia afirmou que a ação do Conselho em seus esforços para proteção dos civis deve respeitar os aspectos fundamentais da Carta das Nações Unidas, sobretudo a não-intervenção na Soberania e integridade dos Estados Membros. Afirmar o país que qualquer decisão de intervir que esteja associada a motivos políticos se desvia destes nobres princípios. De igual maneira, a intervenção deve ser sustentada por informação digna de crédito e verificável, o que requer maiores correntes de informação quando o Conselho abordar uma situação. Indagou ainda “*Quis custodiet ipsos custodies?* Quem vigia os guardiões?”¹⁷⁸, havendo uma grande inquietação acerca de como se tem interpretado o imperativo humanitário de proteção dos civis mediante ações reais no terreno.

China, salientou a necessidade do cumprimento estrito dos princípios da Carta das Nações Unidas, pela comunidade internacional, em especial, “a neutralidade, a soberania e a integridade territorial do país em questão, não devendo haver a intenção de mudança de regime ou de participação na guerra civil com o pretexto de proteção dos civis”¹⁷⁹. As operações devem evitar tomar partido nas controvérsias políticas locais, ou, inclusive, converter-se em uma

¹⁷⁶ *Ibid.*

¹⁷⁷ Ata da sessão 6531. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/PRO/N11/328/84/PDF/N1132884.pdf?OpenElement>. Acessado dia 21/04/2016.

¹⁷⁸ *Ibid.*

¹⁷⁹ *Ibid.*

parte do conflito. Afirmou que os meios militares não são uma resposta eficaz a proteção da população. Apresentou também ressalva quanto a divergência de opiniões envolvendo a responsabilidade de proteger, afirmando que a Assembleia Geral deveria continuar examinando esta questão.

África do Sul, de igual maneira pontuou a necessária imparcialidade durante a aplicação dos mandatos da ONU, para que as Nações Unidas não despertem a suspeita de estar ao lado de uma das partes do conflito. Salientou, assim como os demais países, sua preocupação pela aplicação da resolução 1973 estar avançando seu mandato e seu espírito, reafirmando a necessidade de respeito a Soberania, a vontade e a integridade do país, devendo a Organização se abster de endossar agendas políticas, incluindo a troca de regime, que vai além da proteção dos civis. África do sul ainda questionou a seletividade do Conselho na promoção dos mandatos, afirmando que “não se pode pensar que se valore a vida de alguns civis acima da de outros”¹⁸⁰, devendo haver intuito de proteção dos civis não somente na Líbia, mas em outros países que necessitavam naquele momento, como a Somália.

Observou-se que o posicionamento dos BRICS foi unânime no Conselho, ao pedir o respeito aos princípios da Carta e o efetivo cumprimento dos mandatos outorgados pela ONU. A opinião dos demais países no Conselho não foi diferente.

Portugal pediu que o Conselho atuasse com coerência. Bósnia e Herzegovina considerou a necessidade de informação mais ampla e detalhada sobre a proteção dos civis, devendo haver uma avaliação do progresso no cumprimento dos mandatos através de um painel de especialistas do Conselho. Colômbia por sua vez, também ressaltou a necessidade do apoio internacional de respeitar a soberania e integridade territorial do país, bem como os princípios da neutralidade, independência e imparcialidade, afirmando que qualquer iniciativa deve ter em mente o papel central que exercem os governos e as políticas nacionais aplicáveis¹⁸¹.

¹⁸⁰ Ata da sessão 6531. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/PRO/N11/328/84/PDF/N1132884.pdf?OpenElement>. Acessado dia 31/03/2016.

¹⁸¹ Ibid.

Nigéria, pontuou o respeito aos princípios e ressaltou que as medidas adotadas pelo Conselho até esta data não inverteram a tendência do sofrimento desproporcional aos civis em conflitos armados. Pediu coerência e contenção para não se deixar arrastar por interesses nacionais. Gabão, afirmou que a lei e a manutenção da neutralidade e da imparcialidade devem prevalecer, bem como a garantia de que todos estejam conscientes das consequências de não cumprir os princípios e normas¹⁸².

Uruguai, asseverou que deve-se ser muito cuidadoso no momento de realizar ações no marco de um instrumento jurídico vinculante e legitimador das Nações Unidas em nome da proteção da população. O avanço da discussão sobre a ‘responsabilidade de proteger’ deve levar em consideração os pontos de contato com a ‘proteção dos civis’, sendo claro, no entanto quanto as referências a um e a outro, tendo em conta a singularidade de cada conceito, já que possuem naturezas jurídicas distintas e seguiram processos de discussão claramente diferenciados. Afirmou que todas as partes envolvidas devem respeitar de maneira imparcial os termos exatos do Conselho de Segurança¹⁸³.

Itália, França e Estados Unidos ressaltaram por sua vez, a total coerência das ações com as resoluções 1970 (2011) e 1973 (2011), apoiando a intervenção do Conselho de Segurança desde o princípio. França ratificou a necessidade de aumentar a pressão sobre o regime de Al-Qadhafi, recorrendo a todos os meios necessários e legítimos, ressaltando a importância da operação dirigida pela OTAN¹⁸⁴.

Cuba, por seu turno, sustentou que apesar dos esforços realizados, muitos aspectos da proteção dos civis devem ser esclarecidos, principalmente em relação a “quem decide quando há a necessidade de proteger; quem decide que um estado não protege e sobre quais bases; quem e sob quais critérios determina a forma de atuar; quais são os limites de prazo; e, como evitar que seja utilizado com fins intervencionistas”¹⁸⁵. Cuba rejeitou que, sob o pretexto humanitário se adotem medidas violatórias da Soberania dos Estados,

¹⁸² Ibid.

¹⁸³ Ata da sessão 6531. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/PRO/N11/328/84/PDF/N1132884.pdf?OpenElement>. Acessado dia 31/03/2016.

¹⁸⁴ Ibid.

¹⁸⁵ Ibid.

afirmando que ela não deve ser menosprezada abaixo de nenhum conceito, e que as medidas adotadas até agora não renderam os frutos esperados.

O país afirma que se as Nações Unidas não conseguiram cumprir cabalmente o papel que lhes corresponde para ajudar e proteger as milhões de pessoas que necessitam, seja pela seletividade, pela dubiedade no tratamento dado aos temas, ou pela distorção de alguns de seus órgãos, em particular o CSNU, devia-se realizar uma profunda reforma, principalmente do Conselho de Segurança, desde sua composição a seus métodos de trabalho, para garantir uma atuação não abusiva e não seletiva na proteção dos civis. Cuba ainda salienta que deve-se reconhecer que não há norma jurídica que permita justificar o caráter legal da intervenção por motivos ou com pretextos humanitários.

Afirma Cuba que é necessário o consentimento dos estados para qualquer medida que se pretenda adotar em relação a sua população, sendo um princípio inviolável que deve ser plenamente respeitado. Caso contrário, estaria-se ocasionando verdadeiras intervenções militares em conflitos internos, como as que vem acontecendo, sob a anuência da ONU. Assevera que as intervenções devem ser claras desde o primeiro momento, sem dubiedade e sem interesses políticos, diferentes da implementada pelo Conselho em 17 de março de 2011, afirmando que nada nesta resolução autoriza o bombardeio de cidades e áreas povoadas, com a pretensão de proteção de civis, trazendo a morte de mais civis inocentes, a destruição de casas, escolas e hospitais. Assegura o representante de Cuba que:

Como justificar o bombardeio indiscriminado, o uso de armas sofisticadas e aeronaves e a morte de pessoas inocentes, incluindo crianças, sob o pretexto de proteger outros civis, vítimas inocentes? Não houve decisão das Nações Unidas para a proteção de vítimas civis da agressão da NATO contra um país soberano. O silêncio da Organização do assassinato de pessoas inocentes, incluindo mulheres e crianças, que as forças estrangeiras que atacam o país é escandalosa¹⁸⁶. (tradução nossa)

¹⁸⁶ Ata da sessão 6531. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/PRO/N11/328/84/PDF/N1132884.pdf?OpenElement>. Acessado dia 02/04/2016.

Sr. Seger, representante da Suíça, interveio em nome da Rede de Segurança Humana¹⁸⁷, salientando que os Membros do Conselho devem utilizar o painel de especialistas para avaliar o mandato e as missões de manutenção da paz que impliquem tarefas de proteção, assegurando-se de que sejam coerentes e não seletivas, para garantia de ações futuras.

Suíça, em seu posto, defendeu o respeito ao papel do governo na proteção dos civis, e, assim como muitos países, salientou que esta é a sua principal responsabilidade, afirmando que as Nações Unidas devem ser sensíveis ao ajudá-lo, respeitando as realidades encontradas no terreno e em particular a soberania do Estado. Lamentou que a politização e a seletividade que caracterizam o debate afetem a sua credibilidade, arguindo que a disposição das Nações Unidas em admitir denúncias fantasiosas e infundadas feitas nos meios de comunicação, inclusive desconhecidas, como sendo feitas pelos altos funcionários das Nações Unidas, é extremamente lamentável. Afirma que o enfoque contraditório e a tendência ambígua de atacar ao pequeno e ao fraco, bem como as intervenções externas insensíveis, afetam também a reconciliação após o conflito¹⁸⁸.

Liechtenstein, pontuou que os acontecimentos ocorridos na Líbia, trazem deliberações sobre como definir o momento em que se começa um conflito armado interno, ponto importante para determinar se/como o direito internacional humanitário e os direitos humanos se aplicam a esta situação. Salientou que a eficácia de uma intervenção é importante, mas ela também traz uma função de credibilidade. Esta credibilidade é fomentada se a medida adotada é coerente e tem o fim de alcançar o objetivo estabelecido.

Nicarágua, por sua vez, afirmou que estamos presenciando na Líbia uma instrumentalização de um tema nobre para fins políticos de um pequeno grupo de países. Isto, de acordo com o país, prejudicou toda a credibilidade quanto as supostas intenções filantrópicas que animavam a promoção da proteção de civis. Afirma o representante de Nicarágua que:

¹⁸⁷ A rede de segurança humana, composta na época pelos países: Áustria, Chile, Costa Rica, Grécia, Irlanda, Jordânia, Mali, Noruega, Eslovênia, Suíça, Tailândia e África do Sul como observadora.

¹⁸⁸ Ata da sessão 6531. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/PRO/N11/328/84/PDF/N1132884.pdf?OpenElement>. Acessado dia 31/03/2016.

Mais uma vez, vemos a abafada manipulação sob o tema "proteção de civis" para propósitos desonrosos de natureza política, uma vez que de maneira inequívoca tem-se objetivos declarados de impor uma mudança de regime, atentando contra a soberania de um Estado membro das Nações Unidas e violando a Carta da Organização. Mais uma vez a lógica do intervencionismo e hegemonia tem sido o vetor de uma decisão desastrosa cujas consequências potenciais para dezenas de milhões de pessoas no mundo são incalculáveis¹⁸⁹. (grifo nosso)

Nicarágua ainda sustenta que se a CNU não incluiu nenhuma referência legal a um direito de ingerência humanitária, e que isto foi intencional para que conceitos sem definições claras, como a proteção dos civis, prevaleçam sobre a soberania dos Estados. O país exigiu que o Conselho de Segurança, particularmente a luz da resolução 1973 (2011), explique:

como ele se destina a proteger os civis com bombas, tem que nos informar, porque temos o direito de saber quantos civis morreram em nome da suposta proteção dos civis. Ele deve nos dizer quem protegerá os civis de seus supostos protetores. Deve nos explicar como, sob a proteção de civis, é planejando o assassinato de um chefe de Estado de um país soberano. Deve nos dar contas de como a morte de crianças inocentes em atentados contribui para a proteção de civis¹⁹⁰. (tradução nossa)

Constatou-se desta maneira, o descontentamento generalizado dos países durante a intervenção realizada na Líbia, evidenciado nas sessões realizadas nas Nações Unidas. No plano fático, as baixas civis se deram após a intervenção da ONU. A Organização Human Rights Watch divulgou no em 2012, um ano após o conflito, um relatório de 76 páginas denominado "Mortes não reconhecidas: Morte de civis na campanha aérea da OTAN na Líbia", o maior sobre o tema atualmente. Neste estudo são examinados em detalhes oito ataques aéreos realizados pela Organização no país, que comprova que todos estes alvos não eram militares, com ataque a residências, hospitais e escolas.¹⁹¹

Após tentativas do governo de um cessar-fogo e quase 8 meses de operações da OTAN na Líbia, a cidade de Sirte, onde estava refugiado Muammar Gadhafi, foi bombardeada por 13 dias¹⁹². No dia 20 de outubro de 2011, segundo

¹⁸⁹ Ata da sessão 6531. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/PRO/N11/328/84/PDF/N1132884.pdf?OpenElement>. Acessado dia 02/04/2016.

¹⁹⁰ Ata da sessão 6531. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/PRO/N11/328/84/PDF/N1132884.pdf?OpenElement>. Acessado dia 02/04/2016.

¹⁹¹ Human Rights Watch. Disponível em <http://www.hrw.org/de/node/107149>. Acesso em 15/02/2016.

¹⁹² Disponível em: <http://www.aljazeera.com/news/africa/2011/10/20111020111520869621.html>. Acessado dia 05/04/2016.

a rede *Aljazeera*, um funcionário da Defesa dos EUA disse à agência de notícias AFP que um drone dos EUA juntamente com um avião de caça francês atacaram um comboio de veículos na Líbia, onde os franceses acreditavam estar transportando Gaddafi.¹⁹³ O governante foi morto nesta data.

Após sua morte, relatórios informaram que milícias do CTN e rebeldes capturaram, brutalizaram e mataram em massacre, membros do comboio de Gaddafi¹⁹⁴. Em Trípoli, relatos não confirmados de que o filho mais proeminente de Gaddafi, Saif al-Islam, estava tentando fugir de Sirte, mas tinha sido rastreado por combatentes do CNT que estavam atacando seu comboio. Relatórios posteriores sugeriram que Saif tinha sido ferido e preso¹⁹⁵.

No dia seguinte a morte de Ghaddafi, autoridades da OTAN disseram que o corpo diretivo da aliança iria encontrar-se na próxima sexta-feira para decidir terminar a campanha de bombardeio de sete meses sobre a Líbia¹⁹⁶.

2.3 Líbia após a intervenção

Após a queda de Gadhafi e a intervenção realizada pela OTAN, o Conselho Nacional de Transição (CNT) foi reconhecido pela Assembleia Geral das Nações Unidas como a autoridade do governo líbio, o que permitiu a seus integrantes ocupar uma cadeira na câmara da organização, apesar de a União Africana (UA), composta pelo maior número de vizinhos do país, ter solicitado o adiamento da decisão, o que foi recusado¹⁹⁷.

O reconhecimento de um governo de transição é essencial para o país, mostrando-se importante neste momento da guerra civil, onde deve-se evitar espaços vazios de poder, o que poderia gerar novos conflitos internos por parte

¹⁹³ *Ibid.*

¹⁹⁴ *Ibid.*

¹⁹⁵ *Ibid.*

¹⁹⁶ Disponível em: <http://www.aljazeera.com/news/africa/2011/10/20111020111520869621.html>. Acessado dia 07/04/2016.

¹⁹⁷ Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Mundo/Libia/noticia/2011/09/onu-reconhece-oficialmente-governo-rebelde-libio.html>. Acessado dia 06/04/2016.

de diferentes grupos pela busca de governança. Esta tática de transição, é parte da chamada “responsabilidade de reconstruir¹⁹⁸” trazida pelo relatório do ICISS.

Ao que tange a esta responsabilidade, o Conselho de Segurança das Nações Unidas determinou o estabelecimento da Missão de Apoio das Nações Unidas na Líbia (UNSMIL), por meio da resolução 2009, aprovada por 15 votos a favor¹⁹⁹. A UNSMIL foi encabeçada por um representante Especial do Secretário Geral, por um período inicial de três meses, devendo entre outras coisas, prestar assistência as autoridades líbias para restaurar a segurança e ordem pública e promover o Estado de Direito; propiciar um diálogo político e empreender um processo constitucional e eleitoral²⁰⁰. Esta resolução (2009) também manteve o embargo de armas previsto na resolução 1970. No entanto, deixou sem efeito o congelamento dos ativos das companhias petrolíferas da Líbia (Libyan National Corporation (LNO) e Zueitina Oil Company)²⁰¹, (impostas nos parágrafos 17, 19, 20 e 21 da resolução 1970 e do parágrafo 19 da resolução 1973), o que facilitaria os negócios futuros do CTN.

A responsabilidade de reconstruir, implica também na restauração da infraestrutura e indústria nacionais aos níveis que se achavam anteriormente a intervenção, de maneira especial no caso da Líbia, a indústria petrolífera. Segundo Pureza, este foi o principal motivo que incitou uma intervenção tão rápida no país, salientando que três são as principais causas desta intervenção: a primeira, a exploração das reservas petrolíferas da Líbia, a qual antes da guerra tinha uma produção de 1,6 milhões de barris por dia²⁰², cerca de 2% da produção mundial²⁰³; a segunda reside na exploração das reservas de gás natural, que segundo a Organização dos Países Exportadores de Petróleo

¹⁹⁸ Relatório disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N05/487/63/PDF/N0548763.pdf?OpenElement>. Acessado dia 06/04/2016.

¹⁹⁹ DEL CARPIO, David. A responsabilidade de proteger e o Conselho de Segurança das Nações Unidas, pg. 101.

²⁰⁰ Resolução 2009. Disponível em: [http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=s/res/2009%20\(2011\)](http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=s/res/2009%20(2011)). Acessado dia 07/04/2016.

²⁰¹ Resolução 2009. Disponível em: [http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=s/res/2009%20\(2011\)](http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=s/res/2009%20(2011)). Acessado dia 07/04/2016.

²⁰² O barril de petróleo na época era vendido no mercado a U\$ 115,05, vide o site: <http://br.investing.com/commodities/brent-oil-historical-data>. Acessado dia 07/04/2016.

²⁰³ Disponível em: <http://pt.euronews.com/2011/08/25/batalha-pelo-petroleo-libio/>. Acessado em 07/04/2016.

(OPEC), é estimada atualmente em 1,505 trilhões de metros cúbicos (cu. m.)²⁰⁴; e, em terceiro, os trabalhos de reconstrução que o país necessitaria após a intervenção²⁰⁵, o que ocasionou grande disputa entre os países membros e aliados da OTAN.

Nesta seara, França, Reino Unido e Itália, principalmente, já haviam tomado as suas posições. O presidente do CTN, Mustafa Abdel Jalil, prometeu publicamente favorecer aos países que ajudaram a rebelião, afirmando que “gerenciarão de acordo com o apoio que receberam”²⁰⁶. Neste sentido, os países europeus foram os primeiros a se habilitar, tendo em vista que 85% da produção da Líbia vai para a Europa, a começar pela empresa italiana Eni²⁰⁷. A empresa esteve em contato diário com os rebeldes, já que não quis perder o seu lugar de principal exploradora no país, o que representava 15% do total da produção do grupo²⁰⁸. Eni firmou um acordo bilateral com CNT, onde as partes se comprometeram a retomar as atividades da companhia petrolífera na Líbia e a reativar o gasoduto GreenStream, que provia 8 bilhões de metros cúbicos de gás natural por ano.²⁰⁹

O apoio da França à rebelião também beneficiou empresa francesa Total, já que o CTN afirmou que daria 35% dos novos contratos aos franceses²¹⁰. No entanto, este não foi o único benefício garantido ao país, já que o CNT firmou contratos com produtores franceses para compra de 120.000 toneladas de trigo (equivalente a US\$ 22 milhões), além do plano de importar mais de 500.000 mil toneladas de trigo da França²¹¹.

²⁰⁴ Disponível em: http://www.opec.org/opec_web/en/about_us/166.htm. Acessado dia 07/04/2016.

²⁰⁵ PUREZA, José Manuel. *As ambiguidades da responsabilidade de proteger: o caso da Líbia*. Carta Internacional, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 3-19, jan./jun. 2012. *Apud* DEL CARPIO, David. *A Responsabilidade de Proteger e o Conselho de Segurança das Nações Unidas*. 2012, pg 100.

²⁰⁶ Disponível em: http://www.bbc.com/mundo/noticias/2011/09/110901_libia_batalla_contratos_reconstruccion_az.shtml. Acessado dia 07/04/2016.

²⁰⁷ Disponível em: <http://pt.euronews.com/2011/08/25/batalha-pelo-petroleo-libio/>. Acessado em 07/04/2016.

²⁰⁸ Disponível em: <http://pt.euronews.com/2011/08/25/batalha-pelo-petroleo-libio/>. Acessado em 07/04/2016.

²⁰⁹ Disponível em: http://www.bbc.com/mundo/noticias/2011/09/110901_libia_batalla_contratos_reconstruccion_az.shtml. Acessado dia 07/04/2016.

²¹⁰ *Ibid.*

²¹¹ Disponível em: http://www.bbc.com/mundo/noticias/2011/09/110901_libia_batalla_contratos_reconstruccion_az.shtml. Acessado dia 07/04/2016.

À espera de contratos ainda estavam outras empresas petrolíferas, como a suíça Vitol, a Qatar Petroleum, as gigantes como a BP e a Shell²¹², a China National Petroleum Corp, British Petroleum, Occidental Petroleum (OXY), Repsol (Espanha) e ExxonMobil, Chevron, Hess e Conoco Philips (norte-americana)²¹³.

É necessário ressaltar que a Rússia absteve-se da votação na Resolução 1973, porque empresas do país detinham negócios com o governo de Muammar Gadhafi, empresas como Gazprom e Tatneft, investiram milhões no setor de gás e petróleo líbio. A estatal ferroviária russa estava construindo uma linha de trem de alta velocidade entre Sirte e Bengasi, graças a um contrato de US\$ 3 bilhões, ganho no governo de Muammar. Empresas chinesas também tinham forte presença antes do início da rebelião, contando com ao menos 26 companhias negociantes pelo equivalente a US\$ 20 bilhões²¹⁴. As abstenções na votação da resolução podem ter feito estes países perderem espaço em relação as empresas da Organização do Tratado do Atlântico Norte.

A Líbia nesta trajetória de um “governo novo recém estabelecido”, despontou como um potencial muito lucrativo para investimentos externos. O ex-diretor do Banco Central Líbio, Farhat Bengdara, afirmou: “Não necessitamos de doadores. Líbia é um país rico. Os ativos estatais da Autoridade de Inversão Líbia (fundos soberanos de inversão), o Banco Central e as reservas em ouro equivalem a mais de US\$168 bilhões”²¹⁵.

Desta maneira, alguns autores afirmam que a disputa pelo controle dos fundos soberanos de inversão líbios, administrados pela LIA (Libyan Investment Authority), despontaram como grande fator de interesse pelas demais potências,

²¹² Disponível em: <http://pt.euronews.com/2011/08/25/batalha-pelo-petroleo-libio/>. Acessado em 08/04/2016.

²¹³ MARTÍNEZ, David. *Francia e Italia pugnarán por repartirse el 'tesoro' libio*. La Vanguardia, Barcelona, 23 ago. 2011. Disponível em: <http://www.lavanguardia.com/internacional/2011/08/23/54204647032/francia-e-italia-pugnaran-por-repartirse-el-tesoro-libio.html>. Acessado em 13/04/2016.

²¹⁴ Disponível em: http://www.bbc.com/mundo/noticias/2011/09/110901_libia_batalla_contratos_reconstruccion_az.shtml. Acessado dia 07/04/2016.

²¹⁵ Disponível em: http://www.bbc.com/mundo/noticias/2011/09/110901_libia_batalla_contratos_reconstruccion_az.shtml. Acessado dia 07/04/2016.

haja vista que são investimentos de alto valor e estão espalhados em todo o mundo, em destaque no Reino Unido, Rússia e Itália²¹⁶.

Segundo um telegrama diplomático publicado pela rede Wikileaks, o representante da Libyan Investment Authority, Mohamed Layas cientificou o embaixador dos Estados Unidos em Trípoli, de que a LIA havia depositado em 20 de janeiro de 2011, 32 bilhões de dólares em bancos estado-unidenses²¹⁷. Cinco semanas depois, a resolução 1970 do Conselho de Segurança foi aprovada, dando aval para os Estados membros congelarem estes e todos os ativos que pudessem ser controlados por Ghadafi ou pessoas vinculadas a ele²¹⁸. Segundo as declarações oficiais, esta foi “a maior soma de dinheiro alguma vez já bloqueada nos Estados Unidos”, que Washington mantém “em depósito para o futuro da Líbia”, servindo na verdade, para injeção de capitais na economia dos Estados Unidos, cada vez mais endividada. Alguns dias mais tarde, a União Europeia congelou cerca de 45 bilhões de euros de fundos líbios.²¹⁹

Cabe notar que a resolução 2009 (2011), aprovada após a queda Ghadafi, que retirou o congelamento das companhias de petróleo, como a Libyan National Oil Corporation (LNOC) y la Zueitina Oil Company, manteve o congelamento da Direção geral da Autoridade de Investimentos da Líbia (LIA)²²⁰, o que favorece a economia dos países que detém estes capitais.

Além da LIA, também foi mantido o congelamento do Banco Central da Líbia, do Banco Exterior Árabe Líbio (LAFB) e da Libyan Africa Investment. Este congelamento, teve um impacto especialmente forte na África. No continente, a Libyan African Investment Company havia efetuado investimentos numerosos em mais de 25 países, em diversos ramos, tendo como destaque o investimento líbio na concretização do primeiro satélite de telecomunicações da Rascom (Regional African Satellite Communications Organization) que em órbita desde

²¹⁶ PUREZA, José Manuel. *As ambiguidades da responsabilidade de proteger: o caso da Líbia*. Carta Internacional, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 3-19, jan./jun. 2012. *Apud* DEL CARPIO, David. *A Responsabilidade de Proteger e o Conselho de Segurança das Nações Unidas*. 2012, pg 100.

²¹⁷ Disponível em: <http://www.orientemidia.org/a-rapina-do-seculo-o-assalto-aos-fundos-soberanos-libios/>. Acessado dia 07/04/2016.

²¹⁸ Parágrafo 17 da resolução 1970 do CSNU. Disponível em: <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N11/245/61/PDF/N1124561.pdf?OpenElement>. Acessado dia 08/04/2016.

²¹⁹ Disponível em: <http://www.orientemidia.org/a-rapina-do-seculo-o-assalto-aos-fundos-soberanos-libios/>. Acessado dia 08/04/2016.

²²⁰ Parágrafo 15º da resolução 2009. Disponível em: [http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=s/res/2009%20\(2011\)](http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=s/res/2009%20(2011)). Acessado dia 08/04/2016.

2010, permitiu aos países da África uma economia anual de milhões de dólares, ao ganharem independência do conjunto de satélites europeus e estadunidenses²²¹. A expansão deste projeto pode ter enfraquecido com o congelamento da Libyan Africa Investment.

Outros investimentos importantes ficaram prejudicados pela intervenção. A União Africana, contando com fundos líbios (que agora estavam congelados), havia lançado três organismos financeiros: o Banco Africano de Investimento (com sede em Trípoli); o Fundo Monetário Africano, com sede em Yaundé (Camarões); o Banco Central Africano, instalado em Abuja (Nigéria). Estes organismos em funcionamento permitiriam aos países africanos não estarem sob influência do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional²²² e possibilitariam o projeto de Ghadafi de constituir uma única moeda num estado pan-africano, capaz de competir com o dólar e com o euro.²²³

Além das percas econômicas, após o CNT ser assumido como autoridade da Líbia, uma grande instabilidade tomou conta do país e o Estado se tornou campo para o crescimento de extremistas islâmicos. Neste sentido, o representante especial da ONU na Líbia, Sr. Ian Martins, afirmou na sessão 6639 da ONU, que a situação de segurança no país continuava instável, com tensões ligadas a uma complexa combinação de afiliações étnicas e políticas, “aumentou-se o número de mortes, lesões graves, fugas e destruição”.²²⁴ A chancelaria britânica retirou sua representação de Trípoli e “desaconselhou qualquer viagem à Líbia devido aos combates e grande instabilidade no país”²²⁵.

A aliança entre os rebeldes foi oportuna para retirada de Ghadafi, no entanto, não foi capaz de sustentar um governo legítimo que representasse as aspirações do povo. Até 2014 a Líbia realizou sua segunda eleição nacional desde a derrubada do governo, no entanto, meses depois de ser eleito, o recém formado Parlamento foi obrigado a deixar Trípoli, expulso por milícias tribais e

²²¹ Disponível em: <http://www.orientemidia.org/a-rapina-do-seculo-o-assalto-aos-fundos-soberanos-libios/>. Acessado dia 08/04/2016.

²²² *Ibid.*

²²³ DEL CARPIO, David. *A responsabilidade de proteger e o Conselho de Segurança das Nações Unidas*, pg. 102.

²²⁴ Ata da sessão 6639. Disponível em: <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/PV.6639>. Acessado dia 11/04/2016.

²²⁵ Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/11/141122_libia_revolucao_hb. Acessado em 08/04/2016.

islamistas, em um país fragmentado em cerca de 1700 diferentes grupos espalhados brigando entre si, extremamente armados²²⁶.

2.4 Críticas à intervenção

As principais críticas à intervenção humanitária na Líbia se deram em virtude da atuação da OTAN no cumprimento do mandato da ONU sobre diferentes aspectos, dentre eles: o uso da força; a parcialidade de sua atuação no favorecimento dos rebeldes, fugindo do mandato estabelecido; a não proteção dos civis; sua ininterrupta caçada à Ghadafi, o que culminou na derrubada de seu governo; e, em consequência destes fatores, o desrespeito ao princípio da não-intervenção, na ingerência de assuntos internos da Líbia.

Primeiramente, ao que tange a proteção dos civis, as críticas se voltaram ao fato da ação da OTAN ter feito mais vítimas do que salvado. Cabe-se ressaltar que a resolução 1973 estabeleceu uma zona de exclusão aérea com a finalidade única de evitar vôos e bombardeios às cidades e com isto acabar com a agressão a população. Esta permitiu apenas vôos dos países das Nações Unidas para fornecimento de materiais humanitários aos civis²²⁷. No entanto, a atuação da OTAN se limitou a bombardear cidades estratégicas do conflito. Segundo a Secretária Geral Adjunta de Assuntos Humanitários e Coordenadora do Socorro de Emergência, Sra. Valerie Amos, as feridas causadas pelos bombardeios aéreos da OTAN, demonstraram uma total indiferença pelo bem-estar físico e psicológico dos civis afirmando que a forma com que se aplicaram e supervisionaram as sanções da ONU provocou graves danos à população e que a assistência militar, que tantos Estados membros se oferecem para fornecer, só deveria ter sido o último recurso²²⁸. Alguns autores ainda afirmam que não foi realizado o cálculo de custos da intervenção, pois antes da intervenção o número de mortos pelo regime de Gadhafi somava 1000

²²⁶ Ibid.

²²⁷ Resolução 1973 do CSNU. Disponível em: <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/res/1973%20%282011%29>. Acessado dia 11/04/2016.

²²⁸ Ata da sessão 6530 do CSNU. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/PRO/N11/328/84/PDF/N1132884.pdf?OpenElement>. Acessado dia 02/05/2016.

peças²²⁹ e, posteriormente à intervenção, as estimativas indicam até 50 mil mortes²³⁰.

A Liga Árabe mostrou posição favorável à zona de exclusão aérea, como chegou a declarar o secretário-geral da organização, Amr Musa. Porém, Musa realizou severas críticas aos ataques aéreos da OTAN, afirmando que esse escapa dos objetivos primários que foram decididos, “que eram basicamente a proteção dos civis, e não um bombardeio a eles”²³¹. A zona de exclusão aérea - na prática - acabou funcionando como uma proibição de vôos dos aliados de Gadhafi, enquanto os aviões da coalizão detinham de um livre acesso para atacar os soldados pró-governo no terreno.

A segunda grande crítica residiu no fato de que não houve autorização expressa para o uso da força militar no conflito. O que se utilizou como justificativa para o uso da força pelos principais países que elaboraram a intervenção²³² foi o disposto no parágrafo 4 da resolução 1973, que autoriza que “os Estados membros das Nações Unidas adotem todas as medidas necessárias para proteção dos civis”. Houve amplas críticas por parte dos países membros da ONU, quanto ao desvirtuamento do conteúdo do parágrafo, dizendo que este não era o espírito pelo qual a resolução foi construída. Neste sentido, o representante na África do Sul, na sessão 6555, com referência à Líbia, afirmou que todos os Estados Membros das Nações Unidas “devem cumprir plenamente além da letra, o espírito das resoluções”²³³.

Nota-se que a resolução 1973 tinha intuito único de proteção dos civis²³⁴, com a estrita finalidade humanitária, sendo que sua aceitação na ONU pelos países foi dada com este fim. Em momento nenhum a resolução autorizou a

²²⁹ PATRICK, S. *A new lease on life for humanitarianism: how operation Odyssey Dawn will revive RtoP*. In: *The arab revolt*. What happened, what it means and what comes next. [S.l.]: Foreign Affairs, 2011, pg. 274-278.

²³⁰ LOSURDO, D. *Líbia: petróleo e sangue de 50 mil*. Desenvolvementistas, 2012. Disponível em: <<http://www.desenvolvementistas.com.br/blog/blog/2012/02/28/libia-petrolio-e-o-sangue-de-50-mil/>>. Acesso em: 15/12/2015.

²³¹ Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/03/110321_libia_consolida_rw.shtml. Acessado dia 02/05/2016.

²³² Este foi o posicionamento de Itália, França e Estados Unidos, que pode ser verificado na resolução 6531 do CSNU.

²³³ Ata da sessão 6555 do CSNU. Disponível em: <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/PV.6555>. Acessado dia 12/06/2016.

²³⁴ Resolução 1973 do CSNU. Disponível em: <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/res/1973%20%282011%29>. Acessado dia 11/04/2016.

tomada de partido a uma das partes no conflito. No entanto, a terceira grande crítica à intervenção parte do fato de que a ação da OTAN foi parcial, tendo em vista o favorecimento aos rebeldes durante os ataques, sendo esta determinante para a queda de Gaddafi.

Segundo Crilly, as forças rebeldes não eram suficientes para alcançar esse propósito sozinhas. Se não fosse pela intervenção da OTAN, a cidade de Bengasi teria sido recuperada pelas forças de Ghadafi, todavia, com os ataques aéreos da Organização, as tropas de Ghadafi foram obrigadas a partir²³⁵. Desta maneira, a Organização do Tratado do Atlântico Norte agiu como uma força aérea rebelde, desferindo —inúmeros ataques sobre as tropas líbias – sempre sob a titulação de proteção dos civis²³⁶. De acordo com Furtado, com a zona de exclusão aérea, que impedia a circulação de aviões do governo, os rebeldes foram conquistando posições no terreno^{237, 238}.

Segundo Homan, a atuação das forças da OTAN na guerra civil incidiu em toda a cooperação logística e de inteligência, que se manifestou nos ataques aéreos sincronizados com o avanço terrestre dos rebeldes²³⁹. O mesmo autor afirma que a atuação parcial, incidiu também na violação do embargo de armas por parte do Reino Unido, França e Itália, tendo em vista que estes países forneciam-as aos rebeldes.

A França assumiu que fornecia rifles de assalto, mísseis antitanque, e lançadores de foguete, no entanto, alegou que este fornecimento não infringia o embargo de armas posto pela ONU tendo em vista que esses equipamentos

²³⁵ Crilly, Rob. Libya: Benghazi about to fall... then came the planes. The Telegraph, Londres, 20 mar. 2011. Disponível em: <http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/africaandindianocean/libya/8393843/Libya-Benghazi-about-to-fall...-then-came-the-planes.html>. Acessado em: 15/02/2016.

²³⁶ BENNER, Thorsten. *O Brasil como um empreendedor normativo: a Responsabilidade ao Proteger*. Tradução de Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. Política Externa, v. 21, n. 4, abr./jun. 2013, pg. 38.

²³⁷ FURTADO, Henrique. *A intervenção militar e seus desdobramentos na Líbia*. Puc Minas, 2011, pg. 3.

²³⁸ Segundo a rede BBC, os aliados contribuíram com “US: Firing guided missiles from USS Barry and USS Stout; providing amphibious warships, and command-and-control ship USS Mount Whitney; France: Carried out mission with at least 12 warplanes including Mirage fighters and Rafale jets; deploying aircraft carrier, warships; UK: Providing Typhoon and Tornado jet fighters; surveillance planes; HMS Westminster and HMS Cumberland; submarines; Italy: Nato base at Naples understood to be central hub; other Mediterranean bases made available; Canada: Providing six F-18 fighter jets and 140 personnel. Disponível em: <http://www.bbc.com/news/world-africa-12796972>. Acessado dia 03/05/2016.

²³⁹ HOMAN, Kess. CEBRI-Clingendael Conference in Brasilia on 29 May 2012, *challenges in implementing the Responsibility to Protect: Undertaking coercive and non-coercive action*. Security and Human Rights, Países Baixos, v. 23, n. 2, 2012, pg. 105.

militares se destinavam à resistência dos civis ameaçados²⁴⁰. Cabe-se lembrar que o embargo de armas estava disposto no art. 9º da resolução 1970 de 2011, ao qual:

“todos os estados membros deverão adotar de imediato as medidas necessárias para impedir o fornecimento, a venda ou a transferência diretos ou indiretos à Jamahiriya Árabe Libia, a partir ou através de seu território ou por seus nacionais, ou utilizando navios, ou aeronaves que arvoem o seu pavilhão, armamentos e material conexo de qualquer tipo, incluídas armas e munições, veículos, materiais e equipamentos militares e paramilitares, e peças de reposição para eles, bem como assistência técnica, capacitação, assistência financeira ou de outro tipo, relacionadas com as atividades militares ou com o fornecimento, manutenção ou uso de qualquer armamento e material conexo, incluída a disponibilização de mercenários armados, procedentes ou não de seus territórios” (tradução nossa)²⁴¹.

No entanto, Shimitt afirma que além de equipar os rebeldes com armas, França, Reino Unido e outras nações mantinham ações coordenadas com estes e mandavam forças especiais para o seu treinamento. Segundo o mesmo autor, os oficiais da OTAN afirmaram que num primeiro momento os rebeldes estavam organizados de maneira vaga, porém após receberem treinamento passaram a formar uma força aprimorada e fatal²⁴². Ainda que essas forças não constituam tropas de ocupação, seu fortalecimento era contrário ao mandato de proteção aos civis, assim como o posicionamento neutro e imparcial exigíveis durante a missão. Coaduna-se a isso, o fato dos britânicos realizarem operações escondidas dentro de Trípoli para auxiliar nos ataques aéreos²⁴³.

²⁴⁰ CHARBONNEAU, Bruno. *France and the New Imperialism: Security Policy in Sub-Saharan Africa*. Hampshire: Ashgate, 2008. *Apud* OLIVEIRA, Guilherme Z. de. *A intervenção Ocidental na Líbia: interesses ocidentais e o papel da liga árabe*. Marília, 2015, pg. 672.

²⁴¹ Na íntegra o artigo 9º da resolução 1970: “tous les États Membres doivent prendre immédiatement les mesures nécessaires pour empêcher la fourniture, la vente ou le transfert directs ou indirects à la Jamahiriya arabe libyenne, à partir de leur territoire ou à travers leur territoire ou par leurs nationaux, ou au moyen de navires ou d’aéronefs battant leur pavillon, d’armements et de matériel connexe de tous types – armes et munitions, véhicules et matériels militaires, équipements paramilitaires et pièces détachées correspondantes –, ainsi que toute assistance technique ou formation, et toute aide financière ou autre en rapport avec les activités militaires ou la fourniture, l’entretien ou l’utilisation de tous armements et matériel connexe, y compris la mise à disposition de mercenaires armés venant ou non de leur territoire”.

²⁴² SCHMITT, Michael. *Wings over Libya: The No-Fly Zone in Legal Perspective*. The Yale Journal of International Law Online, Connecticut, v. 36, pg. 45-58, 2011. *Apud* OLIVEIRA, Guilherme Z. de. *A intervenção Ocidental na Líbia: interesses ocidentais e o papel da liga árabe*. Marília, 2015, pg. 67.

²⁴³ DEL CARPIO, David. *A Responsabilidade de Proteger e o Conselho de Segurança das Nações Unidas*. 2012, pg. 107.

Dessa forma, alguns autores como Del Carpio afirmam que a operação da OTAN infringiu o princípio da imparcialidade, pois as forças da Organização proporcionaram apoio aos rebeldes, quando deveriam apenas proteger à população civil das agressões de ambas partes. Este posicionamento parcial, acabou afetando sua credibilidade e legitimidade perante os demais países membros da ONU, pois acabou desvirtuando o mandato fornecido pela Organização das Nações Unidas, ao ir além do autorizado pela resolução 1973²⁴⁴. Na opinião dos juristas alemães, os quais se referem a um documento do Instituto de Direito Internacional, a intervenção em guerra civil por uma “terceira” parte, externa ao conflito, é inaceitável²⁴⁵.

A terceira grande crítica, que se alia ao apoio partidário da OTAN aos rebeldes, centra-se na caça da OTAN à Muammar Ghadafi e na posterior deposição de seu governo.

Neste sentido, observa-se que as sanções impostas à Líbia pela resolução 1970 mal tinham sido estabelecidas, quando o bombardeio da coalizão iniciou, numa ação muito rápida, não se verificando nenhuma tentativa de negociação pacífica pela OTAN com o governo de Ghadafi. Observou-se que lapso temporal entre a resolução sancionatória e a resolução autorizativa de ação foi de apenas 21 dias. De acordo com Mary Stata e Matt Southworth (2011), a responsabilidade de prevenir neste caso está ausente, uma vez que não houve tentativa de utilização de todos os meios diplomáticos possíveis antes do uso da força²⁴⁶.

Neste sentido, a União Africana (UA) instituiu uma Comissão Ad Hoc de Alto Nível sobre a Líbia, no dia 10 de março, em uma tentativa de mediação do conflito, atitude que ia de encontro com o disposto na Carta da Onu, onde a UA, sendo a organização regional que estaria mais diretamente interessada no assunto deveria ter a prioridade para solucioná-lo²⁴⁷. O projeto da União se

²⁴⁴ *Ibid*, pg. 104.

²⁴⁵ Conde Witzum W.. Op.cit. Pág. 837. Apud Voronin, Evgueni. *Problema de legitimidade de intervenção armada casus belli líbio*. Disponível em: <http://lang.interaffairs.ru/index.php/pt/glavnaya-pt/tend-ncias/item/103-problema-de-legitimidade-de-intervencao-armada-casus-belli-libio>. Acessado dia 02/05/2016.

²⁴⁶ STATA, M; SOUTHWORTH, M. *Libya Discussions Lack Serious Prevention Talk*, 2011. Disponível em: <http://fcnl.org/blog/2c/Libya_Discussions_Lack_Serious_Prevention_Talk/>. Acesso em: 06.05.2016.

²⁴⁷ BOYLE, Francis A. *Destroying Libya and World Order: The Three-Decade U.S. Campaign to Terminate the Qaddafi Revolution*. Atlanta: Clarity Press, Inc., 2013.

referia ao acesso sem restrições à ajuda humanitária, um cessar-fogo imediato, proteção de estrangeiros e a promoção de uma resposta política ajustada entre Trípoli e o centro rebelde em Benghazi²⁴⁸. No entanto, a União Africana não considerava a saída de Kadafi algo a ser considerado na negociação²⁴⁹. A iniciativa da UA, todavia, foi ignorada, e a própria Comissão *ad hoc* foi impedida de aproximar-se da Líbia para efetivar as negociações, pois nove dias após sua constituição (no dia 19 de março) e dois dias depois da aprovação da Resolução 1973 – que contava com a chegada da Comissão na Líbia –, os aviões franceses que apoiavam a OTAN iniciaram o bombardeio no país²⁵⁰.

Esta postura impassível da Organização acabou apoiando a posição inflexível do CNT, de não querer negociar enquanto qualquer membro da família de Ghadafi estivesse no poder, como pode se verificar na resolução 6509 do CSNU²⁵¹, o que acabou intensificando o conflito. Autores como Del Carpio acreditam que esta parcialidade e urgência na postura da OTAN permitiu aos rebeldes excluir qualquer negociação que outorgue anistia ou asilo a Gaddafi, diferentemente de como aconteceu nos outros países árabes²⁵².

Mesmo após os bombardeios iniciarem, a UA tentou em diversas vezes assumir a mediação das hostilidades, sendo, no entanto, frequentemente ignorada, ainda que tenha obtido êxito para que Ghadafi acatasse o cessar-fogo e a entrada de ajuda humanitária em troca do término dos bombardeios da OTAN²⁵³. Além da UA, outros países como Venezuela, propuseram conciliações, que foram no entanto, refutadas pelo CNT. No final, o próprio governo Ghadafi dispôs-se, além de um cessar-fogo, à realização de um acordo com o CNT para

²⁴⁸ OLIVEIRA, Guilherme. *A intervenção ocidental na Líbia: interesses ocidentais e o papel da liga Árabe*. Marília, Unesp, 2015.

²⁴⁹ PRASHAD, Vijay. *Arab Spring, Libyan Winter*. Oakland: AK Press Publishing & distribution, 2012. *Apud* OLIVEIRA, Guilherme. *A intervenção ocidental na Líbia: interesses ocidentais e o papel da liga Árabe*. Marília, Unesp, 2015.

²⁵⁰ *Ibid.*

²⁵¹ Ata da sessão 6509. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/PRO/N11/287/73/PDF/N1128773.pdf?OpenElement>

²⁵² DEL CARPIO, David. *A Responsabilidade de Proteger e o Conselho de Segurança das Nações Unidas*. 2012, pg.105.

²⁵³ MORONE, Antonio Maria. *Post-Qadhafi's Libya in Regional Complexity*. Istituto per gli Studi di Politica Internazionale (ISPI). ISPI Analysis, n.116, 2012. Disponível em: <http://www.ispionline.it/it/documents/Analysis_116_2012.pdf>. Acessado 12/04/2016.

a composição de um governo constitucional, além de pagar indenizações para as vítimas do conflito. O projeto, contudo, também foi recusado²⁵⁴.

A OTAN por sua vez, argumentava que o governo de Ghadafi tinha perdido sua legitimidade perante o povo e não seria possível o estabelecimento de um governo no futuro com ele no poder²⁵⁵. Isto acabou revelando sua pretensão de gerar um câmbio de regime, o que era contrário ao mandato estabelecido pelo CSNU. A esse fator inclui-se o fato da França ter tentado forçar o reconhecimento do CTN como representante legítimo do povo líbio, em 10 de março, antes mesmo da aprovação da resolução 1973, passando a impressão que o país possuía interesses partidários na Líbia, que iam além da proteção dos civis²⁵⁶.

Daalder afirma que, apesar de um discurso de proteção dos civis e de assistência humanitária, os ataques da OTAN tinham acima de tudo o intuito de retirar (ou ao menos propiciar a remoção) de Ghadafi do governo²⁵⁷. É evidente a partir declarações e ações dos principais proponentes das Resoluções 1970 e 1973 (EUA, Reino Unido e França) que um dos objetivos da intervenção é a remoção do líder líbio. Para Modene, embora as resoluções não exigissem a deposição do regime líbio, os intervenientes deixaram claro que eles “não iam

²⁵⁴ KUPERMAN, Alan J. *A Model Humanitarian Intervention?: Reassessing NATO's Libya Campaign*. International Security. Cambridge, v. 38, n. 1, pg. 106, 2013. Apud OLIVEIRA, Guilherme. *A intervenção ocidental na Líbia: interesses ocidentais e o papel da liga Árabe*. Marília, Unesp, 2015.

²⁵⁵ “Time is working against Qadhafi who has clearly lost all legitimacy and therefore needs to step down. There is no future for a regime that has systematically threatened and attacked its own population”. NATO. Statement on Libya. Bruxelas, 8 jun. 2011. Disponível em: http://www.nato.int/cps/en/natolive/news_75177.htm?mode=pressrelease. Acessado dia: 15.04.2016.

²⁵⁶ WINTOUR, Patrick; MACASKILL, Ewen. *Gaddafi may become target of air strikes*, Liam Fox admits. The Guardian, Londres, 20 mar. 2011. Disponível em: <http://www.theguardian.com/world/2011/mar/20/coalition-criticism-arab-league-libya>. Acessado em: 12.05.2016.

²⁵⁷ DAALDER, Ivo H.; STAVRIDIS, James G. *NATO's Victory in Libya The Right Way to Run an Intervention*. Foreign Affairs. New York, v.91, n.2, p.2-7, 2012. Apud OLIVEIRA, Guilherme. *A intervenção ocidental na Líbia: interesses ocidentais e o papel da liga Árabe*. Marília, Unesp, 2015.

parar sua campanha militar no país, a menos que o coronel Ghadafi deixasse o cargo”^{258, 259}

O que corrobora esta visão, foi o fato de que os bombardeios prosseguiram mesmo depois de as forças rebeldes terem ganhado vantagem sob as forças pró-governo, recuadas em Sirte, onde as tropas de Ghadafi já não se mostravam uma ameaça para nenhuma parcela da população líbia, tendo em vista que a população mostrava-se favorável ao governo na cidade²⁶⁰. Neste sentido Evans aponta a rejeição da oferta de cessar-fogo proposta pelo regime de Ghadafi; a ofensiva contra fugitivos do governo que no momento não representavam ameaça a civis; as investidas a alvos que definitivamente não tinham finalidades militares (como o lugar onde os parentes de Gaddafi foram mortos); e a ajuda a rebeldes de oposição, ignorando declaradamente o embargo de armas estabelecido²⁶¹.

Campbell, afirma, que se tratando de uma assistência humanitária, a operação deveria ter continuado mesmo após a morte de Ghadafi, tendo em vista que a violência aumentou após este fato, continuando com o risco que a população civil sofria, motivo que fundou a intervenção²⁶². A intervenção, no entanto, não foi mantida, e, assim que o governante foi morto pela emboscada dos drones da OTAN, aviões da França e rebeldes no terreno, a investida ocidental foi finalizada²⁶³.

²⁵⁸ “It is clear from utterances and actions of the main proponents of Resolutions 1970 and 1973 (USA, UK and France) that a major objective of the intervention is the removal of the Libyan Leader. Although the resolutions do not require the deposition of the Libyan regime, the interveners have made it clear that they were not going to stop their military campaign in the country unless Colonel Gaddafi leaves office”. Modeme, Lawrence E. *The Libya Humanitarian Intervention: is it lawful in international law?* pg. 12.

²⁵⁹ Disponível em: <http://www.guardian.co.uk/world/2011/apr/15/obama-sarkozy-cameron-libya>. Acesso dia 14.06.2016.

²⁶⁰ KUPERMAN, Alan J. *A Model Humanitarian Intervention?: Reassessing NATO's Libya Campaign*. International Security. Cambridge, v. 38, n. 1, 2013, pg. 108.

²⁶¹ EVANS, Gareth. *The consequences of non-intervention in Syria: Does the responsibility to protect have a future*. In: *Into the Eleventh Hour: R2P, Syria and Humanitarianism in Crisis*. Ed. Murray, Robert W; MCKAY, Alasdair. Bristol: E-International Relations, 2014, disponível em: <www.e-ir.info> acessado em 15.03.2016, pg. 18-25.

²⁶² CAMPBELL, Horace. *Global NATO and the Catastrophic Failure in Libya*. New York/Oxford: Monthly Review/Pambazuka, 2013.

²⁶³ EYAL, Jonathan. *The Responsibility to Protect: A Chance Missed*. In: JOHNSON, Adrian; MUEEN, Saqeb. *Short War, Long Shadow: The Political and Military Legacies of the 2011 Libya Campaign*. London: Royal United Services Institute, 2012. Apud OLIVEIRA, Guilherme. *A intervenção ocidental na Líbia: interesses ocidentais e o papel da liga Árabe*. Marília, Unesp, 2015.

Para muitos autores, o principal motivo que influenciou a intervenção na Líbia foram os propósitos que os países ocidentais detinham no país. Neste sentido, cabe notar que a Líbia possui uma posição estratégica muito importante na região do Magreb africano - visivelmente próxima do Oriente Médio e da Europa, além de ser considerado uma 'porta de entrada' para a África Subsaariana²⁶⁴. Observa-se que juntamente com o Egito, Sudão e Argélia, a Líbia encontra-se situada sobre o Aquífero Arenito, o principal reservatório de água potável do continente africano, estando a maior parte sob seu território²⁶⁵. É impossível ignorar também que a Líbia é um país estratégico no regime petrolífero internacional. Em 1972, a Líbia detinha o controle de 7.7% do mercado mundial exportador de petróleo, com exportações superiores a 100 milhões de toneladas por ano²⁶⁶. Atualmente a Líbia corresponde a 7ª maior reserva de petróleo da OPEC, e juntamente com alguns países como Venezuela e Emirados Árabes, corresponde a mais de 80% das reservas comprovadas de petróleo do mundo²⁶⁷.

Em 2004, o setor petrolífero líbio foi aberto com uma participação de diferentes países, sem haver um monopólio por parte de qualquer país. No entanto, cabe ressaltar que antes mesmo da queda de Ghadafi, o CNT havia feito um pronunciamento garantindo que a distribuição de cotas para exploração do petróleo na Líbia, bem como os futuros laços na economia, seriam proporcionais ao apoio recebido por outros países no combate²⁶⁸, o que sem dúvida serviu para aumentar o interesse das potências ocidentais.

Para Prashad, diversos foram os interesses que motivaram os países interventores, no caso dos EUA, os dois principais se baseavam: na garantia de influência regional e na extração petrolífera, já que anteriormente poucas empresas estadunidenses tinham participação no terreno (Chevron e a

²⁶⁴ KEENAN, Jeremy. *The Dying Sahara: U.S. Imperialism and Terror in Africa*. London : Pluto Press, 2013. Apud OLIVEIRA, Guilherme. *A intervenção ocidental na Líbia: interesses ocidentais e o papel da liga Árabe*. Marília, Unesp, 2015.

²⁶⁵ CAMPBELL, Horace. *Global NATO and the Catastrophic Failure in Libya*. New York/Oxford: Monthly Review/Pambazuka, 2013.

²⁶⁶ CHOUCRI, Nazli. *International politics of energy interdependence: The Case of petroleum*. Toronto: Lexington Books, 1976, pg. 15.

²⁶⁷ De acordo com a Organization of the Petroleum Exporting Countries (OPEC). Disponível em: http://www.opec.org/opec_web/en/data_graphs/330.htm. Acessado dia 12/05/2016.

²⁶⁸ STRATFOR, Global Intelligence. *Special Series: Europe's Libya Intervention*. Março, 2011. Disponível em <http://wikileaks.org/gifiles/attach/128/128797_LIBYA_INTERVENTION.pdf>. Acesso em: 26.03.2016.

Occidental Petroleum)²⁶⁹. Nessa conjuntura, era necessário assegurar a participação de novas empresas no país, bem como, garantir um preço internacional estável do produto.²⁷⁰

Os britânicos, segundo Stratfor, também tinham intenções quanto aos recursos energéticos líbios, haja vista que até 2011, a British Petroleum (BP), uma das principais empresas britânicas não detinha nenhuma produção no país²⁷¹. Observa-se que após o CTN chegar ao poder esta situação se modifica, quando a empresa assina diversos contratos com o então governo líbio²⁷².

Neste ponto, observa-se que a França também tinha intenções referentes aos setores energéticos da Líbia. A empresa Total, maior empresa de hidrocarbonetos da França, que anteriormente à intervenção controlava aproximadamente 14% do mercado de gás e petróleo do país, passou logo após a derrubada de Ghadafi, a controlar 35% do setor energético líbio. Isto se deu após a “Conferência dos Amigos da Líbia”, na qual foi confirmada a ampliação da participação francesa no setor energético líbio em troca do apoio da França ao CTN para derrubada do governo, fato divulgado pelo jornal Libération^{273, 274}

Para alguns autores, a motivação para a derrubada de Ghadafi consistia na política pan-árabe (1970-80) e, posteriormente pan-africana que ele detinha, bem como pelos seus projetos: da criação da União Africana em 2001 e da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África em 2002; o fomento dos investimentos via fundos soberanos líbios que competiam com a presença francesa na África; sua oposição à iniciativa do Africom; sua tentativa de criar

²⁶⁹ PRASHAD, Vijay. *Arab Spring, Libyan Winter*. Oakland: AK Press Publishing & Distribution, 2012. Apud OLIVEIRA, Guilherme. *A intervenção ocidental na Líbia: interesses ocidentais e o papel da liga Árabe*. Marília, Unesp, 2015.

²⁷⁰ *Ibid.*

²⁷¹ STRATFOR, Global Intelligence. Special Series: Europe's Libya Intervention. Março, 2011. Disponível em <http://wikileaks.org/gifiles/attach/128/128797_LIBYA_INTERVENTION.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2013.

²⁷² Pode-se observar no próprio site da empresa BP. Disponível em: <http://www.bp.com/en/global/corporate/press/press-releases/bp-lifts-force-majeure-on-libyan-exploration.html>. Acessado dia 13/05/2016.

²⁷³ ROUSSEAU, Richard. *Libya: A Very Long War over Competing Energy Interests*. Foreign Policy Journal, 2011. Disponível em <<http://www.foreignpolicyjournal.com/2011/11/19/libya-a-very-long-war-over-competing-energy-interests/>>. Acessado 15.03.2016.

²⁷⁴ A informação do jornal pode ser conferida neste link: http://www.liberation.fr/planete/2011/09/01/petrole-l-accord-secret-entre-le-cnt-et-la-france_758320. Acessado dia 13/05/2016.

uma moeda privativa para as transações intra-africanas, que substituía o euro e o dólar²⁷⁵.

Todos estes fatores somados, em especial o desvio do mandato estabelecido pela ONU, a parcialidade da OTAN e a perseguição de Ghadafi para mudança de governo, levaram a incredibilidade da operação perante os países membros do CSNU, que passaram a alegar que esta operação desrespeitou o princípio da não-intervenção nos assuntos internos da Líbia, afetando a sua Soberania interna.

Isto viu-se expressado em todas as resoluções que se seguiram no âmbito do Conselho de Segurança e que acabaram impedindo a aprovação de resoluções futuras para assistência humanitária. Thakur destaca que o contorno que a operação na Líbia tomou foi o grande problema para a deliberação de ações subsequentes no CSNU, o que de maneira especial será notado no caso sírio. Ademais, o autor salienta que “houve um significativo hiato no tocante a comunicações, expectativas, e *accountability* entre aqueles que autorizaram e aqueles que implementaram a resolução 1973”²⁷⁶.

²⁷⁵ FERNANDES, L. N.; DIALLO, M. A.; GARCIA, M. L. A. *Conflito na Líbia: uma análise crítica do intervencionismo ocidental pelo poder e recursos energéticos em nome da defesa da democracia*. In: Seminário Nacional de Ciência Política da UFRGS, 2011. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/sncp/4SNCP/GT_PolIntern/MamadouAlphaDiallo.pdf>. Acessado dia 15.04.2016.

²⁷⁶ THAKUR, Ramesh. *Syria and the Responsibility to Protect*. In: *Into the Eleventh Hour: R2P, Syria and Humanitarianism in Crisis*. Ed. Murray, Robert W; MCKAY, Alasdair. Bristol: E-International Relations, 2014, disponível em: <www.e-ir.info> acessado em 16.04.2016, pg. 40.

CAPÍTULO III – Conclusões sobre a intervenção humanitária da Líbia e seu reflexo no caso Sírio

Após o início da intervenção humanitária na Líbia, a principal conclusão ressaltada pela maioria dos países nas resoluções subsequentes foi que o mandato conferido à OTAN foi além do estipulado pelo CSNU para proteção dos civis, acabando por depor o governo de Muammar Ghadafi, infringindo a soberania interna do país ao não respeitar o princípio da não-intervenção. Isto acabou refletindo diretamente na inação da ONU durante os conflitos na Síria, pois a maioria de seus membros estavam receosos com as conclusões da operação na Líbia e não aprovavam resoluções que cogitassem o uso da força na Síria.

3.1. Discussões no CSNU sobre a intervenção da Líbia e ações na Síria

Durante a intervenção Líbia, o posicionamento dos países membros do Conselho de Segurança, em especial, países como Brasil, Índia, Rússia, China e África-do Sul (BRICS) - bem como de alguns enviados da ONU ao país - foi no sentido de que as forças da coalizão detivessem seus aviões, pois estavam causando inúmeras vítimas civis e descumprindo o mandato fornecido pela ONU, numa tentativa de desvirtuá-lo em favor dos rebeldes.

Neste sentido o representante da Rússia expôs:

Infelizmente, deve-se notar que as ações das forças de coalizão lideradas pela OTAN também estão causando baixas civis, como foi visto, particularmente durante os recentes bombardeios em Trípoli. Ressaltamos mais uma vez que qualquer uso da força por parte da coalizão na Líbia deve ser feito em estrita conformidade com a resolução 1973 (2011).²⁷⁷(tradução nossa)

Muitos foram os países que pediram a aplicação completa e estrita das resoluções do Conselho e o respeito à Soberania da Líbia. Neste sentido, China

²⁷⁷ Sessão 6528 do CSNU. Disponível em: <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/PV.6528>. Acessado dia 05.05.2016.

salientou que “a Comunidade internacional deve respeitar a Soberania, a independência, a unidade e a integridade territorial da Líbia. Os assuntos internos e o destino do país devem ficar nas mãos do povo Líbio. Não estamos a favor de uma interpretação arbitrária das resoluções do Conselho, como de qualquer ação que vá além do mandato”²⁷⁸.

África do Sul, também demonstrou preocupação em relação à aplicação das resoluções, afirmando que “tomar partido em qualquer situação de conflito interno, num esforço para instituir uma troca de regime na Líbia traz um precedente perigoso que sem dúvida atentará contra a credibilidade do Conselho e de suas resoluções”²⁷⁹. Na sessão 6555, Sr. Hamamdy Ould, afirmou que todos os Estados Membros das Nações Unidas devem cumprir plenamente a letra e o espírito das resoluções, ressaltando que a Assembléia Geral expressou a profunda preocupação pelos perigosos precedentes criados através de interpretações tendenciosas das resoluções das Nações Unidas e por suas consequências²⁸⁰.

O representante da África do Sul, Sr. Mashabane, salientou que após o começo do bombardeio aéreo sobre a Líbia, a situação havia se agravado, com maiores baixas civis e destruição massiva da infraestrutura. Afirma ele que desde o início da crise, África do Sul pediu uma solução política e não militar para o conflito e que votou a favor da resolução 1973 para assegurar a proteção dos civis. Neste sentido:

Nós esperávamos que ação criasse um ambiente favorável em que os líbios pudessem negociar uma solução para a crise que lhes havia afligido. Nós nunca tivemos a intenção de mudar o regime ou de atacar indivíduos específicos. São os próprios líbios, e não elementos estrangeiros, que devem decidir o futuro da Líbia. O Comitê também reiterou o pedido da União Africana para que cessem imediatamente os combates e bombardeios da Otan para fornecer uma pausa à população civil, aliviar o seu sofrimento e permitir a entrega da tão necessária assistência humanitária para todos que precisarem²⁸¹. (tradução nossa)

²⁷⁸ Sessão 6528 do CSNU. Disponível em: <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/PV.6528>. Acessado dia 05.05.2016.

²⁷⁹ Sessão 6595 do CSNU. Disponível em: <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/PV.6595>. Acessado dia 05.05.2016.

²⁸⁰ *Ibid.*

²⁸¹ Sessão 6566 do CSNU. Disponível em: <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/PV.6566>. Acessado dia 07.05.2016.

Em resolução posterior, Sr. Sangqu, assegurou que a intenção do apoio da África do Sul à resolução, era garantir a proteção dos civis e não um câmbio de regime ou a perseruição a determinadas pessoas, afirmando que só um processo liderado pelos líbios reafirmaria os direitos conferidos pela Carta, de Soberania, independência, integridade territorial e Unidade Nacional da Líbia²⁸².

Nigéria, por sua vez, afirmou que o parágrafo 6º da resolução estabelecia condições com o objetivo de excluir da jurisdição da Corte ações efetuadas pela OTAN, da mesma maneira que já havia salientado o Brasil quando a viu pela primeira vez. No entanto, asseverou Nigéria que “as ações que não estejam compreendidas na resolução 1973 (2011) não deverão beneficiar-se da proteção que oferecem as exceções dos parágrafos da resolução. Esperamos sinceramente que, ao examinar as provas, sejam examinados também todos os atos que possam ter ocorrido como parte de uma suposta aplicação da resolução 1973”²⁸³.

Todas as críticas levantadas pelos países durante a Operação de assistência humanitária na Líbia e a forma como esta se deu, foram diretamente impactantes na não atuação da ONU no conflito da Síria. Isto pode ser observado durante as reuniões que se seguiram no Conselho de Segurança.

Na sessão 6627, em outubro de 2011, os membros do Conselho possuíam uma proposta de ação na Síria (S/2011/612) apresentada por países como França, Alemanha, Portugal, Reino Unido e Irlanda do Norte. Esta proposta de resolução continha entre outras coisas a possibilidade da aplicação do art. 41 da Carta, que estabelecia sanções econômicas, a responsabilidade do governo pelos atos que estavam se perpetrando no território e sua responsabilidade primordial de proteger a população, de maneira muito análoga aos primeiros passos levantados pelo CSNU na Líbia²⁸⁴.

Esta proposta, no entanto, foi rejeitada por países como Rússia e China, sofrendo quatro abstenções por parte do Brasil, Índia, Líbano e África do Sul. Dentre os argumentos de seu veto, Rússia arguiu:

“A situação na Síria não pode ser considerada no Conselho separada

²⁸² Sessão 6595 do CSNU. Disponível em: <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/PV.6595>. Acessado dia 08.05.2016.

²⁸³ *Ibid.*

²⁸⁴ Sessão 6627 do CSNU. Disponível em: <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/PV.6627>. Acessado dia 10.05.2016.

da experiência da Líbia. A comunidade internacional está alarmada com o declarações no sentido de que o cumprimento da resoluções do Conselho de Segurança sobre a Líbia tal como interpretado pela OTAN é um modelo para ações futuras de esforços da OTAN para implementar o responsabilidade de proteger. É fácil de ver que o modelo de "Unified Protector" hoje poderia aplicado na Síria. Todos os presentes deveriam entender que a posição da Rússia em relação ao conflito na Líbia não é baseada em qualquer vínculo especial com o regime de Al- Qadhafi, especialmente se levarmos em consideração que muitos Estados representados nesta mesa tinham relações mais calorosas com a Líbia".²⁸⁵ (tradução nossa)

Seu representante, Sr. Churkin, ainda ressaltou que não se pode culpar unicamente as autoridades Sírias, pois muitos acontecimentos demonstraram que a oposição radical extremista estava baseando-se em táticas terroristas, com patrocinadores estrangeiros que forneciam armas para grupos opositores e estes grupos praticavam atrocidades contra quem obedecia as autoridades públicas.²⁸⁶

O voto contrário da China, foi justificado pelo respeito à Soberania, à independência e à integridade territorial da Síria, afirmando que as ações da ONU devem estar em conformidade com a Carta, pautadas pelo respeito ao direito dos Estados de não-intervenção em seus assuntos internos (África do Sul e Boznia e Herzegovina também seguiram este posicionamento). Seu representante, Sr. Li Baodong, afirmou que estas ações não devem contribuir para um agravamento da situação no terreno, como visto na Líbia, e que a ameaça de sanções pode prejudicar as tentativas de solução na Síria. Neste sentido foi o posicionamento de Sr. Salam, representante do Líbano, país vizinho da Síria²⁸⁷.

A Índia (Sr. Hardeep Singh Puri) justificou sua abstenção, ressaltando que as medidas efetivadas muito rapidamente são impensadas e não trazem o diálogo. Assegura que esta resolução examinada não se ajusta a preocupação pela ameaça à sanções e não condena a violência perpetrada pela oposição. Este foi o posicionamento do Brasil na figura da Sra. Viotti²⁸⁸.

²⁸⁵ Sessão 6627 do CSNU. Disponível em: <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/PV.6627>. Acessado dia 10.05.2016.

²⁸⁶ *Ibid.*

²⁸⁷ *Ibid.*

²⁸⁸ Sessão 6627 do CSNU. Disponível em: <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/PV.6627>. Acessado dia 11.05.2016.

A questão da importância da paz na Síria pelo importante papel que ela desempenha na região também foi exaltada nas palavras do Sr. Sangqu (África do Sul), que afirmou que a estabilidade da Síria está relacionada diretamente com a de seus vizinhos, e que qualquer medida a ser tomada deve reconhecer as consequências regionais implicadas, afirmando que recentemente “tem-se visto que faz-se um uso indevido das resoluções do Conselho de Segurança e que sua aplicação tem ido muito além do mandato previsto”²⁸⁹. Com respeito ao projeto de resolução apresentado para Síria (S/2011/612), África do Sul afirmou que:

“África do Sul está preocupada com a intenção dos patrocinadores de impor medidas punitivas, o que prejudicaria a implementação da resolução. Acreditamos que estas medidas foram concebidas como um prelúdio para outras medidas. Estamos preocupados que este projeto de resolução seja parte de uma agenda escondida para estabelecer novamente uma mudança de regime, uma meta que alguns têm expressado claramente. Portanto, nos preocupa que os patrocinadores deste projeto de resolução tenham rejeitado a linguagem que excluía claramente a possibilidade de uma intervenção militar para resolver a crise síria”²⁹⁰. (tradução nossa)

O representante da Síria, Sr. Ja’afari, afirmou que o ataque verbal de alguns países ocidentais ao seu país durante a sessão não é devido a nenhuma razão humanitária e sim, por sua posição política independente que não se submete aos programas destas capitais. Salienta ele, que muitos países estavam negando propositalmente a existência de grupos armados que constituíam uma nova era do terrorismo. Estes grupos, por sua vez, estavam atacando as instituições do Estado, o exército, as Universidades e dirigentes científicos e espirituais da Síria. Salientou que estes mesmos Estados patrocinavam líderes dos grupos terroristas e negavam-se a dialogar com o governo. Estes Estados, segundo Sr. Ja’afari, são famosos pelo histórico obscuro no campo de proteção dos direitos humanos e liberdades fundamentais, não se podendo ignorar, as violações que estes cometeram no Vietnã, na Argélia, em muitos países africanos, no Iraque e no Afeganistão, e recentemente na Líbia. Ainda afirmou que:

“A este respeito, algumas partes do Conselho de Segurança tentam promover o envolvimento do Conselho nos assuntos internos e desenvolvimento da Síria, o que representa um enorme dano ao

²⁸⁹ *Ibid.*

²⁹⁰ *Ibid.*

Estado de direito. Também favorece os interesses de alguns Estados que se opõem a Síria com pretextos sem fundamento, inclusive sob o pretexto de manter a paz e a segurança internacionais. Estes Estados têm usado o Conselho indevidamente em diversas ocasiões, utilizando-o como fachada para interferir nos assuntos internos dos Estados-Membros. Além disso, mesmo quando estes Estados foram confrontados pelo desejo de outros no Conselho de superar essas políticas intervencionistas, notamos que os primeiros recorriam a medidas unilaterais fora do âmbito do direito internacional para implementar os seus programas políticos e militares. [...] Estas atividades que pretendem estabelecer na Síria, violam o direito à autodeterminação de um povo e seu direito de escolher seu sistema político, sem pressão externa. Portanto, a chamada situação humanitária é apenas um pretexto para interferir nos nossos assuntos internos, de modo a prejudicar o nosso país, no interesse de agendas políticas externas que não têm nada a ver com o desejo de promover objetivos humanitários na Síria. O marco jurídico internacional que rege as relações internacionais se baseia no princípio da não-intervenção nos assuntos internos dos Estados. Foi consagrado em numerosos instrumentos internacionais, especialmente no parágrafo 7 do artigo 2º da Carta das Nações Unidas. [...] Desta maneira, rechaçamos as manobras políticas e midiáticas dirigidas contra a Síria”²⁹¹. (tradução nossa)

Durante a sessão 6710, em janeiro de 2012, a liga dos Estados árabes se posicionou no sentido de que as questões árabes deviam ser abordadas no contexto árabe, para “tentar evitar qualquer intervenção estrangeira, sobretudo militar”. Com esta finalidade, criou em 24 de dezembro de 2011, comissões de observadores dos Estados Árabes, para que “qualquer intervenção estrangeira não viesse acontecer, respeitando a independência e a Soberania da Síria”. A maioria dos países membros saudou a iniciativa pacífica e desaprovaram totalmente a possibilidade de uma intervenção, ressaltando os princípios da Carta^{292, 293}.

O representante da Síria, salientou que esta medida só não foi tomada anteriormente porque alguns países, fazendo uso de diferentes recursos políticos e utilizando meios de comunicação, impediam que missões de observação chegassem ao país. Afirmou que muitos países ao invés de respeitarem os princípios estabelecidos no direito internacional

“criavam novos conceitos para justificar a ingerência nos

²⁹¹ Sessão 6627 do CSNU. Disponível em: <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/PV.6627>. Acessado dia 13.05.2016.

²⁹² Cabe-se citar Paquistão, Marrocos, Azerbaijão, Índia, Rússia, China, Qatar, África do Sul, Colômbia.

²⁹³ Sessão 6610 do CSNU. Disponível em: <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/PV.6710>. Acessado dia 15.05.2016.

assuntos internos da Síria, manipulando a opinião pública mundial. Estão fazendo o mesmo que fizeram quando enganaram o mundo quando 130.000 civis líbios foram assassinados e quando mais de 1 milhão de iraquianos foram mortos sob o pretexto de buscar armas de destruição em massa, que nunca existiram e com o pretexto de fomentar a democracia. Isto também o fizeram na destruição do Afeganistão, sob o pretexto de lutar contra o terrorismo”.²⁹⁴ (tradução nossa).

Nesta sessão, houve um desestímulo generalizado à intervenção militar para resolução de conflitos políticos. África do Sul afirmou que esta modalidade de intervenção “como tem-se visto recentemente na Líbia, tem consequências imprevistas não só para o país como para toda a região”²⁹⁵. O uso da força e de sanções no conflito Sírio, também foi levantado pela China, que se opôs firmemente à ideia, salientando que práticas como estas podem “forçar uma troca de regime, o que contraria os princípios da Carta e das normas básicas de direito internacional”²⁹⁶. O representante da Síria, Sr. J’afari ainda salientou “alguém pode assegurar-nos que o que aconteceu na Líbia [...] não se repetirá na Síria?”²⁹⁷.

Sob estes reflexos, em 04 de fevereiro, Rússia e China exerceram seu poder de veto pela segunda vez, contra o projeto de ação na Síria apresentado no Conselho (projeto número S/PV.6711)²⁹⁸, sob as mesmas justificativas da intervenção recém ocorrida no país africano. Este projeto propunha uma resolução com cunho político, salientando que o governo e as forças opositoras deveriam cessar ataques, facilitar a circulação da imprensa dos países vizinhos, e entre outras coisas, que o governo possibilitasse a missão de observadores das Nações Unidas, retirando os efetivos militares das ruas. No entanto, o projeto não foi aprovado pelo Conselho.

²⁹⁴ Sessão 6610 do CSNU. Disponível em: <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/PV.6710>. Acessado dia 15.05.2016.

²⁹⁵ *Ibid.*

²⁹⁶ *Ibid.*

²⁹⁷ *Ibid.*

²⁹⁸ A resolução 2012/77 foi proposta pelos países Alemanha, Arábia Saudita, Bahrein, Colômbia, Egito, Emirados Árabes Unidos, Estados Unidos da América, França, Jordânia, Kuwait, Líbia, Marrocos, Omán, Portugal, Qatar, Reino Unido e Irlanda del Norte, Togo, Tunísia e Turquia.

O Secretário Geral, Ban Ki-moon posicionou-se em 12 de março, ressaltando que o governo da Síria não cumpriu com a “responsabilidade de proteger” seu povo, conceito igualmente asseverado por Kofi Annan em relação à Líbia em resoluções anteriores. Neste momento voltou-se a tocar no conceito, que até então não havia sido mencionado com veemência no caso Sírio, o que acabou gerando receio por parte de alguns países, - novamente - quanto ao termo. Neste sentido, Sr. Menan, representante de Togo, foi enfático ao pedir uma definição do termo ‘responsabilidade de proteger’. Ban Ki-Moon ainda solicitou urgência nas medidas do Conselho, pedindo apoio às propostas de resoluções da União dos Estados Árabes, assegurando que uma medida rápida era necessária²⁹⁹.

Na mesma sessão, Reino Unido e Irlanda do Norte também pediram medidas urgentes, afirmando que não é uma mudança de regime provocada por meios externos o que eles desejam, mas também não podem aceitar que o representante de uma Nação justifique a violência contra seu próprio povo. Pediram ainda que Rússia e China mudassem sua postura em relação as propostas apresentadas.

Rússia saudou as transformações que estavam ocorrendo no Oriente Médio e na África Setentrional em busca da oportunidade do povo expressar-se livremente e de sua participação na vida política e social de seus países, sendo imprescindível o papel que a comunidade internacional exerce nesta área. No entanto, mais uma vez, o país salientou que:

qualquer medida adotada neste diapasão, não pode ocorrer enganando a comunidade internacional ou manipulando as decisões do Conselho de Segurança, o que afeta sua credibilidade e confiança entre seus membros, acabando por corroer a capacidade do Conselho pra medidas futuras. Reafirma que as organizações que se comprometem a aplicar mandatos do Conselho devem render contas de todas as suas ações, o que se aplica a OTAN, tendo em vista que esta se ofereceu para garantir uma zona de proibição aérea na Líbia e em seu lugar, levou a cabo bombardeios massivos³⁰⁰. (tradução

²⁹⁹ Sessão 6734 do CSNU. Disponível em: <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/PV.6734>. Acessado dia 15.05.2016.

³⁰⁰ *Ibid.*

nossa)

O país arguiu ainda que: “Os pedidos apressados para haver uma troca de regime, a imposição de sanções unilaterais destinadas a aguçar as dificuldades econômicas e tensões sociais no país, o apoio a um lado no lugar do incentivo ao diálogo, e, as exortações a favor de uma intervenção militar estrangeira, são perigosas receitas de engenharia política que só podem levar a propagação do conflito”³⁰¹.

Neste mesmo sentido foi o posicionamento do Sr. Li Baodong (China), que afirmou que “a responsabilidade de resolução das questões do Oriente Médio é dos próprios povos do Oriente Médio” e que devem ser acatados “os princípios e propósitos da Carta das Nações Unidas e as normas básicas das relações internacionais, como a Soberania e a integridade territorial”. Ressaltou novamente que o país é contrário às tentativas de forçar uma troca de regime e ao não cumprimento estrito das resoluções, “opondo-se a todas as ingerências nos assuntos internos revestidas de razões humanitárias”³⁰².

Sr. Hardeep Singh Puri (Índia) acrescentou que as sociedades da Ásia Ocidental e da África Setentrional sempre tiveram funções importantes na história mundial, e, devido a diversos fatores - inclusive seus recursos naturais -, estas sociedades tem atraído interesses de todas as partes do mundo, sendo que o que acontecer nelas, repercutirá mundialmente. Afirmou ainda que as aspirações do povo não se realizarão mediante luta armada, não se podendo chegar a uma solução através de recomendações vindas do exterior. Observou que no transcurso de 2011, nos lugares onde as mudanças se produziram sem violência, não só a normalidade foi restabelecida de maneira mais rápida, como também as mudanças foram aceitas por toda a sociedade em conjunto³⁰³.

Guatemala, (Sr. Caballeros) complementou a ideia, afirmando que o processo de democratização não é linear, sendo difícil construir sistemas de governabilidade participativos onde a cultura democrática não esteja assentada. Por isto, é imprescindível um consenso nacional e não uma imposição

³⁰¹ Sessão 6734 do CSNU. Disponível em: <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/PV.6734>. Acessado dia 15.05.2016.

³⁰² Sessão 6734 do CSNU. Disponível em: <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/PV.6734>. Acessado dia 19.05.2016.

³⁰³ *Ibid.*

estrangeira.

Observou-se, desta maneira, que diversos países posicionaram-se novamente contrários à intervenção, ressaltando os princípios da Carta³⁰⁴.

Em julho de 2012, uma nova proposta de resolução foi apresentada no Conselho para uma atuação da ONU na Síria. O projeto de resolução S/2012/538, foi apresentado pela França, Alemanha, Portugal, Reino Unido e Estados Unidos e recebeu 11 votos a favor³⁰⁵, dois votos contrários da China e da Rússia e duas abstenções do Paquistão e da África do Sul³⁰⁶.

Os propositores do projeto mostraram-se consternados com os vetos, afirmando que o projeto tinha o cunho de criar condições propícias para um processo político significativo e que assim como o anterior, respondia ao artigo 41 da Carta, e não ao artigo 42, pelo qual não poderia ser interpretado como um precursor para uma intervenção militar³⁰⁷. O representante da França, Sr. Araud, ainda completou que somente incluiu-se no projeto, ameaças de sanções, dando-se 10 dias para que o regime de Assad cumprisse seus compromissos^{308, 309}.

Neste sentido, Sr. Rice, representante dos Estados Unidos, ressaltou que foi a terceira vez em 10 meses que os membros Rússia e China - impediram que o Conselho desse uma resposta digna ao conflito da Síria. Arguiu ainda, que o chefe enviado da missão na Síria (UNSMIS) General Mood, assinalou que o regime de Assad continuava disparando com armas pesadas nos centros habitados, em contravenção às resoluções 2042 (2012) e 2043 (2012)^{310, 311}.

Em contrapartida, quanto a adoção do projeto, o representante do Paquistão, Sr. Tarar, afirmou que existe um consenso de que a melhor maneira de abordar a situação, cada vez mais instável e complexa, é por meio de um processo político encabeçado pelos próprios sírios. De maneira análoga foi a

³⁰⁴ *Ibid.*

³⁰⁵ Azerbaijão, Colômbia, França, Alemanha, Guatemala, Índia, Marrocos, Portugal, Togo, Reino Unido e Irlanda do Norte e Estados Unidos da América.

³⁰⁶ Sessão 6810 do CSNU. Disponível em: <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/PV.6810>. Acessado dia 22.05.2016.

³⁰⁷ Esta foi a afirmação do Reino Unido.

³⁰⁸ Sessão 6810 do CSNU. Disponível em: <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/PV.6810>. Acessado dia 22.05.2016.

³⁰⁹ Alemanha também lamentou a não aprovação, afirmando que Assad utilizou armas pesadas contra a população e não cumpriu o plano de seis pontos enviados por Annan.

³¹⁰ *Ibid.*

³¹¹ Estas resoluções foram aprovadas pelo Conselho sem cunho sancionatório.

afirmativa do Sr. Churkin (Federação da Rússia), que assegurou que não poderia aceitar o documento, em virtude do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, já que este abria caminho para pressionar com sanções e posteriormente facilitar a participação militar externa nos assuntos internos sírios. Sr. Churkin, afirmou que as ameaças de sanções se dirigiam exclusivamente ao governo da Síria, o que contraria o espírito do documento de Genebra e não reflete a realidade atual do país, salientando que os membros ocidentais do Conselho se negam a trabalhar no projeto de resolução apresentado pela delegação russa (S/2012/547/Rev. 2)³¹².

O representante da África do Sul, Sr. Mashabane, ressaltou que a Cruz Vermelha classificou a situação na Síria como conflito armado interno³¹³, o que significa que a situação não havia alcançado o limiar de guerra civil. Porém, assegurou que esta situação converteu-se em terreno fértil para grupos extremistas, sendo necessária a tomada de medidas. No entanto, arguiu que o texto do projeto, de maneira parcial, impunha sanções apenas ao governo e não adotava nenhuma medida prática contra a oposição, salientando que em situações similares, o Conselho preferiu uma parte a outra, e esta parcialidade levou a uma polarização do conflito³¹⁴.

Neste diapasão, Sr. Li Baodong (China), afirmou que o projeto tem graves deficiências, e que pretende exercer pressão a só uma das partes, não tendo viés pacífico. Segundo ele, a experiência tem demonstrado que esta prática não ajudará a resolver os problemas da Síria e poderia frustrar seu processo político. Relembrou a igualdade soberana e a não-ingerência nos assuntos internos de outros países e afirmou que durante as consultas do projeto, os patrocinadores deste não demonstraram nenhuma vontade política de cooperação, adotando posturas inflexíveis, negando-se a fazer revisões ao texto³¹⁵.

O representante da Síria, Sr. Ja'afari, arguiu nesta linha, asseverando que é necessária a vontade política para promover o diálogo, rejeitar a violência e a militarização, parar os grupos armados e o financiamento do terrorismo, bem

³¹² Sessão 6810 do CSNU. Disponível em: <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/PV.6810>. Acessado dia 24.05.2016.

³¹³ O Comissário das Nações Unidas formulou declaração similar.

³¹⁴ Sessão 6810 do CSNU. Disponível em: <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/PV.6810>. Acessado dia 25.05.2016.

³¹⁵ *Ibid.*

como retirar as sanções unilaterais ilegais contra o povo sírio. Salientou que alguns países tem um interesse direto em atizar o fogo da crise na Síria, muitas vezes prosseguindo com desinformação e distorcendo os fatos sobre o país e sobre a resposta do governo sírio para a crise, ao descrever uma situação enganosa, com o objetivo de promover a ideia de que existe um regime tirânico que mata seus cidadãos indefesos, enquanto que na verdade, a crise na Síria é um problema complexo e multidimensional, com repercussões internas e externas. Sr. Ja'afari afirmou ainda que esses grupos financiados por outros países, são componentes da Al-Qaeda, jihadistas, grupos terroristas árabes e não-árabes e extremistas³¹⁶.

Segundo ele, a maioria do povo sírio, incluindo os setores da oposição nacionalista responsável, rejeitava a intervenção prolongada e a violência. Ressalvou que existem países que desde o início adotaram uma posição equilibrada e construtiva quanto ao problema sírio, que tem enfatizado a necessidade de soluções pacíficas, baseando-se nos princípios do direito internacional e da Carta das Nações Unidas. Enquanto outros tentam interferir na situação síria flagrantemente, fornecendo armas e concedendo apoio político, midiático e logístico a grupos armados no país. Arguiu que as práticas reiteradas da mídia, sobre a intenção de utilização de armas químicas pela Síria não tem nenhuma base. Afirmou que “a mídia está tentando semear intenções insidiosas, e se algo refletem, são os intentos de alguns que desejam utilizar materiais químicos contra o nosso povo, a fim de encontrar um pretexto para acusar o Governo da Síria e buscar apoio Conselho de segurança e por sua vez a opinião pública internacional contra a Síria”³¹⁷.

Por último, arguiu que estes países já não querem invocar o Capítulo VII da Carta das Nações Unidas ou solicitar expresamente a intervenção militar estrangeira, - cujos exemplos a história está repleta Conselho de Segurança – pois isto levou muitos povos dos Estados membros da Organização, contra o qual foram aplicadas estas intervenções, ao desastre. Sublinhou que “eles abriram uma ferida que ainda está sangrando na Palestina, no Afeganistão, no Iraque e na Líbia, e [...] acredita que essas pessoas estão agora dispostas a

³¹⁶ *Ibid.*

³¹⁷ Sessão 6810 do CSNU. Disponível em: <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/PV.6810>. Acessado dia 26.05.2016.

fornecer o mesmo a Síria”, enfatizando que “os sírios são os únicos capazes de defender o seu país e manter a sua invencibilidade contra qualquer interesse geopolítico ou intenção de atacar a sua existência”³¹⁸.

³¹⁸ *Ibid.*

CONCLUSÃO

Observou-se que o princípio da não-intervenção passou por um longo processo no direito internacional até que fosse consolidado na Carta das Nações Unidas e no *ius cogens*. Desde o início de sua formação, o seu conceito esteve diretamente ligado à noção de Soberania, visando que os assuntos internos de um Estado – inclusive o governo -, não fossem alterados por nações estrangeiras, inclusive em uma guerra civil. Este entendimento foi pacificado durante a decisões da Corte Internacional de Justiça.

O estabelecimento ou a deposição de um governo até o presente momento no cenário internacional, é considerado parte da Soberania interna de um Estado, tendo os povos o direito de autodeterminarem-se em relação a isto da maneira que melhor os aprouver. Interferir na Soberania interna de um país - em particular seu governo - significa infringir o princípio da não-intervenção, que veda ingerências externas desta natureza.

Observou-se que com referência à assistência humanitária na Líbia, a doutrina não expressa se houve ou não desrespeito a este princípio, no entanto se posiciona com inúmeras críticas quanto ao cumprimento do mandato estabelecido pela resolução 1973 pela OTAN, arguindo que a ação desta foi decisiva para a deposição do governo de Muammar Ghadafi.

Dentre os principais argumentos trazidos por ela, se encontra o favorecimento pela organização aos rebeldes, seja na distribuição de armamentos – vedados pela resolução 1970 – seja na cooperação logística e militar. Ao que tange esta questão, observou-se que a zona de exclusão aérea, acabou funcionando como uma barreira para as defesas governamentais, onde os aviões do governo estavam proibidos de sobrevoar – até porque estes foram destruídos pelos ataques da Organização enquanto estavam na base aérea - enquanto os aviões da OTAN detinham livre acesso para bombardear os pontos específicos onde se encontravam as forças pró-Ghadafi.

Como segundo argumento, é trazido o fato de que a resolução 1973 autorizava a proteção aos civis no território, e não um bombardeio a eles. No entanto, como afirmou a Secretária Geral Adjunta de Assuntos Humanitários e Coordenadora do Socorro de Emergência, Sra. Valerie Amos, as feridas causadas pelos bombardeios aéreos da OTAN, demonstraram uma total

indiferença pelo bem-estar físico e psicológico dos civis, observando-se que o intuito da missão não era protetivo.

O terceiro argumento centra-se na caçada da Organização à Muammar Ghadafi e na posterior deposição de seu governo. Neste sentido, observa-se que não houve esgotamento das vias pacíficas antes do uso da força; as sanções impostas à Líbia pela resolução 1970 mal tinham sido estabelecidas, quando o bombardeio da coalizão iniciou, numa ação muito rápida. Houve a tentativa de negociação pela União Africana, mas esta foi impedida de chegar à Líbia, pois os caças franceses já estavam bombardeando o país. Esta posição impassível no cumprimento da resolução acabou resultando a posição irredutível do CTN que não aceitaria negociar nem com Ghadafi, nem com sua família. O próprio governante tentou negociações, estando disposto a uma reforma constitucional e eleições livres se os ataques cessassem, no entanto não foi atendido. A OTAN (terceiro imparcial em teoria) por sua vez, deixou claro que não seria possível o estabelecimento de um governo no futuro com ele no poder.

A estes argumentos da perseguição ao governante, alia-se o fato da emboscada realizada para sua morte, pelos drones da OTAN, aviões da França e rebeldes no terreno, e também, a interrupção da operação de proteção dos civis no dia seguinte em que este foi morto.

Somado a todos estes fatores, a situação deplorável que o país se encontrou após a intervenção e como os novos acordos econômicos foram firmados com o novo governo do CTN, - que demonstrou que negociaria com os países de acordo com o apoio que recebeu durante a intervenção -, demonstraram que a operação não tinha cunho puramente humanitário.

Devido a esta sequência de acontecimentos, a afirmação de que houve incompatibilidade com o princípio da não-intervenção na assistência humanitária na Líbia, foi expressada durante as sessões que se seguiram no Conselho de Segurança das Nações Unidas, através da opinião emitida por países como BRIC'S, que alegaram que em virtude do desrespeito ao princípio - com a deposição do governo líbio - vetariam quaisquer ações posteriores no conflito da Síria.

Desta maneira, não se questiona a validade das assistências humanitárias, pois inúmeras são as situações que um povo necessita de auxílio para diminuir seu sofrimento, no entanto, deve-se ser muito cuidadoso no

momento de realizar ações no marco de um instrumento jurídico vinculante e legitimador das Nações Unidas em nome da proteção da população, pois isto pode criar precedentes que afetem a própria credibilidade da Organização.

REFERÊNCIAS

- BADESCU, C. G. *Humanitarian Intervention and the Responsibility to Protect*, New York: Routledge, 2011.
- BENNER, Thorsten. *O Brasil como um empreendedor normativo: a Responsabilidade ao Proteger*. Tradução de Patricia de Queiroz Carvalho Zimbres. *Política Externa*, v. 21, n. 4, abr./jun. 2013.
- BEITZ, Charles. *Political Theory and International Relations*, Princeton, Princeton University Press, 1999.
- BIERREMBACK, Ana Maria. *O Conceito da Responsabilidade de Proteger e o Direito Internacional Humanitário*. Funag. 2011.
- BELLAMY, Alex J.; Williams, Paul D. *The new politics of protection? Côte d'Ivoire, Libya and the responsibility to protect*. *International Affairs* (Royal Institute of International Affairs), v. 87, n. 4, 2011.
- BOBBIO, Norberto.; MATTEUCCI, Nicola.; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 5.ed. v. 2. Brasília: UNB, 2000.
- BODIN, Jean. *On Sovereignty* (Cambridge Texts in the History of Political Thought). Cambridge: Cambridge University Press, 2003 [1992].
- BODIN, Jean. *Los seis libros de republica*. Tradução para o espanhol por Anastro Isunza. 2 ed. Madrid: centro de estudos constitucionales, 1992, capítulo VIII, livro 1.
- BÖHLKE, Marcelo. *A proibição do uso da força no direito internacional contemporâneo*. Rio de Janeiro, Renovar, 2011.
- BOYLE, Francis A. *Destroying Libya and World Order: The Three-Decade U.S. Campaign to Terminate the Qaddafi Revolution*. Atlanta: Clarity Press, Inc., 2013.
- BROWLIE, Ian. *Princípios do Direito Internacional Público*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.
- BULL, Hedley. *Intervention in world politics*. Oxford: Clarendon, 1984.
- CAMPBELL, Horace. *Global NATO and the Catastrophic Failure in Libya*. New York/Oxford: Monthly Review/Pambazuka, 2013.
- CHARBONNEAU, Bruno. *France and the New Imperialism: Security Policy in Sub-Saharan Africa*. Hampshire: Ashgate, 2008.
- CHOUCRI, Nazli. *International politics of energy interdependence: The Case of petroleum*. Toronto: Lexington Books, 1976, pg. 15.
- COLE, J. *Anti-americanism: It's the policies*. *The American Historical Review*, Vol. 111, nº. 4, Outubro, 2006.

CONFORTI, Benedetto. *The Principle of Non-Intervention*. Bedjaoui, M. International Law: achievements and prospects. Dordrecht: Martinus Nijhoff, 1991.

CUSIMANO, Maryann K. *Beyond Sovereignty. Issues for a global agenda*. Chapter. 1. New York: Bedford/St. Martin's, 2000.

D'AMATO, A. *International Law: process and prospect*. Dobbs Ferry: Transnational Publishers, 1987.

DAALDER, Ivo H.; STAVRIDIS, James G. *NATO's Victory in Libya The Right Way to Run an Intervention*. Foreign Affairs. New York, v.91, n. 2, 2012.

DEL CARPIO, David. *A Responsabilidade de Proteger e o Conselho de Segurança das Nações Unidas*. 2012.

EYAL, Jonathan. *The Responsibility to Protect: A Chance Missed*. In: JOHNSON, Adrian; MUEEN, Saqeb. *Short War, Long Shadow: The Political and Military Legacies of the 2011 Libya Campaign*. London: Royal United Services Institute, 2012.

FONTOURA, Paulo Roberto Campos Tarrise da. *O Brasil e as operações de manutenção da paz das Nações Unidas*. Brasília: FUNAG, 2005.

FRANCHINI, A. S. *As 100 melhores histórias da mitologia. Deuses, heróis e guerras da tradição greco-romana*. Porto Alegre: L&PM, 2003.

FRANCK, T. *Recourse to force- State action against threats and armed attacks*.

FRIEDRICH, Tatiana. *A relativização de princípios clássicos de direito internacional no mundo globalizado no caso Líbia*.

FURTADO, Henrique. *A intervenção militar e seus desdobramentos na Líbia*. Puc Minas, 2011.

GHISLENI, Alexandre. *Direitos Humanos e Segurança Internacional: o tratamento de direito dos temas de direitos humanos no Conselho de Segurança das Nações Unidas*. Funag, 2011.

HERMANN, Breno. *Soberania, Não-Intervenção e Não-Indiferença*. Funag, 2011.

HIGGINS, Rosalyn. *The Development of the International Law Through the Political Organs of the United Nations*. Londres: Oxford University Press, 1963.

HOMAN, Kess. CEBRI-Clingendael Conference in Brasilia on 29 May 2012, challenges in implementing the Responsibility to Protect: Undertaking coercive and non-coercive action. Security and Human Rights, Países Baixos, v. 23, n. 2, 2012.

JACKSON, Robert. *Quasi-States, Dual Regimes, and Neoclassical Theory*. International Organization, vol. 41, p. 529. Cambridge, 1987.

JOY, Ajish P. *The Crisis in Libya*. Observer Research Foundation. ORF Issue Brief, n. 28, 2011.

KANT, Immanuel. *À paz perpétua*. São Paulo: LPM, 1989.

KEENAN, Jeremy. *The Dying Sahara: U.S. Imperialism and Terror in Africa*. London: Pluto Press, 2013.

KELSEN, Hans. CAMPAGNOLO, Umberto. Org. Mario G. Losano. *Direito Internacional e Estado soberano*. Tradução de Marcela Varejão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

KELSEN, Hans. *The Law of the United Nations*. London, Stevens and sons, 1951.

KENKEL, Michel K. *O Brasil e as operações de paz em um mundo globalizado: entre a tradição e a inovação*. Ipea, Brasília, 2012.

KUPERMAN, Alan J. *A Model Humanitarian Intervention?: Reassessing NATO's Libya Campaign*. International Security. Cambridge, v. 38, n. 1, 2013.

LAURENT, Samuel. *Sahelistan: de la Libye au Mali, au Coeur du Nouveau Jihad*. Paris: Seuil, 2013.

MILL, Jhon Stuart. *A few words on non intervention*. In dissertations and discussions, Political, Philosophical and Historical, vol. 3. London.

OLIVEIRA, Guilherme Z. de. *A intervenção Ocidental na Líbia: interesses ocidentais e o papel da liga árabe*. Marília, 2015.

PATRICK, S. *A new lease on life for humanitarianism: how operation Odyssey Dawn will revive RtoP*. In: THE ARAB REVOLT. What happened, what it means and what comes next. [S.I.]: Foreign Affairs, 2011.

PATRIOTA, Antonio de Aguiar. *O Conselho de Segurança após a guerra do Golfo: a articulação de um novo paradigma de segurança coletiva*. Brasília: Instituto Rio Branco, 1998.

PATRIOTA, Antônio. *O Conselho de Segurança após a Guerra do Golfo: a articulação de um novo paradigma de segurança coletiva*. Funag, 2010.

PELLET, Alain; DINH, Nguyen Quoc ; DAILLIER, Patrick. *Direito internacional público*. 2. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

POTTER, Pitman B. *L'intervention en droit international moderne*. In: Recueil des cours. Haia: Den Haag, V. 32, p. 607-690, 1930.

PRASHAD, Vijay. *Arab Spring, Libyan Winter*. Oakland: AK Press Publishing & Distribution, 2012.

PUREZA, José Manuel. *As ambiguidades da responsabilidade de proteger: o caso da Líbia*. Carta Internacional, São Paulo, v. 7, n. 1, jan./jun. 2012.

ROBERTSON, Geoffrey. *Crimes Against Humanity. The Struggle for Global Justice*. New York: The New Press, 2002.

ROCHA, Rafael A. *A aplicabilidade da Responsabilidade de Proteger na Crise da Líbia de 2011*.

SCHEFFER, D. *Toward a modern doctrine of humanitarian intervention*. University of Toledo Law Review, 23. Toledo, 1992.

SCHMITT, Michael. *Wings over Libya: The No-Fly Zone in Legal Perspective*. The Yale Journal of International Law Online, Connecticut, v. 36, 2011.

SOARES, Guilherme N. *Intervenção Humanitária ou Responsabilidade de Proteger: Como parametrizar conceitos frente aos princípios da Carta das Nações Unidas*.

SOARES, Thiago E. *A responsabilidade ao proteger como composição normativa brasileira no cenário de segurança internacional*.

SOUZA, Graziene Carneiro de. *Responsabilidade de Proteger e sua "Responsabilidade de Reagir": Nova Modalidade de Intervenção Militar?*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

TOUSCOZ, Jean. *Direito Internacional*. Lisboa: Publicações Europa-America, 1993.

TRINDADE, Cançado. "Reply [- Assistance Humanitaire]", 70 Annuaire de l'Institut de Droit International – Session de Bruges (2002 – 2003).

UETA, Andres. *Intervenções Humanitárias: um debate introdutório sobre as críticas e justificativas morais*.

VIOTTI, Aurélio. *Ações Humanitárias pelo Conselho de Segurança: entre a cruz Vermelha e Clausewitz*. Funag, 2004.

VISENTINI, Paulo. *O Verão Árabe: guerra civil e intervenção internacional na Líbia, Síria e Iêmen*. Ciência & Letras. Porto Alegre, n. 51, 2012.

WALZER, Michael. *The Moral Standing of States*, 1980.

WALZER, Michael. *Just and Unjust Wars*, Basic Books, 1977.

WEBER, Max. *A Política como vocação. Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1999.

LINKS:

ADAMS, Simon. Report: Libya and the Responsibility to Protect. Global Centre for the Responsibility to Protect, 15 october 2012. Disponível em: <<http://responsabilitytoprotect.org/index.php/component/content/article/35-r2pcs-topics/4482-simon-adams-global-centre-for-r2p-report-libya-and-the-responsability-to-protect>>. Acessado dia 28/06/2015.

Organization of the Petroleum Exporting Countries (OPEC). Disponível em: http://www.opec.org/opec_web/en/data_graphs/330.htm. Acessado dia 07/04/2016.

_____ http://www.opec.org/opec_web/en/.

Art. 1, §1 da CNU. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/carta/cap1/>.

Art. 1, III da CNU. Disponível em: <http://www.un.org/en/sections/un-charter/chapter-i/index.html>. Acessado dia 17/03/2016.

Art. 2º, §1º da Carta das Nações Unidas. Disponível em: <http://www.un.org/en/sections/un-charter/chapter-i/index.html>.

Art. 2º, §7º da Carta das Nações Unidas. Disponível em: <http://www.un.org/en/sections/un-charter/chapter-i/index.html>.

RAMOS, Adriana. Intervenção Humanitária. Disponível em: http://www.viannajr.edu.br/revista/dir/doc/art_10010.pdf.

Art. 34 da CNU. Disponível em: <http://www.un.org/en/sections/un-charter/chapter-vi/index.html>. Acessado dia 19/01/2016.

Art. 39º da CNU. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/carta/cap7/>

Art. 51º da CNU. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/carta/cap7/>.

Ata da sessão 6555 do CSNU. Disponível em: <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/PV.6555>. Acessado dia 12/06/2016.

Ata da sessão S/PV.6486 – Disponível em: <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N11/241/11/PDF/N1124111.pdf?OpenElement>.

Ata da sessão S/PV.6490 - <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N11/243/91/PDF/N1124391.pdf?OpenElement>. Acessado dia 23/05/2016.

Ata da sessão 6509. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/PRO/N11/287/73/PDF/N1128773.pdf?OpenElement>

Ata da sessão 6527. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/PRO/N11/320/36/PDF/N1132036.pdf?OpenElement>. Acessado dia 09/04/2016.

Ata da sessão 6530. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/PRO/N11/328/84/PDF/N1132884.pdf?OpenElement>. Acessado dia 17/04/2016.

Ata da sessão 6531. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/PRO/N11/328/84/PDF/N1132884.pdf?OpenElement>. Acessado dia 21/04/2016.

Ata da sessão 6530 do CSNU. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/PRO/N11/328/84/PDF/N1132884.pdf?OpenElement>. Acessado dia 02/05/2016.

Ata da sessão 6639. Disponível em: <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/PV.6639>. Acessado dia 11/06/2016.

Ata da sessão 6509. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/PRO/N11/287/73/PDF/N1128773.pdf?OpenElement>.

BODIN, Jean, *Les six livres de la République*. Reimpressão da 12a edição (1593). Paris, Librarie Artheme Fayard. 1986, 1. II, p. 7). Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_27/rbcs27_08.htm.

Cap. VII da CNU. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/carta/cap7/>.

CIA WORLD. Libya, 2011a. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ly.html>. Acesso em: 30/05/2016.

CIJ- Caso Nicarágua versus Estados Unidos. 1984. Disponível em: <http://www.icj-cij.org/docket/files/70/6485.pdf>.

CNU - artigo 2º, §7. Disponível em: <http://www.un.org/es/sections/un-charter/chapter-i/index.html>.

Crilly, Rob. Libya: Benghazi about to fall... then came the planes. The Telegraph, Londres, 20 mar. 2011. Disponível em: <http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/africaandindianocean/libya/8393843/Libya-Benghazi-about-to-fall...-then-came-the-planes.html>. Acessado em: 15/02/2016.

Conde Witztum W.. Op.cit. Pág. 837. Apud Voronin, Evgueni. Problema de legitimidade de intervenção armada casus belli líbio. Disponível em: <http://lang.interaffairs.ru/index.php/pt/glavnaya-pt/tend-ncias/item/103-problema-de-legitimidade-de-intervencao-armada-casus-belli-libio>. Acessado dia 02/05/2016.

Declaração relativa aos princípios do Direito Internacional regendo as relações amistosas e cooperação entre os Estados conforme a Carta da ONU. Disponível em: [http://www.un.org/french/documents/view_doc.asp?symbol=A/RES/2625\(XXV\)&Lang=F](http://www.un.org/french/documents/view_doc.asp?symbol=A/RES/2625(XXV)&Lang=F).

Doc. Cúpula Mundial 2005. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N05/487/63/PDF/N0548763.pdf?OpenElement>. Acessado dia 16/01/2015.

Doc. Cúpula Mundial 2005. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N05/487/63/PDF/N0548763.pdf?OpenElement>.

Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=-6Xr92w01b8C&pg=PA30&lpg=PA30&dq=walzer+paradigma+legalista&source=bl&ots=G47jE3QE3D&sig=T2trWvXVmm7-B1vIE2GpkUFYEes&hl=pt-BR&sa=X&redir_esc=y#v=onepage&q=walzer%20paradigma%20legalista&f=true. Acessado dia 27/05/2016.

Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N94/260/30/PDF/N9426030.pdf?OpenElement>.

Disponível em: <http://www.bbc.com/news/world-africa-12796972>. Acessado dia 06/05/2016.

Disponível em: https://www.diplomatique.org.br/print.php?tipo=esp_ar&id=104.

Disponível em: <http://www.aljazeera.com/news/africa/2011/10/20111020111520869621.html>. Acessado dia 05/04/2016.

Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Mundo/Libia/noticia/2011/09/onu-reconhece-oficialmente-governo-rebelde-libio.html>. Acessado dia 06/04/2016.

Disponível em:
http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/03/110321_libia_consolida_rw.shtml.
 Acessado dia 02/05/2016.

Disponível em:
http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/11/141122_libia_revolucao_hb.
 Acessado em 08/04/2016.

<http://www.teoriaedebate.org.br/materias/internacional/em-defesa-de-uma-politica-externa-nao-intervencionista?page=full>.

Disponível em: <http://www.guardian.co.uk/world/2011/apr/15/obama-sarkozy-america-libya>. Acessado dia 14.06.2016.

Disponível em:
http://www.nato.int/cps/en/natolive/news_75177.htm?mode=pressrelease. Acessado dia: 15.04.2016.

Disponível em: <http://www.bbc.com/news/world-africa-12796972>. Acessado dia 03/05/2016.

Disponível em: <http://www.orientemidia.org/a-rapina-do-seculo-o-assalto-aos-fundos-soberanos-libios/>. Acessado dia 08/04/2016.

Disponível em:
http://www.bbc.com/mundo/noticias/2011/09/110901_libia_batalla_contratos_reconstruccion_az.shtml. Acessado dia 07/04/2016.

Disponível em: <http://pt.euronews.com/2011/08/25/batalha-pelo-petroleo-libio/>. Acessado em 07/04/2016.

Disponível em: http://www.opec.org/opec_web/en/about_us/166.htm. Acessado dia 07/04/2016.

Disponível em:
http://www.bbc.com/mundo/noticias/2011/09/110901_libia_batalla_contratos_reconstruccion_az.shtml. Acessado dia 07/04/2016.

FERNANDES, L. N.; DIALLO, M. A.; GARCIA, M. L. A. Conflito na Líbia: uma análise crítica do intervencionismo ocidental pelo poder e recursos energéticos em nome da defesa da democracia. In: Seminário Nacional de Ciência Política da UFRGS, 2011. Disponível em:
 <http://www6.ufrgs.br/sncp/4SNCP/GT_PolIntern/MamadouAlphaDiallo.pdf>. Acessado dia 15.04.2016.

Human Rights Watch. Disponível em <http://www.hrw.org/de/node/107149>. Acesso em 15/02/2016.

LOSURDO, D. Líbia: petróleo e sangue de 50 mil. Desenvolvementistas, 2012. Disponível em: <<http://www.desenvolvementistas.com.br/blog/blog/2012/02/28/libia-petrolio-e-o-sangue-de-50-mil/>>. Acesso em: 15/12/2015.

MARTÍNEZ, David. Francia e Italia pugarán por repartirse el 'tesoro' libio. La Vanguardia, Barcelona, 23 ago. 2011. Disponível em:

<http://www.lavanguardia.com/internacional/20110823/54204647032/francia-e-italia-pugnarán-por-repartirse-el-tesoro-libio.html>. Acessado em 13/04/2016.

MORONE, Antonio Maria. Post-Qadhafi's Libya in Regional Complexity. Istituto per gli Studi di Politica Internazionale (ISPI). ISPI Analysis, n.116, 2012. Disponível em: <http://www.ispionline.it/it/documents/Analysis_116_2012.pdf>. Acessado 12/04/2016.

NIETZSCHE, F. *Para a genealogia da moral*. Trad. José M. Justo. Lisboa: Relógio d'Água, 2000. KSA 5.316, GM/GM, II, § 13. Disponível em: <http://www.cadernosnietzsche.unifesp.br/home/item/62-darwin-nietzsche-e-as-consequencias-do-darwinismo>.

Organization of the Petroleum Exporting Countries (OPEC). Disponível em: http://www.opec.org/opec_web/en/data_graphs/330.htm. Acessado dia 12/05/2016.

Preâmbulo da CNU: <https://nacoesunidas.org/carta/>.

Resolucao 1970 do CSNU. Disponível em: <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N11/245/61/PDF/N1124561.pdf?OpenElement>. Acessado dia 08/02/2016.

Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/PRO/N11/245/31/PDF/N1124531.pdf?OpenElement>. Acessado 10/02/2016.

Relatório Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N05/487/63/PDF/N0548763.pdf?OpenElement>. Acessado dia 06/04/2016.

Relatório ICISS, pg. 11. Disponível em: <http://responsibilitytoprotect.org/ICISS%20Report.pdf>. Acessado dia 24/02/2016.

Resolução 2009. Disponível em: [http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=s/res/2009%20\(2011\)](http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=s/res/2009%20(2011)). Acessado dia 07/04/2016.

Resolução 2009. Disponível em: [http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=s/res/2009%20\(2011\)](http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=s/res/2009%20(2011)). Acessado dia 07/04/2016.

Resolução 1973 do CSNU. Disponível em: <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/res/1973%20%282011%29>. Acessado dia 11/04/2016.

Resolução 1973 do CSNU. Disponível em: <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/res/1973%20%282011%29>

Resolução 6498 do CSNU. Disponível em: <https://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/PV.6498>. Acessado dia 10/04/2016.

ROUSSEAU, Richard. Libya: A Very Long War over Competing Energy Interests. Foreign Policy Journal, 2011. Disponível em <<http://www.foreignpolicyjournal.com/2011/11/19/libya-a-very-long-war-over-competing-energy-interests/>>. Acessado 15.03.2016.

Sessão 6528 do CSNU. Disponível em:
<http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/PV.6528>. Acessado dia 05.05.2016.

Sessão 6595 do CSNU. Disponível em:
<http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/PV.6595>. Acessado dia 05.05.2016.

Sessão 6566 do CSNU. Disponível em:
<http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/PV.6566>. Acessado dia 07.05.2016.

Sessão 6627 do CSNU. Disponível em:
<http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/PV.6627>. Acessado dia 10.05.2016.

Sessão 6610 do CSNU. Disponível em:
<http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/PV.6710>. Acessado dia 15.05.2016.

Sessão 6734 do CSNU. Disponível em:
<http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/PV.6734>. Acessado dia 15.05.2016.

Sessão 6810 do CSNU. Disponível em:
<http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/PV.6810>. Acessado dia 22.05.2016.

SHAH, A. Crisis in Libya, 2011. Disponível em:
<http://www.globalissues.org/article/793/libya>. Acesso em: 30/05/2011.

STATTA, M; SOUTHWORTH, M. Libya Discussions Lack Serious Prevention Talk, 2011. Disponível em:
http://fcnl.org/blog/2c/Libya_Discussions_Lack_Serious_Prevention_Talk/. Acesso em: 06.05.2016.

STRATFOR, Global Intelligence. Special Series: Europe's Libya Intervention. Março, 2011. Disponível em
http://wikileaks.org/gifiles/attach/128/128797_LIBYA_INTERVENTION.pdf. Acesso em: 26.03.2016.

<http://br.rfi.fr/africa/20160215-conselho-anuncia-formacao-de-governo-de-unidade-nacional-na-libia>. Acessado dia 31/05/2016.

<http://www.bp.com/en/global/corporate/press/press-releases/bp-lifts-force-majeure-on-libyan-exploration.html>. Acessado dia 13/05/2016.

http://www.liberation.fr/planete/2011/09/01/petrole-l-accord-secret-entre-le-cnt-et-la-france_758320. Acessado dia 13/05/2016.

THAKUR, Ramesh. Syria and the Responsibility to Protect. In: Into the Eleventh Hour: R2P, Syria and Humanitarianism in Crisis. Ed. Murray, Robert W; MCKAY, Alasdair. Bristol: E-International Relations, 2014, disponível em: <www.e-ir.info> acessado em 16.04.2016.

United Nations, *General Assembly*. Disponível em: <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/348/91/IMG/NR034891.pdf?OpenElement>. Acessado dia 27/05/2016.

United Nations, *General Assembly* Disponível em:

<<http://daccess-dds->

[y.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/302/74/IMG/NR030274.pdf?OpenElement](http://daccess-dds-y.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/302/74/IMG/NR030274.pdf?OpenElement)>.

WINTOUR, Patrick; MACASKILL, Ewen. Gaddafi may become target of air strikes, Liam Fox admits. The Guardian, Londres, 20 mar. 2011. Disponível em:

<http://www.theguardian.com/world/2011/mar/20/coalition-criticism-arab-league-libya>.

Acessado em: 12.05.2016.